

Anuário Estatístico da Defesa Nacional

2017



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL

Edição: Ministério da Defesa Nacional
Direção: Secretaria-geral do Ministério da Defesa Nacional
Coordenação: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação
Design: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação
Ano: 2017

NOTA INTRODUTÓRIA

Através do Anuário Estatístico da Defesa Nacional publica-se informação estatística agregada, facultada pelas diferentes entidades da Defesa Nacional.

Ao longo dos anos, esta publicação tem vindo a ser objeto de melhorias, quer de conteúdo, quer de forma, procurando assegurar uma melhor integração e coerência da informação. Neste contexto, deve ser dada nota que tal objetivo não teria sido possível sem o empenho e dedicação de todas as entidades e pessoas que contribuíram para este Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2017.

Sinais Convencionais

- ☐ ... Dado confidencial
- ☐ - Resultado nulo
- ☒ X Dado não disponível
- ☐ " Estimativa
- ☐ * Dado rectificado
- ☐ 0 Dado inferior a metade da unidade utilizada
- ☐ // Não aplicável
- ☐ □ Dado incompleto

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

Índice

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES	18
1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA.....	19
1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES	19
1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB (a).....	20
1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES	20
1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS A PREÇOS CORRENTES	22
1.7 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES.....	24
1.8 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS.....	26
1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA POR SERVIÇOS CENTRAIS	28
1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA	29
1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA.....	31
1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO.....	33
1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA.....	35
1.14 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SFA.....	37
1.15 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EPR	39
2.1 – MARINHA	45
2.2 – EXÉRCITO.....	47
2.3 – FORÇA AÉREA	49
3.1 - DESPESAS COM AS MISSÕES.....	54
3.2 – APOIO MILITAR À AÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS	55
3.2.1 – Operações/Missões realizadas	55
3.2.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU	56
3.2.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos	56
3.2.1.1.2 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos	56
3.2.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO	57
3.2.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos.....	57
3.2.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Meios envolvidos.....	58
3.2.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE	58
3.2.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos.....	58
3.2.1.3.2 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos	59
3.2.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão.....	59
4.1 – ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA	64
4.1.1 - Acordos, convenções, memorandos de entendimento e cartas de intenções.....	64
4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades.....	65
4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica.....	65
4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros.....	66
4.1.5 - Sobrevoos e aterragem - Pedidos de autorização Aeronaves Estrangeiras	66
4.2. - COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA.....	70
4.2.1 - Projetos de Cooperação no Domínio da Defesa com os PLOP	70
4.2.2 - Despesas globais da Cooperação no Domínio da Defesa	71
4.2.3 - Despesas dos projetos de Cooperação no Domínio da Defesa	71
e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP	71
4.2.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA	71
4.2.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA	74
Exercícios Conjuntos:	79
Exercícios Combinados:	80
5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA.....	83

5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados.....	83
5.1.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados.....	83
5.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA.....	86
5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados.....	86
5.2.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados.....	86
5.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO.....	86
5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados.....	86
5.3.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados.....	88
5.4 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA.....	88
5.4.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados.....	88
5.4.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados.....	89
Fragata.....	93
6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA	95
6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais	95
6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo.....	95
6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores globais	96
6.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações	96
de Bens e Tecnologias Militares – Por Áreas do Globo	96
6.2 – LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR (LPM)	97
6.3 – LOGÍSTICA	98
6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais	99
6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde	99
6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos.....	99
6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento	100
6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	101
6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA	101
6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO	104
6.4.3 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA	105
6.4.4 – Pessoal empregue em atividades de investigação e desenvolvimento.....	106
6.4.5- Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respetivaa	106
Áreas Tecnológicas – Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGRDN.....	106
6.5 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO	107
6.5.1 – Qualidade	107
6.5.1.1 – Garantia Governamental da Qualidade	107
6.5.1.2 – Certificação AQAP	108
6.5.2 – Normalização.....	108
6.5.2.1 - Acordos de Normalização NATO	109
6.5.3 – Catalogação.....	109
6.5.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos – 2017	109
6.5.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG).....	110
6.5.3.3 - Propostas de Cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA) – 2017.....	110
6.5.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT II*) em 31 de dezembro de 2017.....	110
6.5.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o.....	111
Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional - SIG-DN (Área Logística) – 2017.....	111
6.5.3.6 - Curso Geral de Catalogação.....	111
7.1 – IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL.....	119
7.2 – SERVIDÕES MILITARES AFETAS À DEFESA NACIONAL.....	119
7.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS	120
7.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS	121

7.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS	122
7.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL	122
7.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS.....	123
7.8 – IMÓVEIS ADQUIRIDOS.....	123
7.9 – ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL.....	123
7.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS	124
7.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES	124
7.12 – NATUREZA DOS IMÓVEIS.....	125
8.1 - DESPESAS COM A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	131
8.2 - EXISTÊNCIAS REFERIDAS A 31 DE DEZEMBRO	133
8.3 - ÁREAS INFORMATIZADAS – PERCENTAGEM.....	134
8.4 - PESSOAL AFETO EXCLUSIVAMENTE ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PESSOAL TIC)	136
8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET.....	137
8.6 - PRESENÇA DO ORGANISMO NA INTERNET.....	139
9.1 – FORMAÇÃO AMBIENTAL.....	143
9.2 – REPRESENTAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO, NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	143
9.3 - PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO, NACIONAIS E INTERNACIONAIS	143
9.4 – PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE (PDNA).....	144
9.5 – CONTROLO DE CONSUMOS	144
9.6 – PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	145
9.7 – MONITORIZAÇÃO DE CONSUMOS E PRODUÇÃO DE RESÍDUOS NA DEFESA NACIONAL	145
9.8 – AUDITORIAS	146
9.9 – ENTIDADES CERTIFICADAS.....	146
9.10 – ENTIDADES COM IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL	146
9.11 – PROJETOS DE AMBIENTE	147
10.1 – PESSOAL	155
10.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ	155
10.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos.....	155
10.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente.....	155
10.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente	156
10.1.1.3 – Militares do QP, Ativo, Quanto à Efetividade de Serviço (*).....	157
10.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar	157
10.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar	157
10.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo.....	158
10.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares	159
10.1.1.8 – Distribuição por género de Pessoal Militar	159
10.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço.....	161
10.1.2 – Pessoal Militarizado	161
10.1.2.1 – Número de Efetivos nos últimos 5 anos, por Grupo/ Categoria Profissional	161
10.1.2.2 – Número de Militarizados segundo o Sexo	162
10.1.2.3 – Pessoal Militarizado, segundo as Habilitações Literárias.....	162
10.1.2.4 – Pessoal Militarizado por Grupo Etário	163
10.1.2.5 – Tempo de Serviço do Pessoal Militarizado, segundo o Sexo.....	163
10.1.2.6 – Fluxo de Entradas e Saídas do Pessoal Militarizado	163
10.1.2.7 – Estrutura Remuneratória do Pessoal Militarizado	164
10.1.3.1 – Número de Efetivos nos últimos 5 anos, por organismo	164
10.1.3.2 – Número de Trabalhadores Cíveis, segundo o Sexo.....	165
10.1.3.3 – Pessoal Civil segundo o Cargo, Categoria/Carreira.....	166
10.1.3.4 – Pessoal Civil segundo a Mobilidade de Vínculo de Emprego Público.....	167

10.1.3.5 – Pessoal Civil segundo as Habilitações Literárias.....	168
10.1.3.6 – Pessoal Civil por Grupo Etário e Sexo	169
10.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil, segundo o Sexo.....	169
10.1.3.8 – Modalidade de Horário praticada pelo Pessoal Civil.....	170
10.1.3.9 – Fluxo de Entradas e Saídas do Pessoal Civil	171
10.1.3.10 – Estrutura Remuneratória do Pessoal Civil	172
10.2 – JUSTIÇA E DISCIPLINA	173
10.2.1 – Condecorações Atribuídas	173
10.2.2 – Processos Iniciados	173
10.2.3 – Punições Aplicadas.....	173
10.2.4 – Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crimes (253).....	174
11.1 – INSTITUTOS, ACADEMIAS, ESCOLAS E CENTROS DE INSTRUÇÃO DAS FA	181
11.2 – PESSOAL MILITAR NA EFETIVIDADE DE SERVIÇO QUE FREQUENTOU CURSOS INTERNOS	182
11.3 – PESSOAL MILITAR QUE FREQUENTOU CURSOS NO ESTRANGEIRO.....	182
11.4 – CURSOS MINISTRADOS E NÚMERO DE ALUNOS, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO	184
11.4.1 – Caracterização da atividade formativa	184
11.5 – DOCENTES, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO E POR CATEGORIA.....	185
11.6 – PESSOAL DE APOIO POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	186
11.7 – PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO INICIADOS, EM CURSO E CONCLUÍDOS	186
11.8 - CURSOS MINISTRADOS POR CENTROS DE INSTRUÇÃO	187
11.8.1 – Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior	187
11.8.1.1 – Caracterização de Ação Formativa	187
11.9.1 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria.....	188
12.1 – INFRAESTRUTURAS HOSPITALARES	196
12.1.1 – Localização.....	196
12.1.2 – Camas, segundo o fim a que se destinam.....	196
12.1.3 – Capacidade Funcional	196
12.2 – RECURSOS HUMANOS.....	197
12.2.1 – Médicos militares e civis	197
12.2.2 – Enfermeiros militares e civis.....	197
12.2.3 – Técnicos de Superiores de Saúde (295)	198
12.2.5 – Médicos Veterinários Militares e Civis.....	199
12.2.6 – Enfermeiros Veterinários militares e civis (298).....	199
12.2.7 – Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.....	199
12.2.8 – Médicos no HFAR, por Especialidade Exercida (a)	200
12.2.9 – Técnicos Superiores no HFAR, por especialidade	201
12.2.10 – Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica no HFAR, por especialidade	201
12.3 – ATIVIDADE HOSPITALAR	202
12.3.1 – Consultas Efetuadas, por especialidade, no HFAR	202
12.3.2 – Atos de Terapêutica Efetuados no HFAR.....	203
12.3.3 - Atos de Diagnóstico Efetuados no HFAR.....	203
12.3.4 - Intervenções Cirúrgicas Realizadas, por Especialidade	204
12.3.5 - Taxa Mensal de Ocupação das Camas, por Polo Hospitalar.....	204
13.1 - BENEFICIÁRIOS ADM - DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS E POR TIPOLOGIA	208
13.2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	208
13.3 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE	209
13.4 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR MODALIDADE DE ASSISTÊNCIA	210
13.5 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS	211
14.1 - BENEFICIÁRIOS DO IASFA, I.P. – DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FA.....	219

14.2 - FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL – INVALIDEZ – SUBSÍDIO	219
14.3 – AÇÃO SOCIAL COMPLEMENTAR	220
14.4 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL - PRESTAÇÕES POR ENCARGOS FAMILIARES.....	221
14.5 - TOTAL ANUAL DE SUBSÍDIOS/COMPARTICIPAÇÕES E MONTANTES DESPENDIDOS POR TIPO	222
15.1 - AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN.....	226
15.2 – AUDITORIAS CONCLUÍDAS vs. AUDITORIAS HOMOLOGADAS.....	228
16.1 – INICIATIVAS / EVENTOS CULTURAIS.....	233
16.1.1 – Número de Iniciativas / Eventos Culturais	233
16.2 – MUSEUS DA DEFESA.....	234
16.2.1 – Número de acervo / peças, por museu.....	234
16.2.2 – Número de visitas, por museu.....	235
16.3 – BIBLIOTECAS DA DEFESA.....	236
16.3.1 – Fundos existentes, por número de registos, em suporte papel e suporte digital	236
16.3.2 – Serviço ao público – Número de utilizadores.....	237
16.3.3 – Serviços prestados, por Biblioteca	238
16.4 – ARQUIVOS DA DEFESA	239
16.4.1 – Metros lineares (ml) de documentação, apenas do Arquivo Histórico.....	239
16.4.2 – Tratamento e descrição de Fundos e Coleções, apenas do Arquivo Histórico.....	239
16.4.3 – Serviço ao público – número de utilizadores	240
SIGLAS.....	241

The background of the slide features a collage of Euro banknotes, including 50, 10, and 5 Euro denominations. The notes are partially obscured by a series of overlapping, semi-transparent geometric shapes in shades of blue, teal, and grey, creating a modern, abstract design. The word "Finanças" is centered in a bold, black, sans-serif font.

Finanças

NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte preferencial da informação a Conta Geral do Estado (CGE).

Os dados referentes à Lei da Programação Militar (LPM) incluem os saldos apurados e a transitar para o ano seguinte (todas as fontes de financiamento).

Os dados macroeconómicos relativos ao PIB (Produto Interno Bruto) e População têm por base a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

A conversão dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) é efetuada suprimindo o efeito da inflação (deflacionando) tendo como referência de cálculo o índice harmonizado de preços no consumidor (Índice harmonizado de preços no consumidor (Taxa de variação média anual - Base 2016 - % por Consumo individual por objetivo; Mensal - Localização geográfica - Portugal) – Fonte: INE.

Os dados referentes às despesas da Defesa foram discriminados por natureza. Assim, de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três agrupamentos principais de despesa:

- Pessoal, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;
- Operação e manutenção, que se identifica com os grupos “Aquisição de Bens e Serviços”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;
- Despesas de capital, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.

Salienta-se o facto de os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efetivo militar, de acordo com o classificador das despesas públicas em vigor (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro), tal como se verificava com o classificador anterior, em vigor desde 1989, serem incorporados no agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”, pelo que, neste estudo, à semelhança do procedimento adotado nos anos anteriores, procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e Manutenção”.

De acordo com o classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, a rubrica “07.01.14 – Investimentos Militares” compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações militares realizam, mas também os quartéis, os campos de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, e ainda as grandes reparações a efetuar naquelas estruturas, bem como o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas.

A execução do orçamento de 2017 continua a ser desenvolvida num contexto de reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Neste âmbito, a sua atuação foi orientada, entre outros, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril (“Defesa 2020”), que definiu as linhas orientadoras de planeamento para pôr em prática uma reestruturação nas Forças Armadas com vista à sua maior eficiência e eficácia, e pelo Despacho n.º 7527-A/2013, que consiste na Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas — Reforma “Defesa 2020”.

Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa, a preços correntes, têm vindo a fazer um percurso com oscilações materializadas em aumentos e reduções verificadas nas comparações entre períodos homólogos (anos económicos), sendo, no entanto, possível reconhecer uma tendência de aumento, uma vez que entre 2012 e 2017 o orçamento executado passou de 1.919,0 M€ para 2.036,8 M€ (vide quadros 1.1. e 1.2.).

Em 2017 a execução do orçamento da defesa cresceu 2,3% face ao período homólogo do ano anterior (2016).

É dado tratamento autónomo à componente da LPM, pela sua especificidade, bem como ao Capítulo 50 – Projetos (ex-PIDDAC), por serem as componentes do orçamento particularmente vocacionadas para o investimento efetuado pelo Ministério da Defesa Nacional.

Chama-se a atenção que a partir do presente ano as despesas da Defesa, apresentadas neste Capítulo, integram os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) integradas no perímetro da Defesa Nacional. As tabelas que reportam a anos anteriores foram atualizadas tendo em consideração o mencionado.

- Capítulo 50 – Projetos

No âmbito do orçamento do “Capítulo 50 – Projetos” relativo a 2017, verificou-se uma execução global de 91,1% face à dotação corrigida (líquida de cativos).

No quadro e gráfico seguintes encontram-se vertidos os valores relativos às execuções orçamentais verificadas entre 2011 e 2017:

(m€)			
Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2011	4.275,0	2.234,6	52,3%
2012	14.645,3	4.617,9	31,5%
2013	14.226,8	4.077,0	28,7%
2014	5.250,0	4.141,7	78,9%
2015	5.250,0	4.403,1	83,9%
2016	4.626,4	4.204,2	90,9%
2017	4.513,8	4.112,1	91,1%

- Lei de Programação Militar (LPM) –

A LPM (Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio) entrou em vigor em 2015 e incorpora e desenvolve a programação do investimento público nas Forças Armadas relativo a equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infraestruturas com impacto direto na modernização e na operacionalização do Sistemas de Força Nacional (SFN), concretizado através das respetivas capacidades.

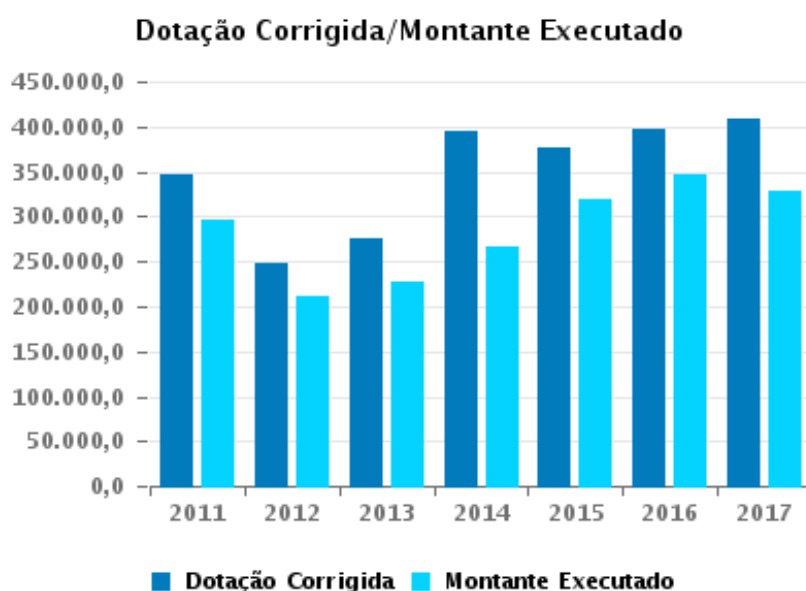
O total de investimento previsto na Lei n.º 7/2015 é de 3.160,000 M€ em 12 anos (2015-2026), repartido da seguinte forma: primeiro quadriénio (2015-2018) 960,000 M€; segundo quadriénio (2019-2022) 1.100,000 M€; terceiro quadriénio (2023-2026) 1.100,000 M€.

Em 2017 releva-se a transição de verbas relativas a saldos de dotações da LPM previstas na respetiva Lei (93,5 milhões de euros), incluindo a recuperação de IVA ao abrigo da mesma Lei.

Para uma dotação corrigida no valor de 408.842,91 m€, foi realizada uma despesa de 327.458,18 m€, a que corresponde uma taxa de execução de 80,1%.

No quadro e gráfico seguintes encontram-se vertidos os valores relativos às execuções orçamentais verificadas entre 2011 e 2017:

(m€)			
Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2011	346.169,0	296.738,7	85,7%
2012	248.677,1	210.692,5	84,7%
2013	274.944,5	228.361,7	83,1%
2014	395.352,8	266.631,3	67,4%
2015	376.691,8	320.214,3	85,0%
2016	398.136,4	346.345,5	87,0%
2017	408.842,9	327.458,2	80,1%



O quadro a seguir apresentado reflete a execução orçamental referente ao ano de 2017 (a)

(euros)								
Capítulos	Saldo 2016 (1)	Orçamento 2017 Inicial (2)	Orçamento 2017 Cativação (3)	Alt Orç.(+/-) (4)	Dotação Corrigida (5)=(1+2-3+/-4)	Execução Montante (6)	% (7)=(6)/(5)	Saldo (8)=(5)-(6)
SC/MDN	26.325.392,0	111.862.000,0	8.663,0	4.199.957,0	142.378.686,0	121.502.238,0	85,0%	20.876.448,0
EMGFA	5.938.917,0	7.725.000,0	16.854,0	1.168.716,0	14.815.779,0	7.333.687,2	49,0%	7.482.091,8
Marinha	19.613.255,0	92.677.000,0	32.669,0	15.097.135,0	127.354.721,0	113.951.205,8	89,0%	13.403.515,3
Exército	19.937.138,0	31.416.675,0	0,0	- 33.889,0	51.319.924,0	32.984.251,0	64,0%	18.335.673,0
Força Aérea	21.711.693,7	34.270.000,0	58.908,0	17.051.011,3	72.973.797,0	51.686.798,8	71,0%	21.286.998,3
TOTAL	93.526.395,71	277.950.675	117.094	37.482.930,29	408.842.907	327.458.180,69		81.384.726,31

(a) Inclui todas as Fontes de Financiamento aprovadas pela Lei do Orçamento de Estado.

- PESSOAL –

O MDN assumiu como escopo da sua atuação, a valorização cívica do conceito de defesa e a dignificação dos seus recursos humanos, como garante da coesão, motivação e retenção dos efetivos, e do reconhecimento da especificidade da condição militar, com especial atenção aos Deficientes das Forças Armadas e aos Antigos Combatentes, através das áreas de apoio, social, saúde e ensino.

Verificou-se que ao nível das despesas com Pessoal, de 2016 para 2017, a variação não é relevante.

- OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO –

Em 2017, o Programa orçamental “P006 – Defesa” continuou a orientar a sua atividade tendo presentes os objetivos permanentes da política de defesa nacional e as missões atribuídas às Forças Armadas, procurando respostas flexíveis, eficazes e eficientes, num quadro cooperativo alargado.

O reforço do financiamento às Forças Nacionais Destacadas (FND), em linha com o compromisso assumido pelo Governo, permitiu ao MDN o aumento da eficácia e coerência na resposta às exigências impostas pela imprevisibilidade das ameaças atuais, seja através do quadro estratégico das organizações internacionais e alianças de que é membro, seja no reforço da luta contra o terrorismo.

A consolidação das dotações orçamentais ao nível da cooperação técnico-militar proporcionou a criação de condições para a promoção de uma cultura de melhoria sistemática desta cooperação, incentivando e promovendo novas abordagens no âmbito multilateral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou a nível bilateral, num esforço permanente de melhoria da eficácia e eficiência dos programas operacionais, bem como nas áreas da formação, do treino e das indústrias de defesa, alinhando e integrando este esforço de cooperação setorial no quadro do esforço global e integrado da cooperação internacional de Portugal.

Em termos globais as despesas com operação e manutenção registam em 2017 uma execução em tudo idêntica ao que ocorreu em 2015.

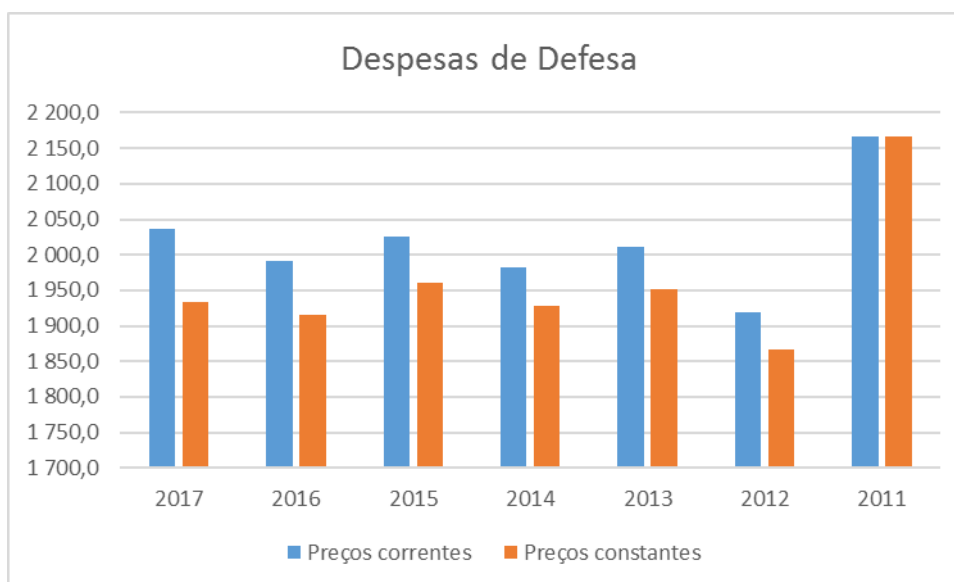
- DESPESAS DE CAPITAL –

O MDN concentrou elevado esforço na promoção das capacidades e modernização dos equipamentos da Defesa Nacional, de forma pragmática e racional, melhorando os processos de decisão, nomeadamente os relacionados com a execução da Lei de Programação Militar, em coerência com a decisão de não cativação destas verbas, e com os relacionados com a componente financiada por receitas próprias.

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes	Preços constantes
2017	2 036,8	1 932,6
Dados retrospectivos		
2016	1 990,4	1 915,1
2015	2 025,1	1 960,1
2014	1 982,8	1 928,8
2013	2 012,0	1 951,4
2012	1 919,0	1 866,8
2011	2 167,4	2 167,4



1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

Ano	Variação anual (%)
2017/2016	2,3%
Dados retrospectivos	
2016/2015	-1,7%
2015/2014	2,1%
2014/2013	-1,5%
2013/2012	4,8%
2012/2011	-4,6%
2011/2010	-7,8%

1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes			Preços constantes		
	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB
2017	2 036,75	52 725,73	195 947,21	1 932,62	50 030,10	185 929,32
Dados retrospectivos						
2016	1 990,41	51 813,80	171 409,50	1 915,09	49 853,10	164 923,16
2015	2 025,08	49 466,40	167 375,40	1 960,14	47 880,10	162 007,96
2014	1 982,77	49 715,70	162 191,20	1 928,78	48 362,01	157 774,96
2013	2 012,02	49 440,30	159 239,10	1 951,37	47 949,83	154 438,53
2012	1 919,05	48 498,20	158 119,00	1 866,78	47 177,24	153 812,26
2011	2 167,40	51 675,89	176 166,58	2 167,40	51 675,89	176 166,58

1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB (a)

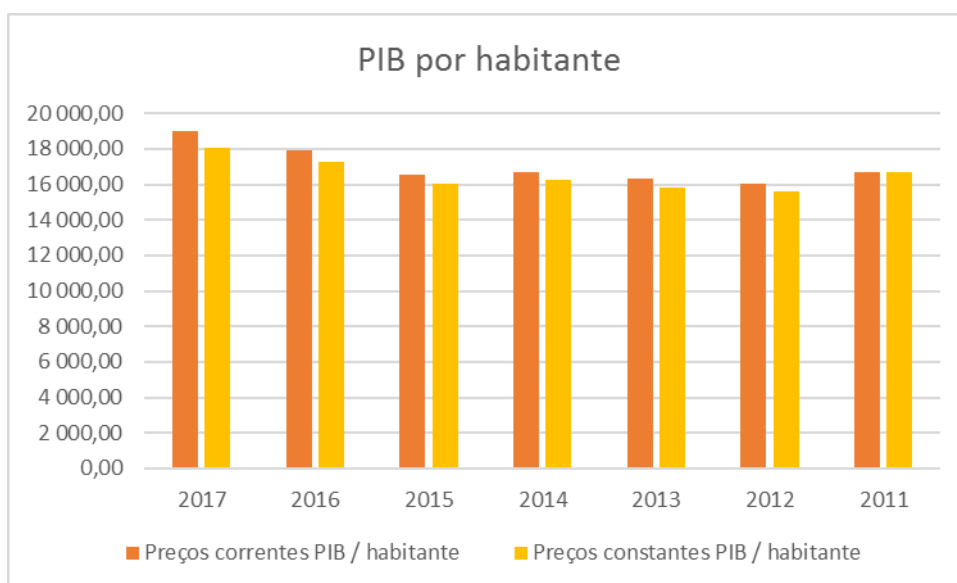
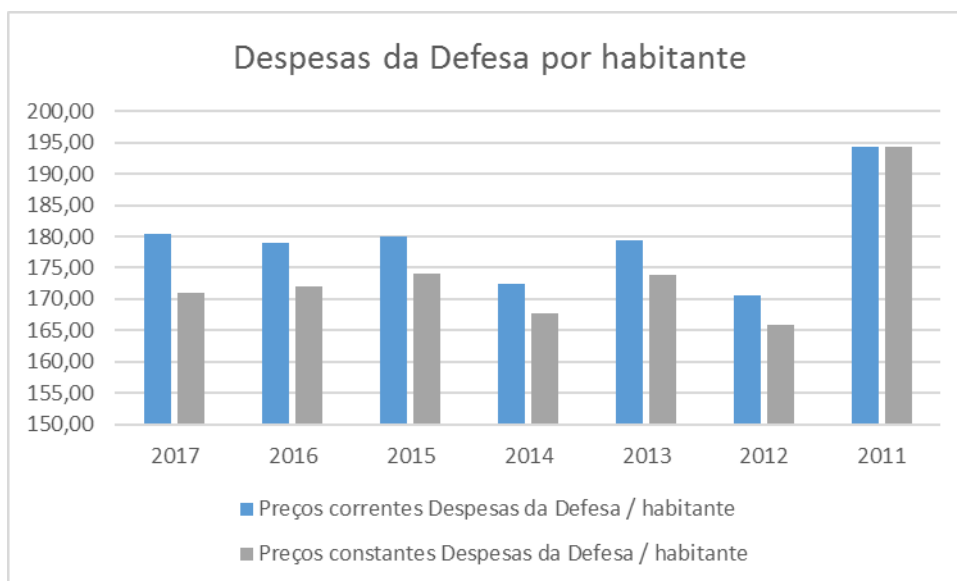
Ano	Despesas da Defesa / Despesas públicas	Despesas da Defesa / PIB (%)
2017	3,9%	1,0%
Dados retrospectivos		
2016	3,8%	1,2%
2015	4,1%	1,2%
2014	4,0%	1,2%
2013	4,1%	1,3%
2012	4,0%	1,2%
2011	4,2%	1,2%

(a) Preços Correntes

1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(euros)

Ano	Preços correntes		Preços constantes	
	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante
2017	180,31	19 023,40	171,09	18 050,82
Dados retrospectivos				
2016	178,90	17 937,30	172,13	17 258,53
2015	179,90	16 537,70	174,13	16 007,36
2014	172,50	16 682,30	167,80	16 228,06
2013	179,30	16 329,70	173,89	15 837,41
2012	170,60	16 057,80	165,95	15 620,43
2011	194,33	16 710,93	194,33	16 710,93



1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS A PREÇOS CORRENTES

PREÇOS CORRENTES

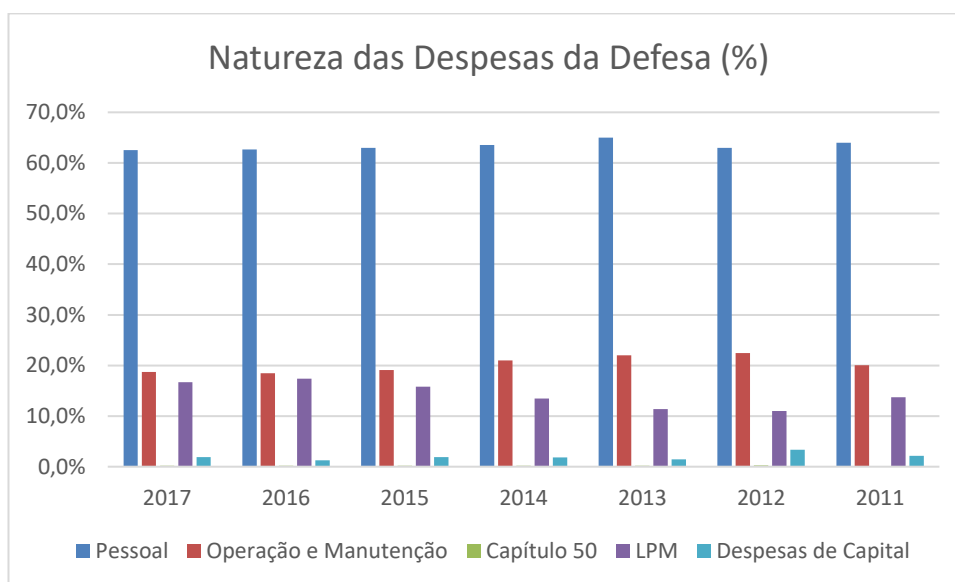
(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	1 273 346,30	381 475,19	4 112,05	339 606,66	38 211,04	2 036 751,24
Dados retrospectivos						
2016	1 247 562,97	367 254,26	4 204,20	346 345,50	25 040,62	1 990 407,54
2015	1 275 458,52	387 158,21	4 403,10	320 214,30	37 847,94	2 025 082,06
2014	1 259 450,86	416 434,80	4 141,70	266 631,30	36 110,12	1 982 768,77
2013	1 307 458,23	442 960,21	4 077,00	228 361,70	29 166,74	2 012 023,87
2012	1 209 009,98	430 489,76	4 617,90	210 692,50	64 237,65	1 919 047,79
2011	1 387 599,38	434 474,15	2 234,65	296 738,78	46 357,15	2 167 404,10

PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	1 208 245,89	361 972,10	3 901,82	322 244,11	36 257,48	1 932 621,41
Dados retrospectivos						
2016	1 200 353,68	353 356,91	4 045,11	333 239,37	24 093,05	1 915 088,11
2015	1 234 556,78	374 742,72	4 261,90	309 945,59	36 634,22	1 960 141,21
2014	1 225 157,77	405 095,86	4 028,93	259 371,30	35 126,89	1 928 780,76
2013	1 268 042,40	429 606,32	3 954,09	221 477,30	28 287,45	1 951 367,56
2012	1 176 079,74	418 764,36	4 492,12	204 953,79	62 487,99	1 866 778,01
2011	1 387 599,38	434 474,15	2 234,65	296 738,78	46 357,15	2 167 404,10

1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS (CONTINUAÇÃO)

						(%)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	62,5%	18,7%	0,2%	16,7%	1,9%	100,0%
Dados retrospectivos						
2016	62,7%	18,5%	0,2%	17,4%	1,3%	100,0%
2015	63,0%	19,1%	0,2%	15,8%	1,9%	100,0%
2014	63,5%	21,0%	0,2%	13,4%	1,8%	100,0%
2013	65,0%	22,0%	0,2%	11,3%	1,4%	100,0%
2012	63,0%	22,4%	0,2%	11,0%	3,3%	100,0%
2011	64,0%	20,0%	0,1%	13,7%	2,1%	100,0%

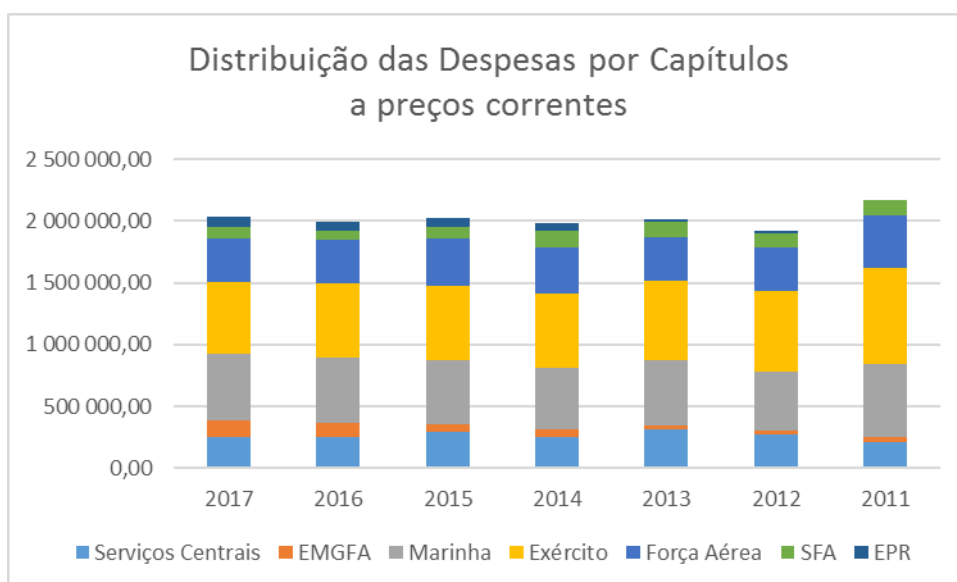


1.7 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

A PREÇOS CORRENTES

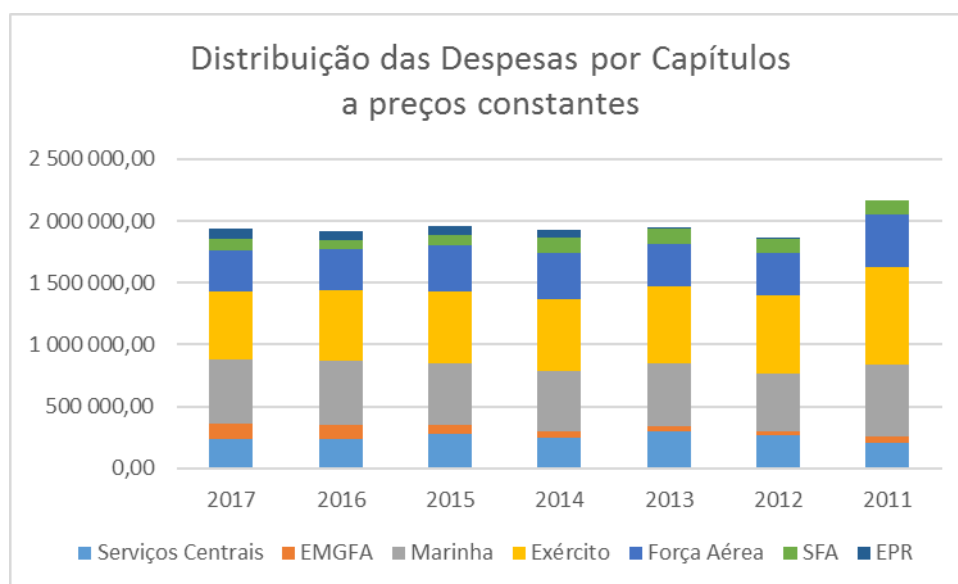
(milhares de euros)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	SFA	EPR	TOTAL
2017	251 255,13	134 764,01	542 776,96	578 749,34	348 027,46	101 128,29	80 050,04	2 036 751,24
Dados retrospectivos								
2016	248 936,90	113 193,10	536 508,90	600 069,00	346 153,30	75 753,82	69 792,32	1 990 407,34
2015	291 871,60	68 564,10	515 148,00	603 375,90	381 506,10	91 013,75	73 602,52	2 025 081,96
2014	254 404,70	54 617,70	503 430,30	596 383,50	381 352,20	127 669,23	64 910,94	1 982 768,57
2013	309 546,60	38 753,10	523 847,60	641 968,00	355 929,20	122 274,54	19 705,04	2 012 024,07
2012	270 809,60	36 360,70	476 174,20	651 812,40	353 726,80	112 783,55	17 380,74	1 919 047,99
2011	210 287,50	42 854,43	589 185,58	781 732,15	424 602,24	118 742,19	0,00	2 167 404,10



A PREÇOS CONSTANTES

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	SFA	EPR	TOTAL
2017	238 409,60	127 874,14	515 027,24	549 160,52	330 234,39	95 958,06	75 957,45	1 932 621,41
Dados retrospectivos								
2016	239 516,83	108 909,74	516 206,75	577 361,66	333 054,44	72 887,21	67 151,30	1 915 087,92
2015	282 511,79	66 365,37	498 628,10	584 026,69	369 271,86	88 095,09	71 242,21	1 960 141,11
2014	247 477,62	53 130,54	489 722,60	580 144,81	370 968,51	124 192,98	63 143,51	1 928 780,56
2013	300 214,73	37 584,81	508 055,21	622 614,65	345 199,03	118 588,34	19 110,99	1 951 367,76
2012	263 433,46	35 370,33	463 204,47	634 058,75	344 092,22	109 711,62	16 907,33	1 866 778,20
2011	210 287,50	42 854,43	589 185,58	781 732,15	424 602,24	118 742,19	0,00	2 167 404,10



1.7 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES (CONTINUAÇÃO)

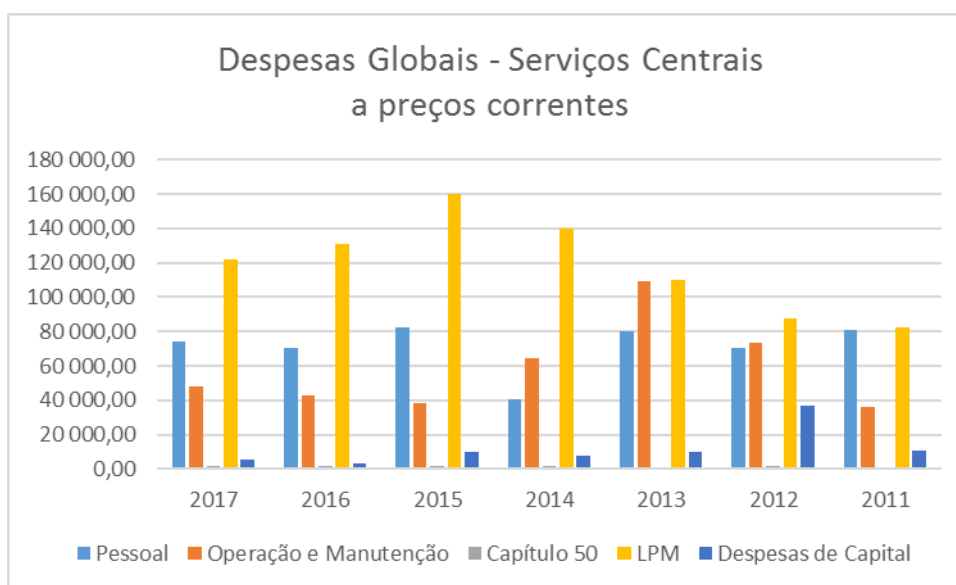
									(%)
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	SFA	EPR	TOTAL	
2017	12,3%	6,6%	26,6%	28,4%	17,1%	5,0%	3,9%	100%	
Dados retrospectivos									
2016	12,5%	5,7%	27,0%	30,1%	17,4%	3,8%	3,5%	100%	
2015	14,4%	3,4%	25,4%	29,8%	18,8%	4,5%	3,6%	100%	
2014	12,8%	2,8%	25,4%	30,1%	19,2%	6,4%	3,3%	100%	
2013	15,4%	1,9%	26,0%	31,9%	17,7%	6,1%	1,0%	100%	
2012	14,1%	1,9%	24,8%	34,0%	18,4%	5,9%	0,9%	100%	
2011	9,7%	2,0%	27,2%	36,1%	19,6%	5,5%	0,0%	100%	

1.8 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

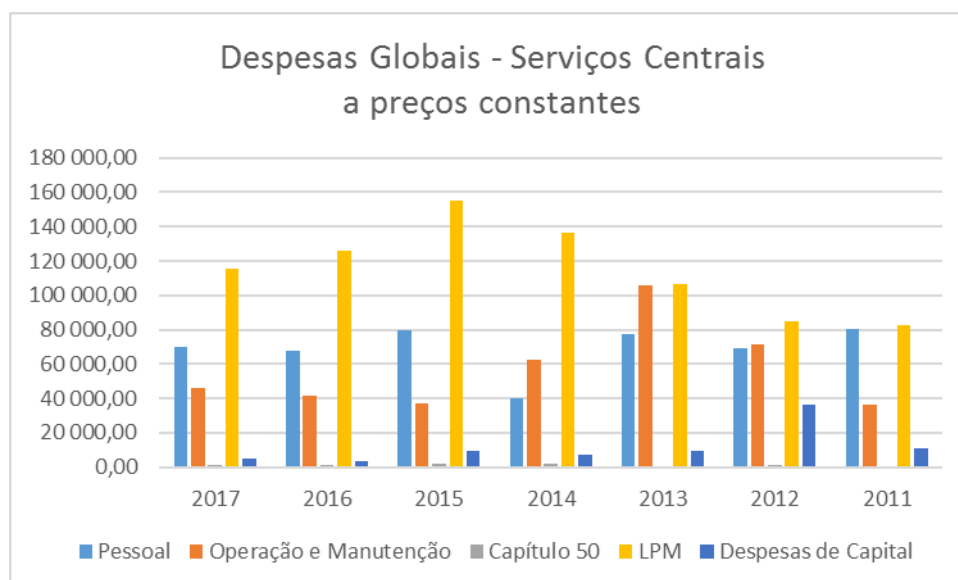
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	74 050,92	48 335,24	1 613,69	122 045,95	5 209,32	251 255,13
Dados retrospectivos						
2016	70 159,30	42 954,60	1 609,20	130 902,00	3 311,80	248 936,90
2015	82 044,80	38 077,70	1 793,80	160 149,40	9 805,80	291 871,50
2014	40 909,60	64 186,50	1 780,40	139 861,40	7 666,90	254 404,80
2013	80 056,80	109 107,50	705,50	109 901,60	9 775,10	309 546,50
2012	70 796,80	73 622,80	1 631,10	87 569,00	37 189,80	270 809,50
2011	80 688,93	36 448,83	57,43	82 348,44	10 743,87	210 287,50



A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	70 265,03	45 864,08	1 531,19	115 806,30	4 942,99	238 409,60
Dados retrospectivos						
2016	67 504,39	41 329,15	1 548,31	125 948,51	3 186,48	239 516,83
2015	79 413,77	36 856,61	1 736,28	155 013,69	9 491,35	282 511,69
2014	39 795,69	62 438,79	1 731,92	136 053,17	7 458,14	247 477,71
2013	77 643,33	105 818,25	684,23	106 588,41	9 480,41	300 214,63
2012	68 868,48	71 617,51	1 586,67	85 183,85	36 176,85	263 433,37
2011	80 688,93	36 448,83	57,43	82 348,44	10 743,87	210 287,50



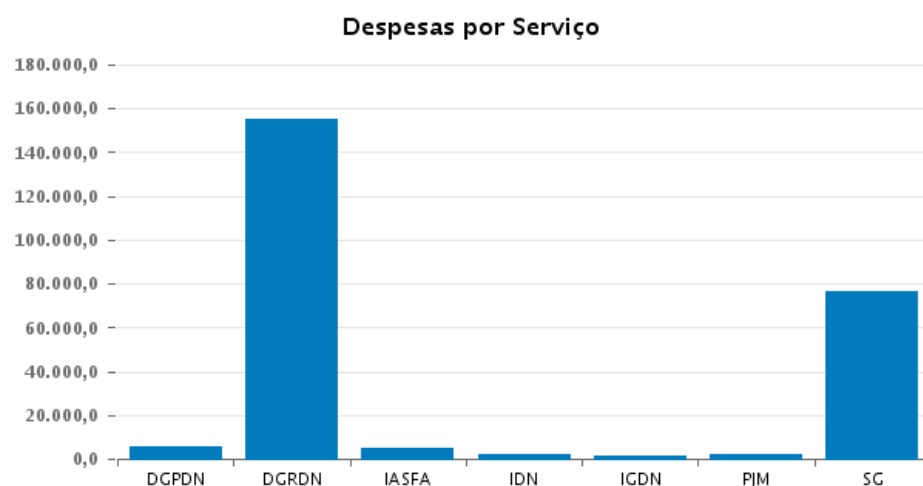
1.8 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	29,5%	19,2%	0,6%	48,6%	2,1%	100,0%
Dados retrospectivos						
2016	28,2%	17,3%	0,6%	52,6%	1,3%	100,0%
2015	28,1%	13,0%	0,6%	54,9%	3,4%	100,0%
2014	16,1%	25,2%	0,7%	55,0%	3,0%	100,0%
2013	25,9%	35,2%	0,2%	35,5%	3,2%	100,0%
2012	26,1%	27,2%	0,6%	32,3%	13,7%	100,0%
2011	38,4%	17,3%	0,0%	39,2%	5,1%	100,0%

1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA POR SERVIÇOS CENTRAIS

(milhares de euros)

Serviço	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
SG	54.012,4	16.771,7	778,5	4.162,6	667,5	76.392,6
IGDN	1.373,9	55,7	0,0	0,0	7,1	1.436,6
DGPDN	4.495,3	1.543,4	0,0	0,0	48,4	6.087,0
DGRDN	7.976,3	23.880,4	835,2	117.883,4	4.410,1	154.985,3
IDN	1.801,4	452,4	0,0	0,0	15,3	2.269,1
IASFA	0,0	4.893,0	0,0	0,0	0,0	4.893,0
PJM	2.250,6	161,7	0,0	0,0	50,3	2.462,6

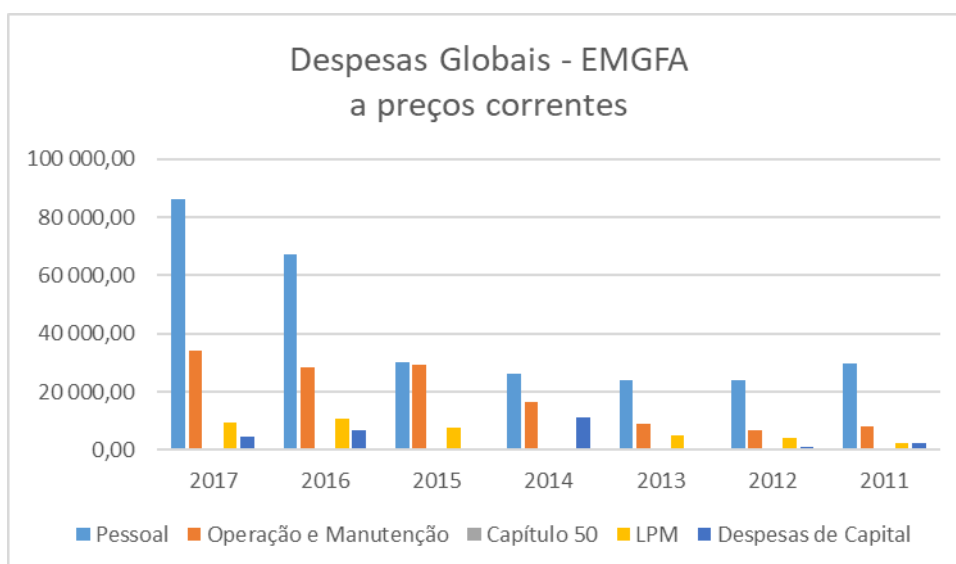


1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

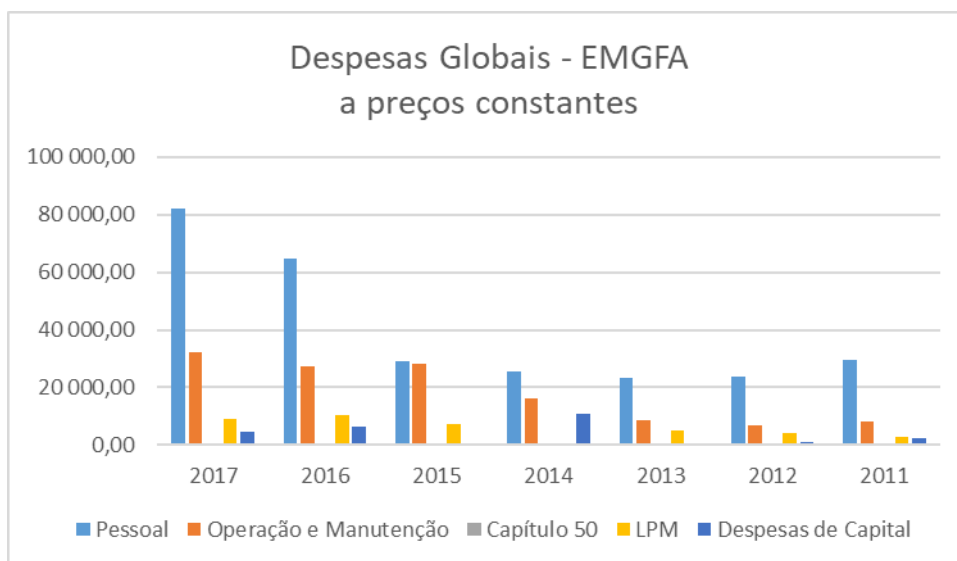
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	86 378,06	34 008,73	0,00	9 623,77	4 753,46	134 764,01
Dados retrospectivos						
2016	67 297,40	28 515,50	0,00	10 694,20	6 686,20	113 193,30
2015	30 025,90	29 364,80	0,00	7 492,00	0,00	66 882,70
2014	26 178,10	16 616,90	0,00	552,90	11 269,90	54 617,80
2013	23 919,10	8 829,70	0,00	5 166,10	838,20	38 753,10
2012	24 239,50	6 927,90	0,00	4 268,10	925,20	36 360,70
2011	29 681,12	8 285,22	0,00	2 605,73	2 282,37	42 854,43



A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	81 961,94	32 270,01	0,00	9 131,75	4 510,44	127 874,14
Dados retrospectivos						
2016	64 750,78	27 436,44	0,00	10 289,52	6 433,19	108 909,93
2015	29 063,02	28 423,12	0,00	7 251,74	0,00	64 737,89
2014	25 465,31	16 164,45	0,00	537,85	10 963,04	53 130,63
2013	23 198,01	8 563,51	0,00	5 010,36	812,93	37 584,81
2012	23 579,28	6 739,20	0,00	4 151,85	900,00	35 370,33
2011	29 681,12	8 285,22	0,00	2 605,73	2 282,37	42 854,43



1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA (CONTINUAÇÃO)

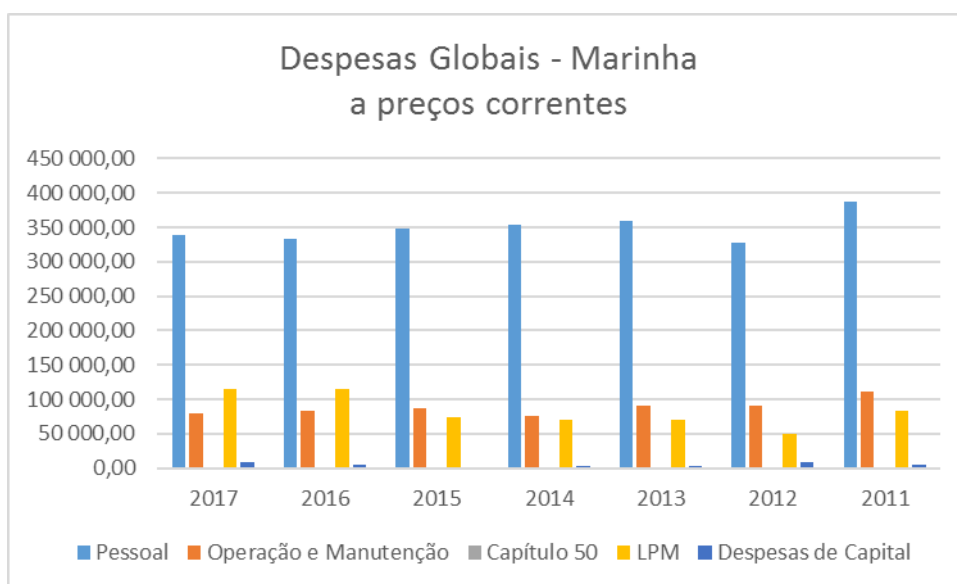
						(%)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	64,1%	25,2%	0,0%	7,1%	3,5%	100,0%
Dados retrospectivos						
2016	59,5%	25,2%	0,0%	9,4%	5,9%	100,0%
2015	44,9%	43,9%	0,0%	11,2%	0,0%	100,0%
2014	47,9%	30,4%	0,0%	1,0%	20,6%	100,0%
2013	61,7%	22,8%	0,0%	13,3%	2,2%	100,0%
2012	66,7%	19,1%	0,0%	11,7%	2,5%	100,0%
2011	69,3%	19,3%	0,0%	6,1%	5,3%	100,0%

1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

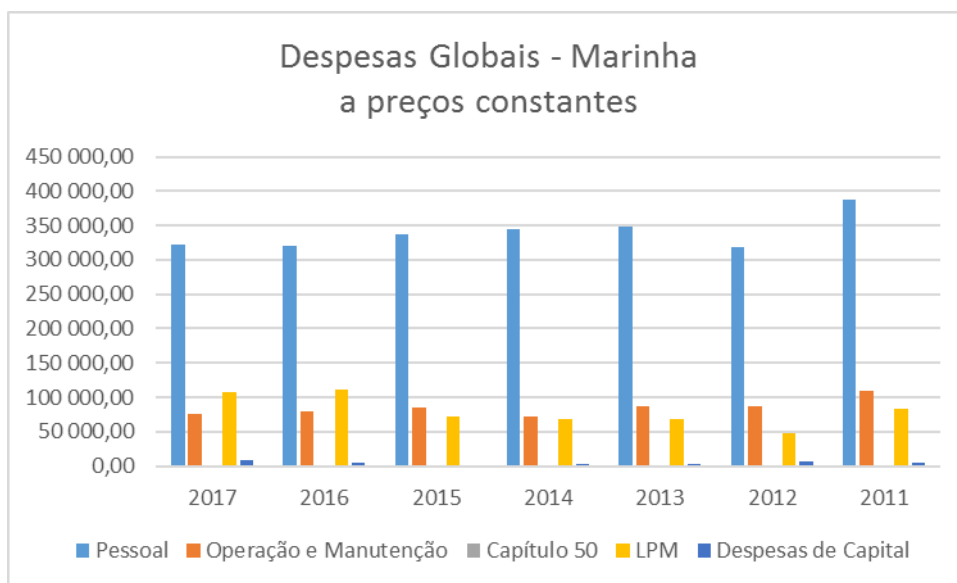
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	339 459,46	79 889,34	828,37	114 274,01	8 325,79	542 776,96
Dados retrospectivos						
2016	333 367,30	82 364,90	867,90	115 183,70	4 725,10	536 508,90
2015	348 224,60	87 773,90	869,60	73 677,50	0,00	510 545,60
2014	354 021,70	75 107,70	712,30	70 414,20	3 174,50	503 430,40
2013	358 735,40	90 350,20	1 111,40	69 863,90	3 786,80	523 847,70
2012	326 861,50	90 455,90	1 055,40	49 897,20	7 904,20	476 174,20
2011	388 078,92	110 339,34	1 680,83	84 040,32	5 046,17	589 185,58



A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	322 104,44	75 804,96	786,02	108 431,70	7 900,13	515 027,24
Dados retrospectivos						
2016	320 752,28	79 248,11	835,06	110 825,01	4 546,30	516 206,75
2015	337 057,64	84 959,14	841,71	71 314,79	0,00	494 173,29
2014	344 382,19	73 062,62	692,91	68 496,92	3 088,06	489 722,70
2013	347 920,63	87 626,42	1 077,89	67 757,72	3 672,64	508 055,31
2012	317 958,66	87 992,12	1 026,65	48 538,13	7 688,91	463 204,47
2011	388 078,92	110 339,34	1 680,83	84 040,32	5 046,17	589 185,58



1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA (CONTINUAÇÃO)

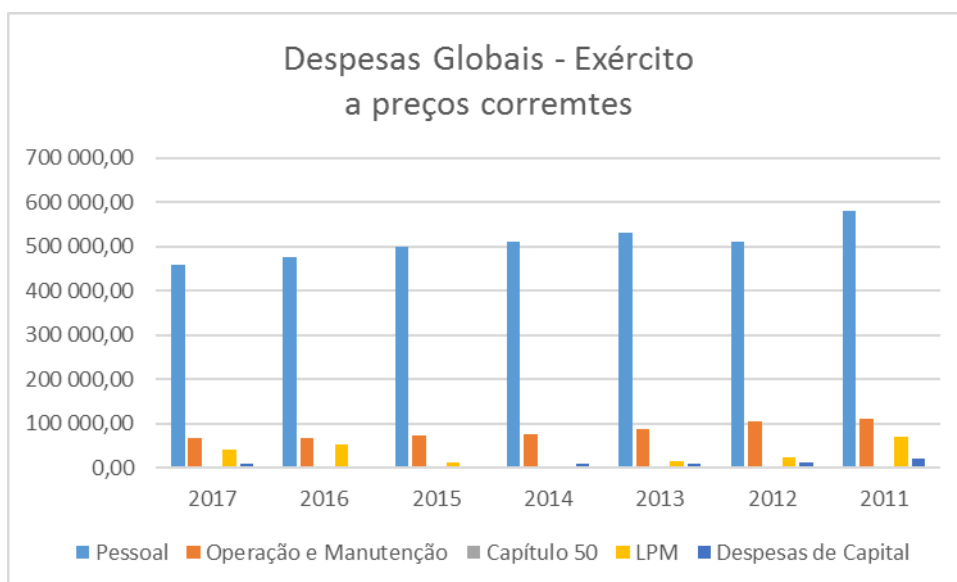
						(%)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	62,5%	14,7%	0,2%	21,1%	1,5%	100,0%
Dados retrospectivos						
2016	62,1%	15,4%	0,2%	21,5%	0,9%	100,0%
2015	68,2%	17,2%	0,2%	14,4%	0,0%	100,0%
2014	70,3%	14,9%	0,1%	14,0%	0,6%	100,0%
2013	68,5%	17,2%	0,2%	13,3%	0,7%	100,0%
2012	68,6%	19,0%	0,2%	10,5%	1,7%	100,0%
2011	65,9%	18,7%	0,3%	14,3%	0,9%	100,0%

1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

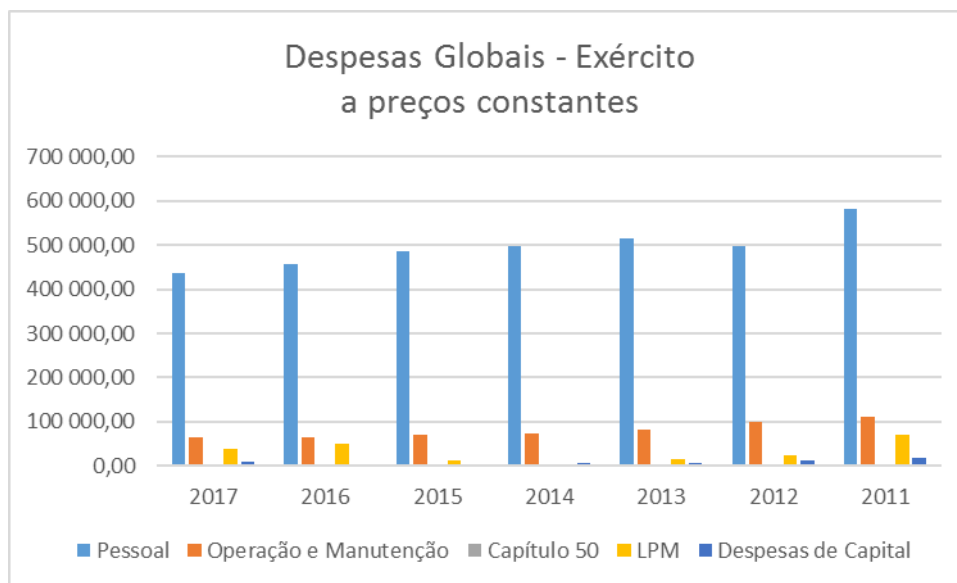
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	459 035,20	66 995,21	818,77	41 976,13	9 924,03	578 749,34
Dados retrospectivos						
2016	475 792,70	66 910,30	852,10	52 207,60	4 306,30	600 069,00
2015	500 604,40	73 243,70	866,60	12 375,30	0,00	587 090,00
2014	512 409,80	75 486,20	774,10	50,40	7 663,10	596 383,60
2013	531 440,10	86 035,10	1 063,30	15 537,40	7 892,10	641 968,00
2012	512 019,40	103 595,70	1 027,10	23 551,20	11 619,00	651 812,40
2011	580 671,28	110 912,02	121,45	70 254,63	19 772,77	781 732,15



A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	435 566,82	63 570,05	776,91	39 830,08	9 416,66	549 160,52
Dados retrospectivos						
2016	457 788,13	64 378,33	819,86	50 232,00	4 143,34	577 361,66
2015	484 550,89	70 894,90	838,81	11 978,45	0,00	568 263,05
2014	498 457,60	73 430,82	753,02	49,03	7 454,44	580 144,91
2013	515 418,82	83 441,41	1 031,24	15 069,00	7 654,18	622 614,65
2012	498 073,35	100 774,03	999,12	22 909,73	11 302,53	634 058,75
2011	580 671,28	110 912,02	121,45	70 254,63	19 772,77	781 732,15



1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO (CONTINUAÇÃO)

(%)

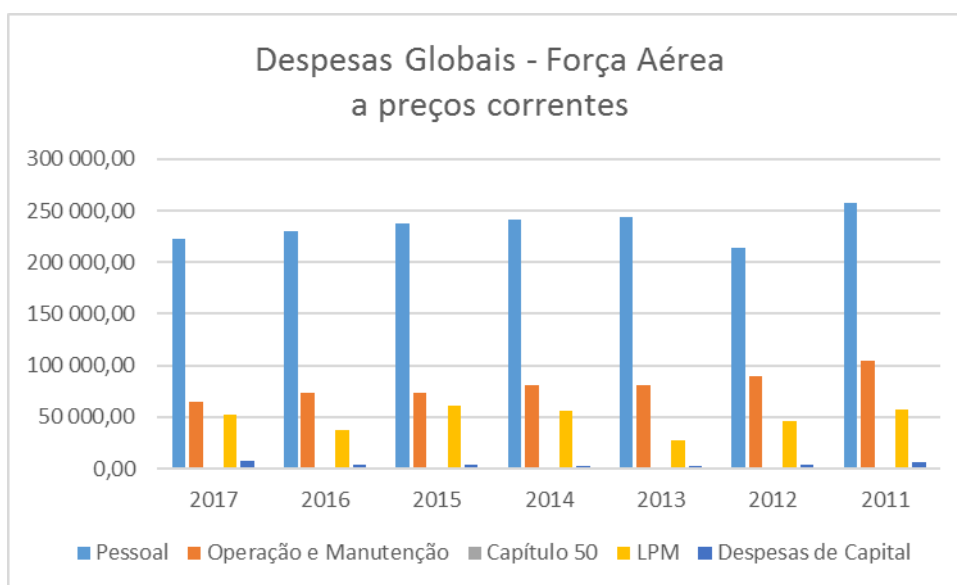
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	79,3%	11,6%	0,1%	7,3%	1,7%	100,0%
Dados retrospectivos						
2016	79,3%	11,2%	0,1%	8,7%	0,7%	100,0%
2015	85,3%	12,5%	0,1%	2,1%	0,0%	100,0%
2014	85,9%	12,7%	0,1%	0,0%	1,3%	100,0%
2013	82,8%	13,4%	0,2%	2,4%	1,2%	100,0%
2012	78,6%	15,9%	0,2%	3,6%	1,8%	100,0%
2011	74,3%	14,2%	0,0%	9,0%	2,5%	100,0%

1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

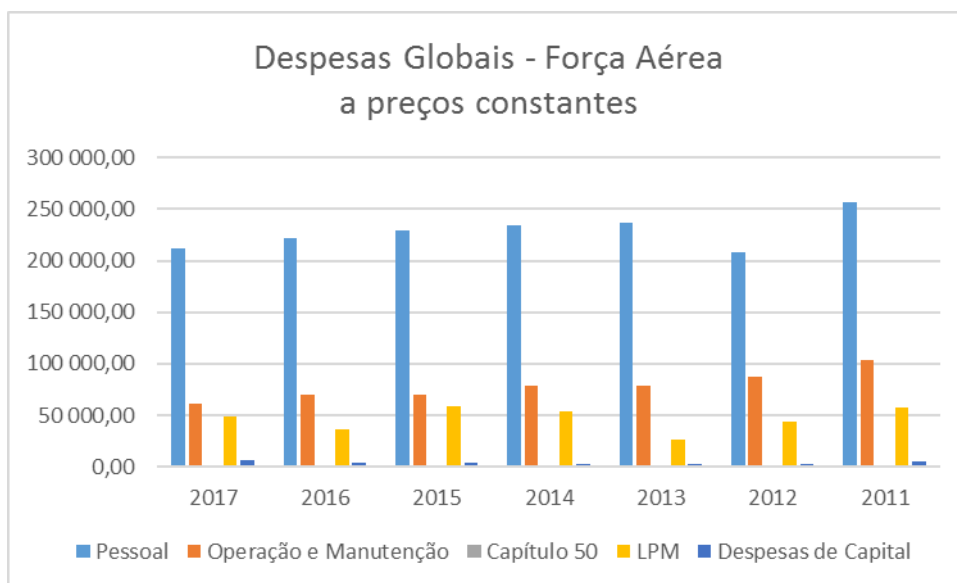
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	223 057,48	65 017,59	851,22	51 686,80	7 414,37	348 027,46
Dados retrospectivos						
2016	230 588,90	73 379,60	875,00	37 358,00	3 951,80	346 153,30
2015	237 121,80	72 864,30	873,10	61 169,00	3 795,00	375 823,20
2014	240 785,20	81 047,90	875,00	55 752,40	2 891,80	381 352,30
2013	243 686,60	80 840,30	1 196,90	27 892,60	2 312,70	355 929,10
2012	214 105,80	90 051,20	904,30	45 407,00	3 258,60	353 726,90
2011	257 046,99	104 036,88	374,93	57 489,66	5 653,79	424 602,24



A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	211 653,56	61 693,54	807,70	49 044,29	7 035,30	330 234,39
Dados retrospectivos						
2016	221 863,14	70 602,83	841,89	35 944,33	3 802,26	333 054,44
2015	229 517,72	70 527,67	845,10	59 207,42	3 673,30	363 771,20
2014	234 228,96	78 841,08	851,17	54 234,34	2 813,06	370 968,61
2013	236 340,20	78 403,21	1 160,82	27 051,72	2 242,98	345 198,94
2012	208 274,12	87 598,44	879,67	44 170,23	3 169,84	344 092,32
2011	257 046,99	104 036,88	374,93	57 489,66	5 653,79	424 602,24



1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA (CONTINUAÇÃO)

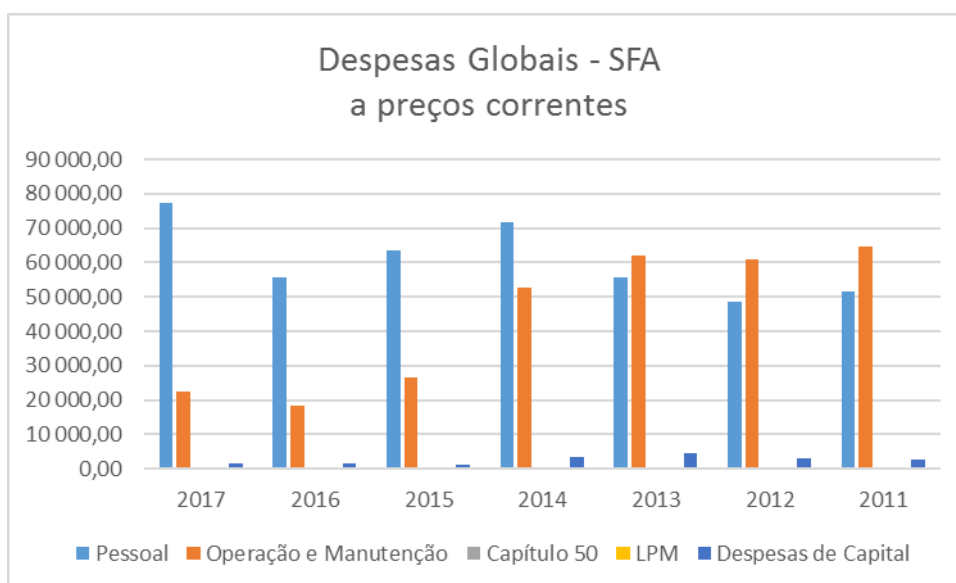
						(%)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	64,1%	18,7%	0,2%	14,9%	2,1%	100,0%
Dados retrospectivos						
2016	66,6%	21,2%	0,3%	10,8%	1,1%	100,0%
2015	63,1%	19,4%	0,2%	16,3%	1,0%	100,0%
2014	63,1%	21,3%	0,2%	14,6%	0,8%	100,0%
2013	68,5%	22,7%	0,3%	7,8%	0,6%	100,0%
2012	60,5%	25,5%	0,3%	12,8%	0,9%	100,0%
2011	60,5%	24,5%	0,1%	13,5%	1,3%	100,0%

1.14 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

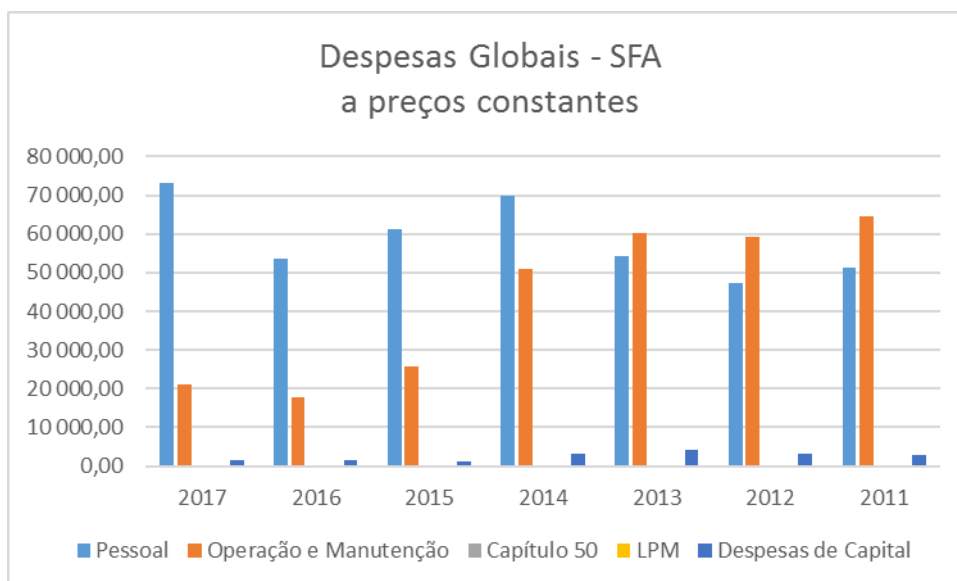
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	77 216,02	22 303,80	0,00	0,00	1 608,47	101 128,29
Dados retrospectivos						
2016	55 657,53	18 461,12	0,00	0,00	1 635,17	75 753,82
2015	63 435,73	26 431,41	0,00	0,00	1 146,60	91 013,75
2014	71 771,60	52 513,30	0,00	0,00	3 384,33	127 669,23
2013	55 815,27	62 006,10	0,00	0,00	4 453,16	122 274,54
2012	48 592,43	60 996,62	0,00	0,00	3 194,49	112 783,55
2011	51 432,15	64 451,86	0,00	0,00	2 858,18	118 742,19



A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	73 268,32	21 163,51	0,00	0,00	1 526,24	95 958,06
Dados retrospectivos						
2016	53 551,38	17 762,52	0,00	0,00	1 573,30	72 887,21
2015	61 401,46	25 583,80	0,00	0,00	1 109,83	88 095,09
2014	69 817,36	51 083,44	0,00	0,00	3 292,18	124 192,98
2013	54 132,62	60 136,81	0,00	0,00	4 318,91	118 588,34
2012	47 268,90	59 335,24	0,00	0,00	3 107,48	109 711,62
2011	51 432,15	64 451,86	0,00	0,00	2 858,18	118 742,19



1.14 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SFA (CONTINUAÇÃO)

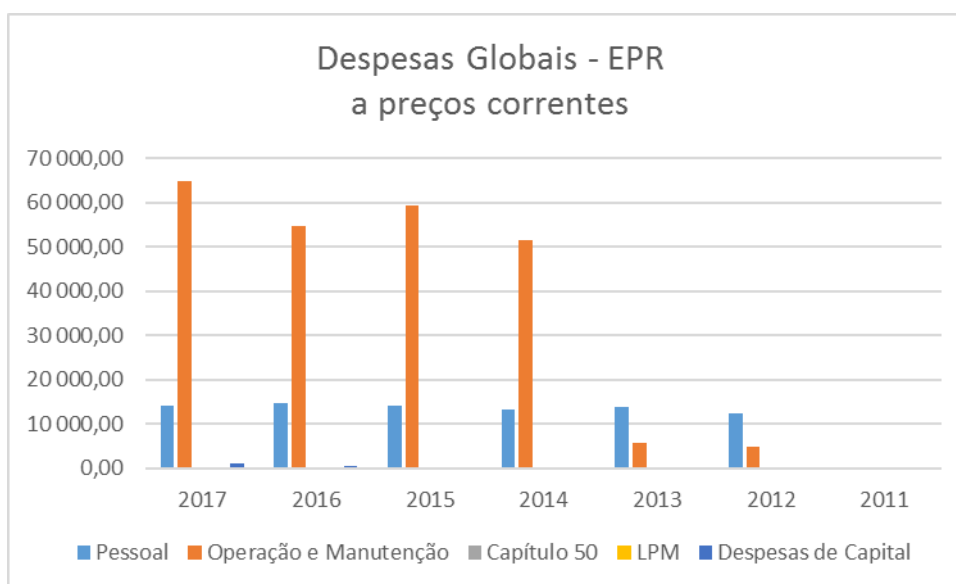
						(%)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	76,4%	22,1%	0,0%	0,0%	1,6%	100,0%
Dados retrospectivos						
2016	73,5%	24,4%	0,0%	0,0%	2,2%	100,0%
2015	69,7%	29,0%	0,0%	0,0%	1,3%	100,0%
2014	56,2%	41,1%	0,0%	0,0%	2,7%	100,0%
2013	45,6%	50,7%	0,0%	0,0%	3,6%	100,0%
2012	43,1%	54,1%	0,0%	0,0%	2,8%	100,0%
2011	43,3%	54,3%	0,0%	0,0%	2,4%	100,0%

1.15 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EPR

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

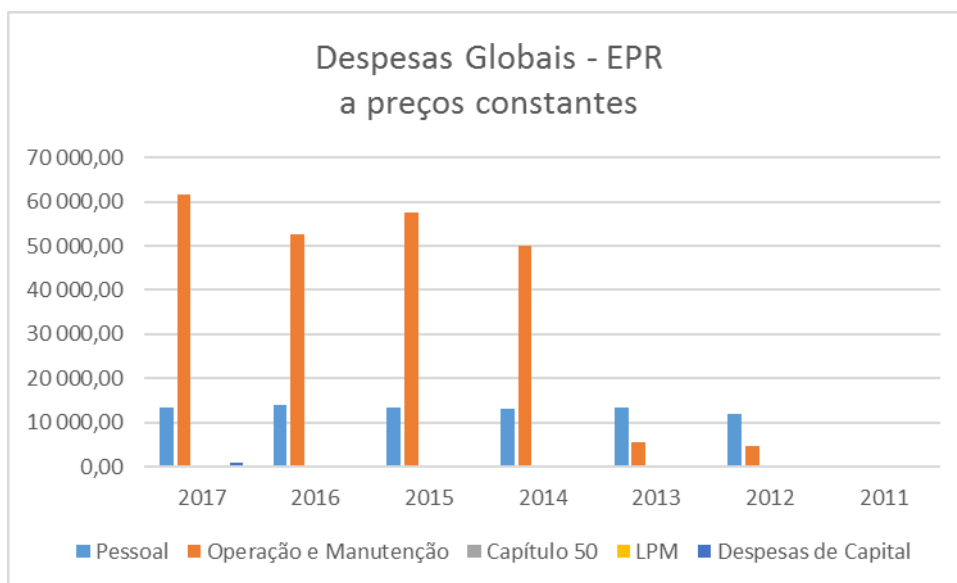
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	14 149,16	64 925,29	0,00	0,00	975,59	80 050,04
Dados retrospectivos						
2016	14 699,94	54 668,14	0,00	0,00	424,24	69 792,32
2015	14 000,18	59 402,29	0,00	0,00	200,04	73 602,52
2014	13 374,95	51 476,40	0,00	0,00	59,59	64 910,94
2013	13 805,06	5 791,41	0,00	0,00	108,57	19 705,04
2012	12 394,54	4 839,84	0,00	0,00	146,36	17 380,74
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	13 425,78	61 605,96	0,00	0,00	925,71	75 957,45
Dados retrospectivos						
2016	14 143,67	52 599,43	0,00	0,00	408,19	67 151,30
2015	13 551,22	57 497,36	0,00	0,00	193,63	71 242,21
2014	13 010,77	50 074,77	0,00	0,00	57,96	63 143,51
2013	13 388,88	5 616,81	0,00	0,00	105,30	19 110,99
2012	12 056,95	4 708,01	0,00	0,00	142,37	16 907,33
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



1.15 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EPR (CONTINUAÇÃO)

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2017	17,7%	81,1%	0,0%	0,0%	1,2%	100,0%
Dados retrospectivos						
2016	21,1%	78,3%	0,0%	0,0%	0,6%	100,0%
2015	19,0%	80,7%	0,0%	0,0%	0,3%	100,0%
2014	20,6%	79,3%	0,0%	0,0%	0,1%	100,0%
2013	70,1%	29,4%	0,0%	0,0%	0,6%	100,0%
2012	71,3%	27,8%	0,0%	0,0%	0,8%	100,0%
2011						



Missões de Interesse Público



NOTA EXPLICATIVA

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a proteção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa atividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respetivos encargos financeiros.

MARINHA

A atividade do Setor Funcional Operações Militares (SF-OM) desenvolveu-se no quadro de competências definido na Lei Orgânica da Marinha e pelas orientações contidas na documentação estruturante, designadamente na Diretiva de Planeamento da Marinha de 2017, do almirante CEMA, e na Diretiva Setorial de 2017, do vice-almirante Comandante Naval (DS-CN).

Ao nível operacional, a atividade do setor foi balizada pelos Planos de Atividades para 2017 das respetivas Unidades, Estabelecimentos e Organismos (UEO) dependentes, sendo que a sua execução foi condicionada pelas restrições orçamentais e pela idade avançada da maioria dos meios operacionais, nomeadamente das Unidades Navais (UN).

Estes constrangimentos limitaram a atividade operacional do setor e exigiram um esforço acrescido na manutenção da prontidão operacional dos meios, em particular das UN. A exigência acrescida no âmbito das ações de manutenção, em resultado do envelhecimento da esquadra, condicionou a disponibilidade dos meios, e obrigou a uma gestão flexível do seu emprego, tendo presente o cumprimento das missões e tarefas atribuídas ao SF-OM.

Atendendo aos objetivos superiormente definidos, a atividade do SF-OM concretizou-se através do aprontamento e emprego de unidades operacionais, com vista à execução das tarefas e missões da Marinha, nomeadamente:

- (1) Defesa Militar e Apoio à Política Externa;
- (2) Segurança e Autoridade do Estado;
- (3) Desenvolvimento Económico, Científico e Cultural.

Os recursos financeiros disponibilizados ao longo de 2017, para financiamento dos encargos com o funcionamento das unidades do setor e da atividade operacional não cobriram as necessidades, tendo sido necessário ajustar as atividades inicialmente planeadas, designadamente, as ações de treino, exercícios nacionais e a não atribuição durante todo o ano de um navio à Zona Marítima do Norte.

Tendo presente a atividade prevista na DS-CN, já enunciada, e nos Planos de Atividades das UEO do SF-OM, conclui-se que o desempenho do setor esteve condicionado pelos constrangimentos impostos pelos recursos financeiros disponíveis, cumprindo-se, ainda assim, os objetivos propostos.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFETOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 – MARINHA

Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Homem / missão	Horas de missão	Despesa			TOTAL
				Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Segurança Marítima	CN (a)	258	79.987,0	1.893.366,4	2.949.548,4	X	4.842.914,8
	IH	5	5.005,0	81.150,0	1.032,0	X	82.182,0
	DGAM	1.185	8.760,0	2.071.725,2	1.306.431,4	1.447.006,5	4.825.163,1
Preservação do Meio Marinho	CN (a)	258	79.987,0	1.893.366,4	2.949.548,4	X	4.842.914,8
	IH	8	483,0	6.752,6	22.344,8	X	29.097,4
	DGAM	761	584,0	21.227,0	59.232,5	X	80.459,5
Presença Naval	CN	1.500	9.264,0	902.340,0	1.187.212,4	X	2.089.552,4
Vigilância e fiscalização dos espaços marítimos	CN (a)	258	79.987,0	1.893.366,4	2.949.548,4	X	4.842.914,8
Investigação Científica no Mar	CN	49	683,0	9.428,6	56.682,5	X	66.111,1
	EN & CINAV	24	X	X	91.737,4	90.019,5	181.756,9
	IH	66	46.633,0	768.028,0	83.640,0	146.592,0	998.260,0
Busca e Salvamento	CN (a)	258	79.987,0	1.893.366,4	2.949.548,4	X	4.842.914,8
	IH	3	39,0	796,0	X	X	796,0
TOTAL		4633	391.399,0	11.434.912,9	14.606.506,7	1.683.618,0	27.725.037,5

- (a) Por impossibilidade de discriminação, o valor apresentado é partilhado pelas diferentes áreas de missão do CN, representado o valor total da despesa FV

EXÉRCITO

Durante o ano de 2017 foram executados um conjunto de trabalhos em apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, enquadrados no âmbito do Plano de Atividade Operacional Civil, prestando o Exército apoio a diversas Câmaras Municipais e instituições civis através de um alargado leque de trabalhos de Engenharia, devidamente protocolados com as respetivas entidades solicitantes.

Além do Plano de Atividade Operacional Civil, o Exército cumpre a sua missão prestando o apoio à população portuguesa no âmbito dos Planos LIRA, ALUVIÃO e FAUNOS e do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, traduzindo-se na realização de inúmeras ações de vigilância e patrulhamento, que em muito contribuíram para a prevenção de incêndios florestais.

Colaboração com Autoridades Cíveis

Atividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades cíveis, e de acordo com o Plano de Atividade Operacional Civil (PAOC), a Engenharia Militar realizou trabalhos de abertura e melhoramento de itinerários e alargamento de estradões florestais, em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, nos concelhos de Coimbra, Alandroal, Setúbal, Covilhã e Sabugal.

Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas a unidades militares e da cedência de áreas para realização de acampamentos, o Exército proporcionou também o acesso ao património nacional à sua responsabilidade, com particular ênfase para a garantia de acessibilidade ao Castelo de Almourol, às instituições coletivas que assim o solicitaram.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram concertos e atuações, em resposta a solicitações de autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a ação cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre "Os Falcões Negros" efetuou sessões de saltos de demonstração de para-quedismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país.

Realizaram-se exposições e foi igualmente prestada colaboração a várias entidades no domínio da Cartografia Militar.

Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efetuado aos peregrinos a Fátima.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas, e no apoio ao combate aos incêndios florestais.

A ação nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do acionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações da ANPC em situações de calamidade.

Houve envolvimento do Exército em ações de combate direto a incêndios, em operações de rescaldo e na cedência de equipamentos para apoio logístico, de Norte a Sul do país.

Ações de Defesa do Meio Ambiente

A nível interno, foram desenvolvidas atividades de recuperação e conservação ambiental e de sensibilização e formação dos seus efetivos. É também de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através da realização de ações de formação, palestras e outras atividades.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFETOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.2 – EXÉRCITO

Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Recursos Humanos	Horas de missão	Despesa (a)			TOTAL
				Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Apoio em Alojamento	CFT	201	5.568,0	0	0	0	0
Apoios em Pessoal e Material	CFT	1017	4.068,0	0	0	0	0
Apoio em Instalações e Alimentação	CFT	2.238	4.476,0	0	0	0	0
Concertos	CFT	1060	318,0	0	0	0	0
Divulgação	CFT	48	288,0	0	0	0	0
Atividades Educativas	CFT	24	204,0	0	0	0	0
Palestras	CFT	48	192,0	0	0	0	0
Visitas	CFT	456	1.368,0	0	0	0	0
Outros	CFT	86	344,0	0	0	0	0
ANPC – Vigilância e sensibilização das populações em matas nacionais e perímetros	CFT	1494	9.694,0	0	0	0	0

(a) As despesas são suportadas pelas entidades apoiadas

FORÇA AÉREA

Para a consecução da sua missão e do respetivo nível de ambição, a Força Aérea foca-se em quatro áreas de atuação: vigilância e controlo do espaço aéreo nacional; patrulhamento e fiscalização do espaço interterritorial; segurança cooperativa; e, segurança humana.

A natureza das missões tem expressão relevante no dispositivo, requer elevada prontidão, obrigando frequentemente à projeção, sustentação e rotação de forças. Este empenhamento exige um estado de alerta contínuo dos sistemas de armas, envolvendo em permanência um número elevado de pessoal e de meios operacionais e de apoio.

Os resultados operacionais neste capítulo traduzem o esforço global da Força Aérea em 2017, numa conjuntura macroeconómica de continuada contenção na despesa pública que se repercute em fortes limitações nos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Apesar dos enormes desafios, o ano foi marcado por um conjunto de acontecimentos em que a Força Aérea afirmou a sua presença e importância.

Constituem exemplos a passagem de Sua Santidade o Papa Francisco pela Base Aérea N.º 5 e os acontecimentos trágicos dos incêndios florestais que assolaram o país. A Força Aérea dedicou à visita apostólica um diversificado conjunto de recursos e meios, nomeadamente para o transporte aéreo de altas individualidades do Estado e do Vaticano, bem como para a segurança do evento e do espaço aéreo através da sua vigilância permanente. Relativamente ao combate aos incêndios, esteve presente através da execução de missões de coordenação e de vigilância aérea e com militares e máquinas de engenharia no terreno

Realizaram-se, em 2017, 15.066 saídas, correspondentes a 18.704:30 Horas de Voo, no âmbito da vigilância e policiamento do espaço aéreo nacional, e no empenhamento de missões atinentes à qualidade de vida das populações. Destacam-se neste particular, as evacuações sanitárias efetuadas nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira e a navios, o transporte de órgãos humanos e a permanente garantia do Serviço de Busca e Salvamento nas vastas regiões de Informação de Voo de Lisboa e de Santa Maria.

No campo da ação externa do Estado, a Força Aérea liderou e integrou contingentes nacionais em múltiplos teatros de operações sob a égide da NATO, ONU e UE, nomeadamente, na operação Sea Guardian, na MINUSMA no Mali, na MINUSCA na República Centro Africana e, também, em operações no Mediterrâneo no âmbito da Agência Frontex.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFETOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.3 – FORÇA AÉREA

Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Recursos Humanos	Horas de Voo	Despesa			TOTAL
				Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
VIGILÂNCIA E CONTROLO DO ESPAÇO AÉREO	CA	X	464,5	X	X	25.702.984,8	25.702.984,8
PATRULHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	CA	X	374,1	X	X	445.857,0	445.857,0
SEGURANÇA HUMANA (BUSCA E SALVAMENTO)	CA	X	446,2	X	X	X	X
SEGURANÇA HUMANA (EVACUAÇÕES SANITÁRIAS)	CA	X	910,0	X	X	X	X
SEGURANÇA HUMANA (TRANSPORTE ÓRGÃOS)	CA	X	70,1	X	X	X	X
SEGURANÇA COOPERATIVA	CA	X	1.876,1	X	X	X	X
OUTROS (INSTRUÇÃO, APRONTAMENTO E APOIO AÉREO)	CA/CPESFA/AFA	X	14.599,1	X	X	10.210.454,1	10.210.454,1
INSTRUÇÃO (a)	CPESFA/ES Q 101	X	2.691,1	X	X	X	X
	CA/ESQ 103	X	800,0	X	X	X	X
DEFESA AÉREA (a)	CA/ESQ 201	X	1.962,4	X	X	X	X
	CA/ESQ 301	X	1.737,2	X	X	X	X
TRANSPORTE AÉREO/ OUTROS (a)	CA/ESQ 501	X	1.618,5	X	X	X	X
	CA/ESQ 502	X	3.637,6	X	X	X	X
	CA/ESQ 504	X	712,3	X	X	X	X
INSTRUÇÃO/ OUTROS (a)	CA/ESQ 552	X	1.450,0	X	X	X	X
ISR/ B&S (a)	CA/ESQ 601	X	1.253,2	X	X	X	X
B&S/ OUTROS (a)	CA/ESQ 751	X	1.750,6	X	X	X	X
INSTRUÇÃO (a)	AFA/ESQ 802	X	1.090,1	X	X	X	X
TOTAL		X	37.442,6	X	X	36.359.295,9	36.359.295,9

(a) Horas de voo incluídas nas sete primeiras linhas de missão



Forças Nacionais Destacadas

NOTA EXPLICATIVA

Em cumprimento do constitucionalmente estabelecido “Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”.

Neste contexto, desde finais de 1993, Portugal, tem vindo a participar em Missões Humanitárias e de Paz (MHP) com Forças Nacionais Destacadas (FND) em diversos teatros de operações (TO) ou com militares em outras missões no exterior, e a contribuir com forças e meios para: as *NATO Graduated Forces* (NGF) (Immediate Reaction Force (IRF) da NATO Response Force (NRF) e para as Standing NATO Maritime Group 1 e 2 (SNMG 1 e 2), bem como para a EU Battle Groups (EUBG) e EUROFORÇAS (EUROFOR ou EUROMARFOR), os quais, por razões de simplificação, quando empregues, se consideram abrangidas no conceito de FND.

De um modo geral, as Forças Armadas Portuguesas têm participado em operações humanitárias, de apoio à paz e outras, que decorrem de Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), sob a responsabilidade dessa organização, da OTAN, da UE, integradas em coligações e outras dirigidas para a prossecução dos interesses estratégicos e particulares de Portugal.

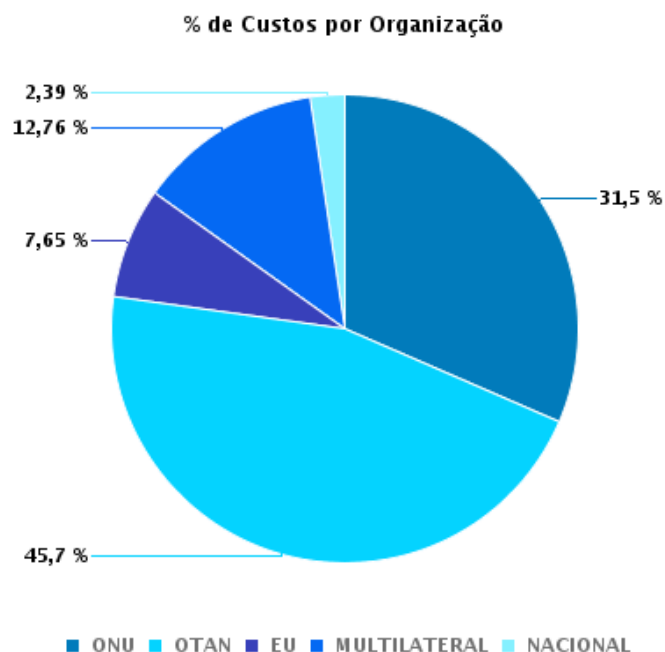
A atuação do EMGFA orienta-se de modo a validar, com a participação e colaboração dos Ramos, a adequabilidade, a aceitabilidade e a exequibilidade das forças e meios nacionais, que possam satisfazer às condições de emprego e outros requisitos estabelecidos pelas organizações internacionais, em termos de capacidades próprias, composição da força e custos relacionados com o seu levantamento, preparação, aprontamento e sustentação.

Compete ao EMGFA propor a participação nacional, especificando os requisitos operacionais que as forças e meios podem satisfazer, as eventuais limitações ao seu emprego e a sua composição, organização e custos associados, em função dos diversos cenários de participação definidos pelo Governo para o desenvolvimento da sua política externa.

3.1 - DESPESAS COM AS MISSÕES

Os encargos financeiros resultantes da participação das Forças Armadas em missões humanitárias e de paz conduzidas sob a égide das diversas organizações de que Portugal faz parte atingiram, no ano de 2017, um total de **57.214.223,50€**, conforme indicado no quadro seguinte, sendo as missões da NATO aquelas que, de longe, representaram a maior parcela:

Organização	Missão	Custos/ Missão	Custos Missão/Participante
ONU	COLOMBIA	403.439,7	50.429,96
ONU	MINUSCA	12.526.764,3	77.325,71
ONU	MINUSMA	5.013.887,2	67.755,23
ONU	UNAMA	77.279,3	38.639,65
OTAN	ASSURANCE MEASURES	6.721.881,7	41.750,82
OTAN	eNRF 2017 (M)	602.000,0	x
OTAN	ENRF 2017 / ESNF E IFFG (M)	183.100,0	x
OTAN	eNRF2017 / IFFG 30	91.806,9	x
OTAN	eNRF2017 / IFFG 45	340.162,6	x
OTAN	FOCUSED COLLECTION ACTIVITY	687.070,0	22.902,33
OTAN	KFOR	5.532.886,9	29.907,50
OTAN	OPERAÇÃO SEA GARDIAN	1.873.000,0	7.203,85
OTAN	QG'S Participações diversas (CIM)	60.828,4	x
OTAN	RSM	1.645.549,3	164.554,93
OTAN	SEA GARDIAN	1.162.500,0	x
OTAN	SNMG	7.120.000,0	37.872,34
OTAN	Tailored FORWARD PRESENCE	126.196,1	42.065,37
EU	ATALANTA	117.035,8	29.258,95
EU	EUBG 2017 - 2	658.683,2	x
EU	EUNAVFOR MED	1.413.879,5	40.396,56
EU	EUNAVFOR MED (SOPHIA)	154.310,4	30.862,08
EU	EUTM-Mali	548.276,6	32.251,56
EU	EUTM-RCA	575.837,7	25.036,42
EU	EUTM-SOMÁLIA	332.211,6	83.052,90
EU	EUROMARFOR-MWE	577.500,0	3.244,38
MULTILATERAL	GALLANT PHOENIX - "CIM"	127.947,0	x
MULTILATERAL	Golfo da Guiné	4.466.060,0	12.687,67
MULTILATERAL	IRAQUE - Inherent Resolve	2.709.242,1	84.663,82
NACIONAL	SEGUROS	200.720,3	//
NACIONAL	SATCOM	1.164.167,0	//
TOTAL		57.214.223,5	//



3.2 – APOIO MILITAR À AÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS

3.2.1 – Operações/Missões realizadas

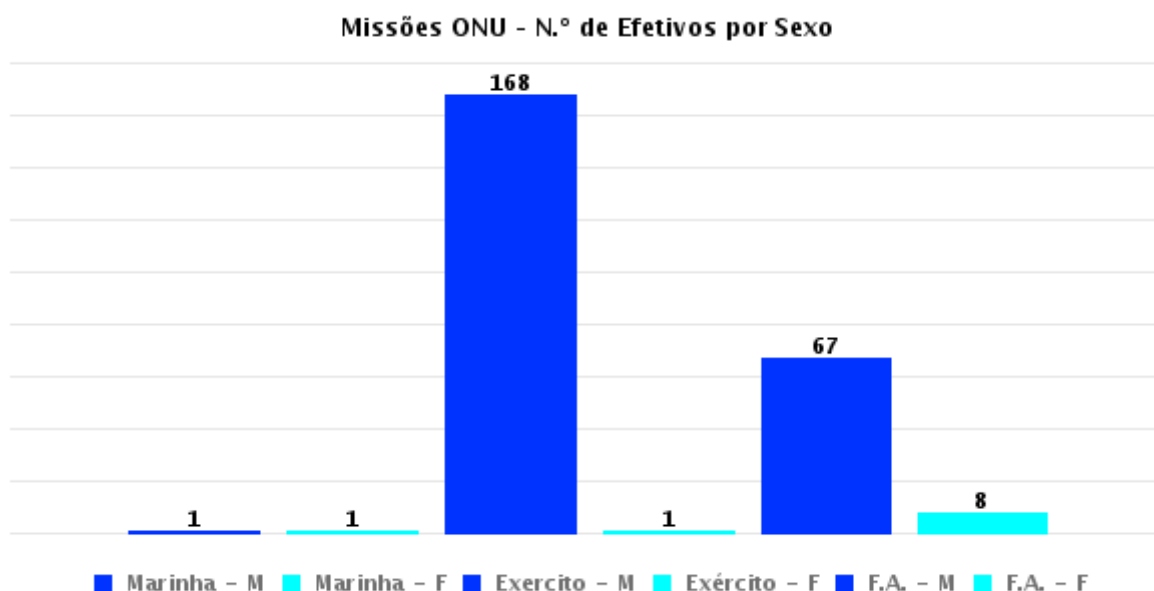
Organização	Missão	Custos/ Missão	Custos Missão/Participante
ONU	AFEGANISTÃO/UNAMA	77.279,3	38.639,65
ONU	MALI/MINUSMA	5.013.887,2	67.755,23
ONU	MINUSCA/RCA	12.526.764,3	77.325,71
ONU	COLÔMBIA	403.439,7	50.429,96
NATO	KOSOVO/KFOR	5.532.886,9	29.907,50
NATO	SEA GUARDIAN	1.873.000,0	7.203,85
NATO	SNMG1	7.120.000,0	37.872,34
NATO	RESOLUTE SUPPORT/AFG	1.645.549,3	164.554,93
NATO	TFP/ROMÉLIA	126.196,1	42.065,37
NATO	FOCUSED COLLECTION ACTIVITIES/ESTÓNIA	687.070,0	22.902,33
NATO	ASSURANCE MEASURES	6.721.881,7	41.750,82
EU	ATALANTA	117.035,8	29.258,95
EU	EUTM SOMÁLIA	332.211,6	83.052,90
EU	EUTM-MALI	548.276,6	32.251,56
EU	EUTM/RCA	575.837,7	25.036,42
EU	EUNAVFORMED/SOPHIA/IRINI	1.568.189,9	39.204,75
EU	FRONTEX	577.500,0	2.171,05
TOTAL		45.447.006,1	//

3.2.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU

3.2.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha (a)			Exército (a)			Força Aérea (a)		
		QP/RC	M	F	QP/RV/RC	M	F	QP/RC	M	F
AFEGANISTÃO/UNAMA		0	0	0	1	1	0	1	1	0
MALI/MINUSMA	C-130	0	0	0	0	0	0	66	58	8
MALI/MINUSMA	QG	0	0	0	6	6	0	2	2	0
MINUSCA/RCA	2ªQRF/RCMDS	0	0	0	159	159	0	0	0	0
MINUSCA/RCA	TACP	0	0	0	0	0	0	3	3	0
COLÔMBIA		2	1	1	3	2	1	3	3	0
TOTAL		2	1	1	169	168	1	75	67	8

(a) Não foi possível distinguir os militares por QP/RC



3.2.1.1.2 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos

(euros)

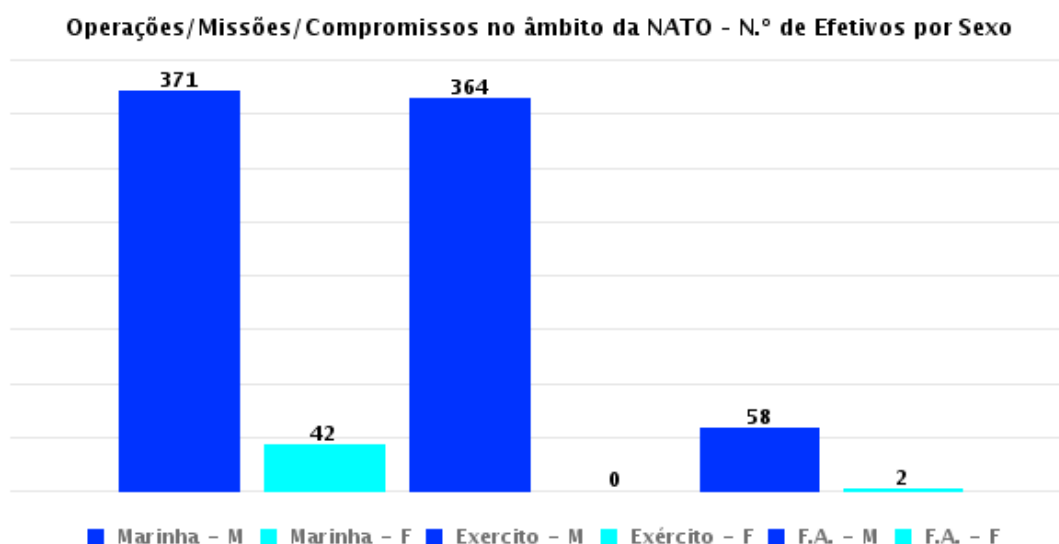
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
MALI/MINUSMA	C-130	5.013.887,2
MINUSCA/RCA	RCMDS/TACP	12.526.764,3
TOTAL		17.540.651,50

3.2.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO

3.2.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha (a)			Exército (a)			Força Aérea (a)		
		QP/RC	M	F	QP/RV/RC	M	F	QP/RC	M	F
KOSOVO/KFOR	1ºBI/BrigInt	0	0	0	181	181	0	0	0	0
KOSOVO/KFOR	QG	0	0	0	4	4	0	0	0	0
SEA GUARDIAN	P-3P	0	0	0	0	0	0	24	24	0
SEA GUARDIAN	P-3P	0	0	0	0	0	0	13	11	2
SEA GUARDIAN	NRP B.Dias	188	167	21	0	0	0	0	0	0
SEA GUARDIAN	NRP Arpão	35	35	0	0	0	0	0	0	0
SNMG1	NRP B.Dias	188	167	21	0	0	0	0	0	0
RESOLUTE SUPPORT/AFG	QG	2	2	0	6	6	0	2	2	0
TFP/ROMÉLIA		0	0	0	3	3	0	0	0	0
FOCUSED COLLECTION ACTIVITIES/ESTÓNIA		0	0	0	30	30	0	0	0	0
ASSURANCE MEASURES	4 F-16A	0	0	0	0	0	0	21	21	0
ASSURANCE MEASURES	SOLTU	0	0	0	21	21	0	0	0	0
ASSURANCE MEASURES	BrigInt CAtMec (r)	0	0	0	119	119	0	0	0	0
TOTAL		413	371	42	364	364	0	60	58	2

(a) Não foi possível distinguir os militares por QP/RC



3.2.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Meios envolvidos

(euros)

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
KOSOVO/KFOR	1ºBI/BrigInt	5.532.886,9
SEA GUARDIAN	P-3P/NRP B.Dias/NRP Arpão	1.162.500,0
SNMG1	NRP B.Dias	7.120.000,0
ASSURANCE MEASURES	4 F-16A/CatMec (r)	6.721.881,7
TOTAL		20.537.268,6

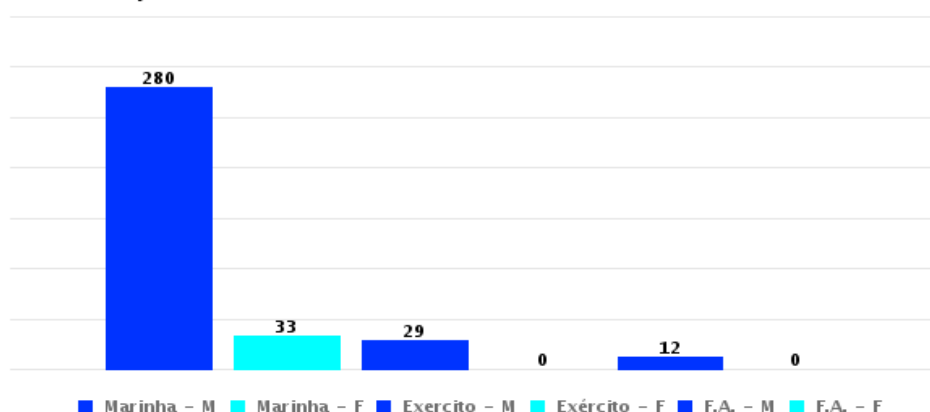
3.2.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE

3.2.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha (a)				Exército (a)			Força Aérea (a)		
		QP	RC	M	F	QP/RV/RC	M	F	QP/RC	M	F
ATALANTA			4	4	0	0	0	0	0	0	0
EUTM SOMÁLIA			0	0	0	4	4	0	0	0	0
EUTM-MALI			3	3	0	12	12	0	2	2	0
EUTM/RCA			2	2	0	13	13	0	8	8	0
EUNAVFORMED/SOPHIA/IRINI	QG		3	3	0	0	0	0	2	2	0
EUNAVFORMED/SOPHIA/IRINI	NRP Arpão		35	35	0	0	0	0	0	0	0
FRONTEX	NRP Vasco da Gama		150	135	15	0	0	0	0	0	0
FRONTEX	NRP Tejo		30	27	3	0	0	0	0	0	0
FRONTEX	NRP Viana do Castelo		54	43	11	0	0	0	0	0	0
FRONTEX	NRP Douro		32	28	4	0	0	0	0	0	0
TOTAL			313	280	33	29	29	0	12	12	0

(a) Não foi possível distinguir os militares por QP/RC

Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE - N.º de Efetivos por Sexo



3.2.1.3.2 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos

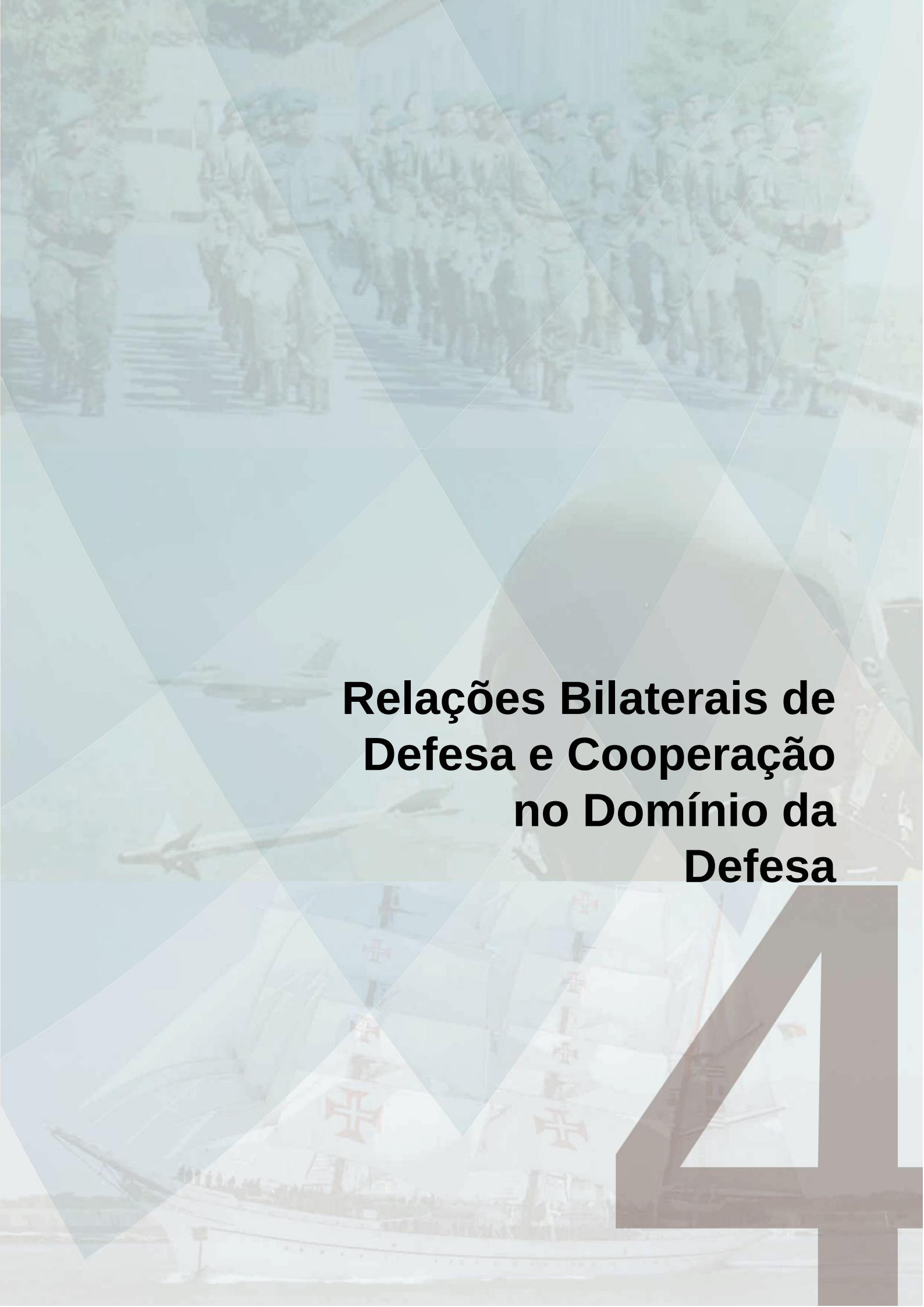
(euros)

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
EUNAVFORMED/SOPHIA/IRINI	NRP Arpão	1.568.189,9
FRONTEX	NRP Vasco da Gama /NRP Tejo /NRP Viana do Castelo /NRP Douro	577.500,0
TOTAL		2.145.689,9

3.2.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha (a)			Exército (a)			Força Aérea (a)		
		QP/RC	M	F	QP/RV/RC	M	F	QP/RC	M	F
eNRF(M)	Fragata	200	200		0	0		0		0
eNRF/SNMG	Fragata	200	200		0	0		0		0
eNRF/IFFG 45	1 Esquadrão Reconhecimento	0	0		140		140	0		0
eNRF/IFFG 30	1 Batalhão de Infantaria Mecanizada	0	0		600		600	0		0
eNRF(A)	6 F16 MLU	0	0		0		0	140		140
eNRF(M)	1 P-3C	0	0		0		0	82		82
SNMG1	Fragata com helicóptero orgânico e equipa de abordagem	200	200		0		0	0		0
eNRF/VJTF	Militar SOCC HQ	0	0		0		0	1		1
eNRF/VJTF	Militar SOCC HQ	2	2		0		0	0		0
TOTAL		602	602		740		740	223		223

(a) Não foi possível distinguir os militares por QP/RC nem por Género.



Relações Bilaterais de Defesa e Cooperação no Domínio da Defesa



RELACIONAMENTO BILATERAL DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

O relacionamento bilateral de defesa (com exceção da Cooperação no Domínio da Defesa com os Países de Língua Portuguesa, que, pela sua especificidade, será tratada numa secção autónoma deste capítulo) assenta nas grandes linhas orientadoras previstas no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, refletindo, sobretudo, os compromissos assumidos no âmbito dos acordos internacionais e nos planos de atividades negociados em sede de comissões mistas e o esforço que tem sido desenvolvido na definição de eixos prioritários com vista ao aprofundamento da cooperação do domínio da Defesa.

Para o sucesso da cooperação internacional de defesa tem sido fundamental o contributo e o envolvimento das Forças Armadas e dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, continuando-se a registar níveis crescentes de articulação e partilha de informação entre os agentes da diplomacia de defesa.

Nos quadros seguintes apresenta-se, assim, o ponto de situação, referente ao ano de 2017, das atividades desenvolvidas no âmbito do relacionamento bilateral de defesa.

4.1 – ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA

4.1.1 - Acordos, convenções, memorandos de entendimento e cartas de intenções

PAÍS	EM VIGOR	EM PROJETO	EM RENEGOCIAÇÃO
Alemanha	6	0	0
Arábia Saudita	0	1	0
Argélia	3	1	0
Argentina	2	0	0
Bélgica	4	0	0
Brasil	14	1	0
Bulgária	2	0	0
Canadá	3	1	0
Chile	5	0	0
China	3	0	0
Colômbia	0	1	0
Croácia	0	1	0
EAU	0	1	0
Espanha	27	2	0
Eslováquia	1	0	0
Eslovênia	1	0	0
Estônia	1	1	0
EUA	16	2	0
Filipinas	0	2	0
França	7	0	0
Gana	0	1	0
Grécia	2	0	0
Hungria	3	0	0
Índia	2	0	0
Itália	2	0	0
Letônia	1	0	0
Líbia	1	0	0
Lituânia	2	0	0
Marrocos	5	1	0
Mauritânia	1	0	0
Noruega	1	0	0
Países Baixos	1	0	0
Peru	0	1	0
Polónia	2	0	0
Reino Unido	5	0	0

República Checa	2	0	0
Roménia	2	0	0
Rússia	2	0	0
Sérvia	1	0	0
Trinidad e Tobago	0	1	0
Tunísia	2	0	0
Turquia	2	0	0
Ucrânia	1	1	0
Uruguai	3	0	0
TOTAL	138	19	0

4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades

PAÍS	Nº de Atividades por País
Argélia	7
Grécia	1
EUA	18
Finlândia	1
Marrocos	12
Roménia	3
Tunísia	11
Ucrânia	2
TOTAL	55

4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica

PAÍS	Cruzeiros
Alemanha	3
Espanha	8
França	4
Ilhas Marshall	1
Itália	2
Países Baixos	1
Principado do Mónaco	1
Reino Unido	1
TOTAL	21

4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

PAÍS	Visitas
Alemanha	1
Argélia	4
Bahamas	1
Bélgica	1
Brasil	3
Canadá	4
China	1
Colômbia	1
Dinamarca	2
Espanha	34
EUA	14
Finlândia	1
França	11
Itália	8
Índia	1
Marrocos	3
Noruega	1
Países Baixos	3
Peru	1
Reino Unido	17
Rússia	8
Suécia	7
Roménia	1
TOTAL	128

4.1.5 - Sobrevoos e aterragem - Pedidos de autorização Aeronaves Estrangeiras

PAÍS	Pedidos Processados		Total
	Permanentes	Não Permanentes	
Alemanha	75	17	92
Algeria	2	15	17
Angola	12	0	12
Arábia Saudita	0	33	33
Austria	0	3	3
Austrália	0	5	5
Bélgica	72	50	122

Bolívia	0	3	3
Brasil	60	4	64
Bulgária	2	0	2
Burkina Faso	0	2	2
Camarões	5	0	5
Canadá	39	27	66
Chade	3	0	3
Chile	0	7	7
China	0	11	11
Colômbia	0	9	9
Congo, República Democrática do	0	1	1
Costa do Marfim	5	5	10
Dinamarca	3	0	3
Ecuador	0	12	12
Egito	29	29	58
Emiratos Árabes Unidos	18	16	34
Eslováquia	2	0	2
Estados Unidos da América	3.449	99	3.548
Espanha	755	69	824
Guiné Equatorial	0	1	1
Estónia	0	2	2
França	373	65	438
Gâmbia	0	2	2
Geórgia	0	2	2
Grécia	3	0	3
Holanda	37	29	66
Hungria	3	1	4
Índia	0	27	27
Israel	0	9	9
Itália	21	4	25
Jordânia	0	2	2
Luxemburgo	0	4	4
Malta	0	1	1
Marrocos	72	8	80
Mauritânia	0	2	2
Mónaco	0	1	1
Namíbia	4	0	4
Nova Zelândia	0	2	2
Nigéria	5	0	5
Paquistão	0	27	27
Polónia	4	1	5
Qatar	5	12	17
Roménia	12	3	15
Reino Unido	105	67	172
Rússia	0	7	7
Senegal	0	1	1
Sérvia e Montenegro	1	0	1
Suécia	2	2	4
Suíça	10	1	11
Tunísia	2	0	2
Turquia	4	4	8
Ucrânia	0	2	2
Venezuela	0	12	12

Zâmbia	0	2	2
OTAN/NATO	12	6	18
TOTAL	5.206	726	5.932

COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

A Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com Timor-Leste encontra-se estruturada em Programas-Quadro bilaterais, de carácter indicativo e flexível, que integram Projetos concretos a executar no terreno, envolvendo também ações de natureza complementar, decorrentes das orientações e conceitos aplicados à execução da política de CDD, essencialmente dirigida à capacitação das Estruturas Superiores da Defesa Nacional e das Forças Armadas daqueles Países, bem como à capacitação destas últimas e à formação dos seus quadros militares.

A execução dos Projetos envolve quatro componentes: projeção de assessorias técnicas, residentes ou temporárias, e/ou unidades móveis de instrução, formação de pessoal em Portugal e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste, apoio à recuperação de infraestruturas militares locais e fornecimento de material e equipamentos.

A área da formação, componente nuclear da CDD, tem como objetivo criar, progressivamente, condições para a apropriação pelos respetivos Ministérios da Defesa e Forças Armadas, criando capacidades que garantam sustentação e autonomia próprias, desenvolvendo-se em dois níveis: através de um plano de formação de quadros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste em Portugal, elaborado e executado anualmente, e de vários Projetos no terreno, direcionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar naqueles Países.

Neste contexto, e com o intuito de redinamizar o ensino de longa duração em Portugal, rentabilizando a capacidade sobrança da rede de Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM)/Ensino Militar não superior foi desenvolvido, por parte da DGPDN/MDN, o Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR), que visa a preparação e qualificação de quadros intermédios e superiores, capacitando-os para, posteriormente, poderem desempenhar funções superiores nos seus países (direção, chefia, coordenação e orientação).

A formação em Portugal permite uma maior inserção dos formandos militares em contexto internacional e fornece-lhes o conhecimento e as ferramentas necessárias para o apoio ao desenvolvimento das suas competências.

Tendo a CPLP consagrado, na revisão de 2001, a Defesa como área de cooperação, tem vindo a ser dado corpo ao desenvolvimento de uma componente de Defesa da Comunidade, cujas ações são preparadas por um Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa, posteriormente avaliadas nas reuniões de CEMGFA e de Diretores de Política de Defesa da CPLP e, finalmente, analisadas e aprovadas pelos Ministros da Defesa, num ciclo que se renova anualmente.

Os encargos financeiros que decorrem dos Projetos inscritos nos Programas-Quadro de CDD e da componente de Defesa da CPLP inscrevem-se, na parte elegível, na contribuição portuguesa para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Os quadros relativos à CDD com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste procuram identificar e quantificar as ações realizadas, as áreas de intervenção e os consequentes investimentos.

4.2. - COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA

4.2.1 - Projetos de Cooperação no Domínio da Defesa com os PLOP

República de Cabo Verde
Estrutura Superior das Forças Armadas de Cabo Verde Segurança e Autoridade do Estado no Mar
República da Guiné-Bissau
Assessorar a reforma da estrutura superior das Forças Armadas e identificar projetos relevantes a serem incluídos no Programa-Quadro de CDD 2015-2017
República Democrática de S. Tomé e Príncipe
Apoio à Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe Guarda Costeira Pelotão de Engenharia Militar de Construções
República de Angola
Núcleo Conjunto de Coordenação Apoiar a Marinha de Guerra Angolana Apoiar o Exército Angolano Apoiar a Força Aérea Nacional
República de Moçambique
Núcleo Conjunto de Coordenação Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM) Marinha de Guerra de Moçambique Força Aérea de Moçambique (FAM)
República Democrática de Timor-Leste
Estrutura Superior da Defesa e das FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste Componente de Formação e Treino Componente Naval Componente Terrestre Instituto de Defesa Nacional (IDN)

4.2.2 - Despesas globais da Cooperação no Domínio da Defesa

(euros)

Tipo de Despesas	PAÍSES						TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Desp. suportadas pel	174.791,0	138.991,0	191.938,0	1.362.810,0	869.031,0	493.120,0	3.230.681,0
Desp. suportadas pel	130.259,0	154.146,0	193.585,0	1.445.541,0	947.398,0	654.294,0	3.525.223,0
TOTAL	305.050,0	293.137,0	385.523,0	2.808.351,0	1.816.429,0	1.147.414,0	6.755.904,0

4.2.3 - Despesas dos projetos de Cooperação no Domínio da Defesa e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP

(euros)

PAÍS	N.º Militares	Valor
Cabo Verde	8	87.006,5
Guiné-Bissau	5	83.941,8
S. Tomé e Príncipe	10	119.552,8
Angola	86	1.132.457,4
Moçambique	48	703.240,3
Timor-Leste	31	419.908,9
TOTAL	188	2.546.107,9

4.2.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	6	2	6	31	4	3	52
	Exército	10	7	4	10	5	0	36
	Força Aérea	0	0	0	6	1	0	7
Promoção	Marinha	0	0	0	0	0	0	0
	Exército	0	0	0	0	0	0	0
	Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
Atualização	Marinha	0	0	0	0	0	0	0

	Exército	0	0	0	0	0	0	0
	Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
Qualificação	Marinha	0	0	0	0	0	0	0
	Exército	2	0	0	0	0	5	7
	Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	Marinha	6	2	6	31	4	3	52
	Exército	12	7	4	10	5	5	43
	Força Aérea	0	0	0	6	1	0	7

4.2.5 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA

(euros)

Ramo das Forças Armadas		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	53.956,9	53.956,9	53.956,9	53.956,9	53.956,9	0,0	269.784,4
	Exército	18.042,4	8.071,2	5.715,2	5.821,6	16.020,8	26.398,2	80.069,4
	Força Aérea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Vencimentos dos militares em missões nos PLOP e Timor-Leste	Marinha	51.279,6	50.708,0	68.251,6	512.381,4	200.123,8	130.988,0	1.013.732,4
	Exército	61.312,5	40.595,3	83.451,2	412.023,7	202.934,0	276.147,9	1.076.464,6
	Força Aérea	0,0	19.044,0	0,0	267.308,0	290.515,0	0,0	576.867,0
Material fornecido	Marinha	1.434,4	1.600,3	624,6	3.405,9	1.798,5	1.992,4	10.856,1
	Exército	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Força Aérea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros custos	Marinha	387,5	201,2	320,8	2.410,3	425,3	1.724,0	5.469,1
	Exército	2.936,9	239,8	1.483,6	13.647,3	6.170,1	11.265,4	35.743,1
	Força Aérea	0,0	0,0	0,0	5.426,0	5.225,0	0,0	10.651,0
TOTAL	Marinha	107.058,3	106.466,3	123.153,8	572.154,5	256.304,5	134.704,5	1.299.841,9
	Exército	82.291,8	48.906,3	90.650,0	431.492,6	225.124,9	313.811,5	1.192.277,1
	Força Aérea	0,0	19.044,0	0,0	272.734,0	295.740,0	0,0	587.518,0

~

4.2.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	0	0	0	15	0	0	15
	Exército	35	0	27	1.706	327	358	2.453
	Força Aérea	0	0	0	8	59	0	67
Promoção	Marinha	0	0	0	0	0	0	0
	Exército	0	0	0	0	0	0	0
	Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
Atualização	Marinha	0	0	0	0	0	0	0
	Exército	0	0	30	0	11	0	41
	Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
Qualificação	Marinha	0	0	0	0	0	0	0
	Exército	0	0	0	78	0	46	124
	Força Aérea	0	0	0	118	0	0	118
TOTAL	Marinha	0	0	0	15	0	0	15
	Exército	35	0	57	1.784	338	404	2.618
	Força Aérea	0	0	0	126	59	0	185



Sistema de Forças



NOTA EXPLICATIVA

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas (FFAA) proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as ações de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos e exercícios combinados. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objetiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respetivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e atividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras atividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de ações de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim-de-semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objetivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efetuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efetuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (exceto o almoço) e combustível. As exceções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respetivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais, consideram, no tocante a "pessoal", as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados, os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

No cumprimento das suas competências, de aprontar e manter o respetivo dispositivo do Sistema de Forças Nacional, a Força Aérea promove e participa, com os outros Ramos e com forças armadas de países aliados e parceiros, num vasto programa de exercícios conjuntos ou combinados, com vista à qualificação de tripulantes de voo, e outros militares, em cenários exigentes de elevada intensidade e à certificação de Unidades de voo, e outros serviços de apoio, de acordo com padrões estabelecidos por Organizações Internacionais de defesa de referência, aumentando neste decurso a interoperabilidade entre as forças participantes. São exemplos, em 2017, os Exercícios Real Thaw e Lusitano.

Na vertente da Busca e Salvamento e Evacuações Sanitárias, a Força Aérea promove ainda exercícios específicos no continente e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, de que são exemplos, em 2017, os Exercícios AÇOR, ASAREX e Zarco, de forma de manter um elevado estado de prontidão dos seus meios, bem como exercitar a coordenação com a Marinha e com os meios da ANEPC e do SNS.

Os custos dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave superiormente aprovado, nas envolventes de pessoal e operação.

CONCEITOS

Exercícios Conjuntos

Exercícios envolvendo forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

Exercícios Conjuntos:

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
AÇOR 17	É um exercício do tipo LIVEX/JOINTEX que tem por finalidade o treino operacional conjunto e avaliar a prontidão das Unidades do SFN.
FAST EAGLE 17	Exercício do tipo CPX/LIVEX para treino e manutenção das qualificações do EM da OMPOESP
FOCA 171	Exercício LIVEX que permite o treino operacional conjunto de procedimentos de embarque, instalação e desembarque em UN (MAR/EX).
FOCA 172	Exercício LIVEX que permite o treino operacional conjunto de procedimentos de embarque, instalação e desembarque em UN (MAR/EX).
FOCA 173	Exercício LIVEX que permite o treino operacional conjunto de procedimentos de embarque, instalação e desembarque em UN (MAR/EX).
FOCA 174	Exercício LIVEX que permite o treino operacional conjunto de procedimentos de embarque, instalação e desembarque em UN (MAR/EX).
LOBO 17	Exercício LIVEX/SIGEX de treino operacional conjunto e interoperabilidade CSI
LUSITANO 17	Exercício CPX/LIVEX de treino operacional conjunto com vista ao treino e certificação do EM FRI e da CompOEsp.
PARDAL 1706	Exercício LIVEX/SIGEX de treino operacional conjunto e interoperabilidade CSI.
PARDAL 1707	Exercício LIVEX/SIGEX de treino operacional conjunto e interoperabilidade CSI.
PARDAL 1708	Exercício LIVEX/SIGEX de treino operacional conjunto e interoperabilidade CSI.
PARDAL 1709	Exercício LIVEX/SIGEX de treino operacional conjunto e interoperabilidade CSI.
PARDAL 1710	Exercício LIVEX/SIGEX de treino operacional conjunto e interoperabilidade CSI.
PARDAL 1711	Exercício LIVEX/SIGEX de treino operacional conjunto e interoperabilidade CSI.
ZARCO 17	Exercício LIVEX de treino operacional conjunto que permite avaliar a prontidão das Unidades do SFN e testar os planos existentes em ações de Proteção Civil.

Exercícios Combinados:

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
ACTIVE LION 17	Exercício do tipo CPX que tem por finalidade o treino operacional combinado e garantir a certificação do Euro Battle Group
ALLIED EFFORT 17	Exercício que visa treinar os QG e os comandos de componente da CJTF no planeamento e condução de operações de apoio à paz
ALLIED SPIRIT 17	Exercício LIVEX de treino operacional da VJTF
ANGEL GUARDIAN 17	Exercício LIVEX operacional com a finalidade de treinar a Polícia Militar
ARRCADE FUSION 17	Exercício LIVEX que tem por finalidade o treino operacional que permite avaliar a interação com outros países, organizações e a cooperação militar
ASAREX 17	Exercício do tipo CPX, com a finalidade de integrar e preparar o comando da VJTF Brigade
AZOR LINEAGE 17	Exercício LIVEX de treino operacional da VJTF
BATTLE STAFF TRAINING– DYNAMIC FRONT II	Dedicado ao treino multinacional de unidades de apoio de fogos no quadro do <i>United States Army Europe</i> - USAEUR
BRILLIANT LEDGER – 17	Exercício liderado pela OTAN para certificar a capacidade do Comando da Componente Terrestre (LCC – Land Component Command) como preparação da NATO Response Force 2018 (NRF)
BRILLIANT MARINER 17	Exercício liderado pela OTAN para certificar a capacidade do Comando da Componente Naval (MCC – Maritime Component Command) como preparação da NATO Response Force 2018 (NRF)
CANTÁBRIA 17	X
CELULEX 17	Exercício do tipo LIVEX no âmbito da defesa biológica e química, que tem por finalidade testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos
CHALLENGE PQ 17	Exercício do tipo LIVEX que tem por finalidade testar os níveis de interoperabilidade com outros países
CIBERPERSEU 17	Exercício do tipo LIVEX, no âmbito da ciberdefesa, que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto e testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos
CMX 17	Exercício do tipo CPX, no âmbito da NATO, que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto e testar planos de organizações internacionais
COASTEX 17	X
COCC EUROMARFOR	X
CWIX 17	Exercício do tipo LIVEX, realizado na Polónia, que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto e testar os níveis de interoperabilidade com outros países.
CYBER COALITION 17	Exercício do tipo LIVEX, realizado na Estónia, que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto e testar os níveis de interoperabilidade com outros países
DACIAN GUARDIAN 17	Exercício de afiliação à Brigada Multinacional Romena (MNBde-RO), no quadro da <i>Taylored Force Presence</i> (TFP)
DETONATOR 17	Exercício combinado realizado na Lituânia que permite a interatividade entre os especialistas EOD
DOBLE LLAVE 17	Exercício do tipo LIVEX, no âmbito das informações, realizado em Espanha, que tem por finalidade proporcionar treino operacional conjunto e testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos
DYNAMIC FRONT II	Treino multinacional de unidades de apoio de fogos pertencentes à NATO no quadro de forças do <i>United States Army Europe</i> – USAREUR
EATT 17	Exercício multinacional com Aeronaves de Transporte Aéreo Tático, como parte do programa da <i>European Defence Agency</i> (EDA) para um grande volume de forças num ambiente conjunto e combinado, contou

	com a participação das Forças Armadas Portuguesas e de forças da Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Lituânia, Holanda, Polónia, república Checa e o Reino Unido e ainda como países observadores o Brasil, dos Estados Unidos e da Polónia, e permitiu as forças da Brigada participar como <i>Secondary Training Audience</i> (STA) com o 1BIPara, FOEsp, BOAT que, após inserção utilizando os meios aéreos ou outros, materializam no terreno a execução de missões e tarefas táticas
EFICÁCIA 17	O exercício "EFICÁCIA 17" tem como finalidade garantir a proficiência operacional dos Elementos da COSF na sua componente de Apoio de fogos, no planeamento, coordenação e controlo do apoio de fogos, durante a conduta de operações terrestres, com particular ênfase para os Grupos de Artilharia de Campanha (GAC) e componentes do sistema de forças do Exército.
EUROPEAN BEST SNIPER SQUAD COMPETITION	Exercício/Competição de Equipas Sniper organizado pelo USAEUR-AF
EXERCÍCIO DE TROPAS PARAQUEDISTAS	Exercício aeroterrestre que tem por finalidade dar cumprimento a compromissos internacionais e testar os níveis de interoperabilidade com outros países
FELINO 17	Exercício do tipo FTX realizado no Brasil que tem por finalidade proporcionar treino operacional combinado; dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos.
FOST 17	X
FRISIAN FLAG 17	X
GROM 17	X
IBERO-AMERICANO 17-2	X
INSTREX 171	X
IRON ARMORED 17	Exercício no âmbito do aprontamento da VJTF/eNRF 2018
IRON WOLF 17	O exercício IRON WOLF 17 é um exercício que visa treinar e executar a projeção de forças no âmbito das <i>Assurance Measures</i> na Lituânia
KFOR 23	O exercício FIRE PHOBIA visa a formação de militares do RL" em "Crowd Riot Control" tendo em vista a sua projeção para o Kosovo no âmbito da força <i>United States Army Europe</i> - USAREUR
LOCKED SHIELDS 17	X
LONE PARATROOPER 17	Exercício combinado e Conjunto, sob a égide da <i>Brigada Paracaidista</i> (BRIPAC). Exercício fundamental para o Batalhão Operacional Aeroterrestre (BOAT) uma vez que permite o planeamento e treino de infiltrações verticais a grande altitude, através de saltos em para-quedas de abertura manual a altitudes não fisiológicas (>18.000Ft MSL), de forma concentrada em tempo e em simultâneo com as principais forças militares Europeias com esta capacidade
MARPHIBEX 72	X
MORSA 17	X
OBANGAME 17 / SAHARAN EXPRESS 17	X
ORION 17	O exercício "ORION 17" tem como finalidade executar o processo de avaliação, com o intuito de certificar o Cmd e EM/BrigRR, a CompTerr/FRI 2018, o ERec/NRF2018 e o DestCIMIC/CGerCIMIC2018; forças que estarão em prontidão no segundo semestre de 2017 e em 2018. Garantir uma oportunidade de treino operacional para as forças de apoio geral para as quais o PITOP não prevê qualquer tipo de exercício dedicado à respetiva capacidade. Propiciar oportunidades de treino operacional conjunto e combinado para aperfeiçoar a interoperabilidade durante a execução de missões táticas
PARTICIPAÇÃO EM ATIVAÇÃO DA EUROMARFOR	X
PEGASO 17	Exercício do tipo FTX realizado em Espanha que tem por finalidade proporcionar treino operacional combinado; a fim de manter a operacionalidade do nível do <i>Euro Battle Group</i> dar cumprimento a compromissos internacionais; testar os níveis de interoperabilidade com outros países e reforçar a cooperação militar com países amigos

PRONTEX 17	X
QUICK LION 17	Exercício de certificação internacional do <i>European Battlegroup</i> (EUBG) no quadro dos mecanismos de Resposta Rápida Militar (RRM) da União Europeia (EU).
REAL THAW 17	Este exercício teve como finalidade o contribuir para cumprimento de parte dos objetivos de treino da Audiência Primária de Treino da Força Aérea Portuguesa (FAP) e concomitantemente aproveitar para treinar as TTP de AAA
RELÂMPAGO 17	O exercício "RELÂMPAGO 17" tem como finalidade treinar e normalizar os procedimentos táticos das unidades AAA do Sistema de Forças do Exército e permitir aperfeiçoar as capacidades, conhecimentos e competências obtidas pelo Ensino e Formação, de forma a manter a eficiência e a eficácia das unidades de AAA, através do desempenho dos militares que as integram, nas respetivas funções
REP 17	X
SABER STRIKE 17	X
SEABORDER 17	X
SNIPER/SQUAD/PLATOON EUROPE CHALLENGES	X
STEADFAST FOUNT 17	X
STEADFAST INTEREST 17	Exercício relacionada com a atividades de <i>Human Intelligence</i>
SWIFT RESPONSE 17 - Fase I	Exercício planeado pelo <i>US Army Europe</i> (USAREUR) cujo foco é o treino da Global Response Force dos Estados Unidos, liderada pela 82 ^a Divisão Aerotransportada (82AbnDiv), contando na sua organização com forças aerotransportadas aliadas da Europa. A Fase I consistiu na projeção de uma Joint Task Force (JTF) liderada por forças de elevada prontidão americanas para a Polónia a fim de conquistar terreno importante de modo a permitir a projeção das restantes forças da 82AbnDiv. Portugal participou na Fase I do exercício com dois Oficiais de Ligação em GTA, junto ao Posto de Comando da 16 <i>Air Assault Brigade</i> (16 AAB) do Reino Unido, e com um Destacamento de Precursores (DestPrec) integrado no Pathfinder Platoon/16 AAB, aquartelado em <i>Rhine Ordnance Barracks</i> (ROB), Alemanha
TOBRUK LEGACY 17	X
TREINO SIMULADORES CARRO DE COMBATE (BRIMZ XI)	Treino de simulação das guarnições de CC
VALLIANT WARRIOR I	X
VALLIANT WARRIOR II	Segunda edição da série VALIANT WARRIOR (do tipo <i>Key Leaders Training</i>), realizado com a finalidade de apresentar e discutir o primeiro draft das NEP da VJTF Brigade

5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA

5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido/ Ramo			Custos/Exercício (euros)		
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea
AÇOR 17	44	400	43	X	8.750,0	X
FAST EAGLE 17	20	36	X	X	X	X
FOCA 171	44	61	//	X	1.000,0	//
FOCA 172	86	61	//	X	2.700,0	//
FOCA 173	44	X	//	X	X	//
FOCA 174	44	X	//	X	X	//
LOBO 17	44	X	X	X	X	X
LUSITANO 17	419	400	108	347.498,7	X	285.000,0
PARDAL 1706	44	X	X	X	X	X
PARDAL 1707	44	X	X	X	X	X
PARDAL 1708	44	X	X	X	X	X
PARDAL 1709	44	X	X	X	X	X
PARDAL 1710	44	X	X	X	X	X
PARDAL 1711	44	X	X	X	X	X
ZARCO 17	36	450	255	X	9.100,0	366.995,0
TOTAL	1.045	1.408	406	347.498,7	21.550,0	651.995,0

5.1.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido/ Ramo			Custos/Exercício (euros)		
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea
ACTIVE LION 17	//	33	//	//	58.886,4	//
ALLIED EFFORT 17	//	4	//	//	268,3	//
ALLIED SPIRIT 17	//	4	//	//	5.896,8	//
ANGEL GUARDIAN 17	//	2	//	//	2.471,7	//
ARRCADE FUSION 17	//	12	//	//	15.784,0	//
ASAREX 17	X	//	37	X	//	131.747,0
AZOR LINEAGE 17	//	9	//	//	4.579,5	//

BATTLE STAFF TRAINING	//	1	//	//	1.337,1	//
BRILLIANT LEDGER – 17	//	6	//	//	11.266,0	//
BRILLIANT MARINER 17	X	//	//	21.769,0	//	//
CANTÁBRIA 17	//	1	//	//	3.007,8	//
CELULEX 17	//	43	//	//	4.000,0	//
CHALLENGE PQ 17	//	8	//	//	5.690,0	//
CIBERPERSEU 17	//	9	//	//	3.500,0	//
COASTEX 17	370	//	30	98.497,0	//	22.610,0
COCC EUROMARFOR	51	//	//	X	//	//
CWIX 17	2	8	3	X	34.459,7	X
CYBER COALITION 17	6	5	6	X	X	X
DACIAN GUARDIAN 17	//	15	//	//	24.178,0	//
DETONATOR 17	//	6	//	//	6.000,0	//
DOBLE LLAVE 17	//	5	//	//	6.040,0	//
DYNAMIC FRONT II	//	2	//	//	4.928,7	//
EATT 17	X	112	252	X	15.000,0	152.261,0
EFICÁCIA 17	37	477	9	25.010,2	57.561,2	54.386,0
EUROPEAN BEST SNIPER SQUAD COMPETITION	//	3	//	//	27.070,0	//
EXERCÍCIO DE TROPAS PARAQUEDISTAS	//	9	//	//	76.567,0	//
FELINO 17	1	3	1	X	X	X
FOST 17	180	//	//	2.521.347,0	//	//
FRISIAN FLAG 17	//	//	72	//	//	1.629.680,0
GROM 17	42	//	//	9.951,2	//	//
IBERO-AMERICANO 17-2	2	//	1	X	//	X
INSTREX 171	783	//	78	201.909,1	//	111.683,0
IRON ARMORED 17	//	3	//	//	7.015,0	//
IRON WOLF 17	//	1	//	//	X	X
KFOR 23	//	13	//	//	7.602,0	//
LONE PARATROOPER 17	//	8	//	//	7.159,3	//
MARPHIBEX 72	100	//	//	178.231,0	//	//
MORSA 17	X	X	18	X	X	146.715,0
OBANGAME 17 / SAHARAN EXPRESS 17	//	//	26	//	//	X
ORION 17	//	586	15	//	130.765,0	32.363,0
PARTICIPAÇÃO EM ATIVAÇÃO DA EUROMARFOR	185	//	//	505.670,6	//	//

PEGASO 17	//	110	//	//	283.998,2	//
PRONTEX 17	545	//	79	126.601,3	//	81.995
QUICK LION 17	//	150	//	//	89.472,4	//
REAL THAW 17 / RAMSTEIN GUARD 01 17	345	1.243	490	84.992,8	21.000,0	1.466.610,0
RELÂMPAGO 17	//	124	//	//	13.138,0	//
REP 17	69	//	//	66.111,1	//	//
SABER STRIKE 17	//	140	//	//	2.950.276,0	//
SEABORDER 17	50	//	//	29.229,0	//	//
SNIPER/SQUAD/PLA TOON EUROPE CHALLENGES	//	5	//	//	27.070,0	//
STEADFAST FOUNT 17	//	3	//	//	5.664,0	//
STEADFAST INTEREST 17	7	1	//	//	3.132,0	//
SWITF RESPONSE 17 - Fase I	//	9	//	//	15.042,0	//
TOBRUK LEGACY 17	//	2	//	//	3.013,0	//
TREINO SIMULADORES CARRO DE COMBATE (BRIMZ XI)	//	5	//	//	1.288,0	//
VALLIANT WARRIOR I	//	8	//	//	3.138,1	//
VALLIANT WARRIOR II	//	4	//	//	2.094,0	//
TOTAL	2.775	3.192	1.118	3.869.319,3	3.939.359,2	3.830.050

5.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício (euros)
INSTREX 171	783	201.909,1
TREINO ASW	200	14.907,2
PRONTEX 17	545	126.601,3
TOTAL	1.528	343.417,5

5.2.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício (euros)
REAL THAW 17/ RAMSTEIN GUARD 17	345	84.992,8
COASTEX 17	370	98.497,0
REP 17	69	66.111,1
GROM 17	42	9.951,2
TOTAL	826	259.552,1

5.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício (euros)
LEOPARD 171	134	1.500,0
ARGOS 171	101	2.839,0
QUIPEDRO 17	190	X
ESTIO 171	120	8.000,0
TROVÃO 171	169	3.106,0
HERMES 17	20	2.500,0
HIDRA 17	18	200,0
APOLO 17	55	23.394,0
HIMBA 17	190	X
SERRA BRANCA	56	X
RAIO 17	53	2.414,0
BESMAYAH 172	47	3.875,0
METROSIDERO 171	80	2.500,0
VENUS 17	45	3.948,0
PRIOLO 171	134	4.000,0
BAGDADE 171	143	2.754,5
METROSIDERO 172	109	2.500,0
GARAJAU 17	75	235,0

MACONTENE 171	81	X
URANO 17	110	8.000,0
LEOPARD 172	126	1.500,0
ZEUS 171	190	5.694,0
OPLAN IRIA 17	28	X
ROSA BRAVA 17	549	34.619,0
HÉRCULES 171	18	1.000,0
PLUTÃO 17-2	216	1.000,0
NEPTUNO 171	18	538,0
CACHALOTE 17	548	9.800,0
BESMAYHA	2	X
CELULEX 17	43	4.000,0
NEPTUNO 172	22	7.000,0
ORION 17	586	130.765,0
GOLFINHO 17	78	231,0
VIRIATO	27	9.513,0
DRAGÃO 17	29	1.738,0
GARAJAU 172	75	235,0
BANGUI 171	156	16.990,0
BESMAYAH	78	605,0
PEDRA VIVA 17	170	887,0
BAGDADE 172	47	2.486,0
PRIÔLO 172	110	4.000,0
MEDULA 17	50	2.000,0
TROVÃO 172	142	3.106,0
ZARCO 17	450	9.100,0
ONÇA 172	52	6.000,0
ARES 172	185	3.713,0
NEPTUNO	22	7.000,0
CIBERPERSEU 17	9	3.500,0
RAPOSA 172	38	9.500,0
HAKEA 172	75	2.151,0
GRIFO 17	63	3.257,0
MARTE 17	169	X
VULCANO 17	315	36.000,0
HÉRCULES 172	16	385,0
LINCE 172	132	5.500,0
MACONTENE 172	107	X
TOTAL	6.421	395.578,5

5.3.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício (euros)
IRON WOLF 17	1	X
TASK FORCE BESMAYAH V	2	1.714,5
FIRE PHOBIA	1	89,4
DYNAMIC FRONT II	2	X
BATTLE STAFF TRAINING	1	1.337,1
ACTIVE LION	33	58.886,4
VALIANT WARRIOR	8	3.138,1
AZOR LINEAGE I/17	9	4.579,5
EFICÁCIA 17	477	57.561,2
FIRE PHOBIA	1	201,3
DACIAN GUARDIAN 2017	15	24.178,0
RELÂMPAGO 17	124	13.138,0
IRON ARMORED	3	7.015,0
LONE PARATROOPER	8	7159,3
QUICK LION	150	89.472,4
PATRULHA TUY-SANTIAGO 2017	17	1.637,7
EATT 17	112	15.000,0
TOBRUQ LEGACY 17	2	3.013,0
SWIFT RESPONSE	9	15.042,0
LONG PRECISION 17	3	3.007,0
STEADFAST INTEREST 17	1	3.132,0
DETONADOR	6	6.000,0
EAGLE EYE VERIFEX 17	11	X
ALLIED EFFORT 17	4	268,3
BRILLIANT SWORD 17	1	X
Treino Simuladores	5	1.288,1
ARRCADE FUSION 17	12	15.784,0
ANGEL GUARDIAN	2	2.471,7
PEGASO 17	110	283.998,2
ALLIED ESPIRIT VII	4	5.896,8
DOBLE LLAVE 17	5	6.040,0
TOTAL	1.141	632.763,5

5.4 – EXERCÍCIOS SETORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

5.4.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício (euros)
REAL THAW 17	490	1.466.610,0
TOTAL	490	1.466.610,0

5.4.2 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Nome do Exercício	Pessoal envolvido	Custos/Exercício (euros)
AÇOR 17	43	X
PRONTEX 17	79	81.995,0
LUSITANO 17	108	285.000,0
ZARCO 17	255	366.995,0
ASAREX 17	37	131.747,0
COASTEX 17	30	22.610,0
EATT 17	252	152.261,0
EFICÁCIA 17	9	54.386,0
FRISIAN FLAG 17	72	1.629.680,0
INSTREX 01/17	78	111.683,0
MORSA 17	18	146.715,0
OBANGAME/SAHARAN EXPRESS 17 (a)	26	X
ORION 17	15	32.363,0
RAMSTEIN GUARD 01/17 (b)	X	X
TOTAL	1.022	3.015.435,0

(a) Custeado por rubrica FND 2017

(b) Integrado no exercício Real Thaw 17

**Armamento e
Equipamentos de
Defesa**

6

NOTA EXPLICATIVA

O capítulo 6.º, da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), cujo regime de organização e funcionamento se encontra regulamentado pelo Decreto-Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho, Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro, e Despachos do Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, inclui dados estatísticos referentes a:

Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;

Equipamentos de Defesa e Lei de Programação Militar (LPM);

Logística;

Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área da Defesa;

Indústrias e Empresas Nacionais com Atividades no Âmbito do Setor da Defesa;

Qualidade, Normalização e Catalogação dos Bens Militares.

Os valores apurados respeitantes a 2017 e indicados nos quadros seguintes, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas, do IASFA, dos SC/MDN e da consulta efetuada às indústrias nacionais de armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das atividades normais da DGRDN.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de autopropulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro direto para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo-o-terreno, com um elevado nível de autoproteção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra eletrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti superfície, antiaéreo e antissubmarino e cuja missão principal é a escolta e a luta antissubmarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante, mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efetuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam não deva ser considerada como unidade naval.

6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

Os dados inseridos nos quadros 6.1.1 e 6.1.2 foram obtidos a partir das exportações efetuadas pelas indústrias de Defesa nacionais e outras empresas legalmente autorizadas. Os elementos indicados referem-se a produtos relacionados com a defesa, que, nos termos da Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, são licenciados pelo MDN (DGRDN).

Os dados relativos ao quadro 6.1.3 foram obtidos a partir das importações efetuadas pelas empresas comerciais autorizadas, indústrias nacionais, Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados de acordo com a Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, nomeadamente o seu Anexo I, que define os bens cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN.

O quadro 6.1.6 indica-nos a relação das empresas inscritas na DGRDN que, nos termos da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, se encontram autorizadas a exercer a atividade de comércio de bens e tecnologias militares previstos no Anexo I do capítulo VII da Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, incluindo a sua importação e exportação.

6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

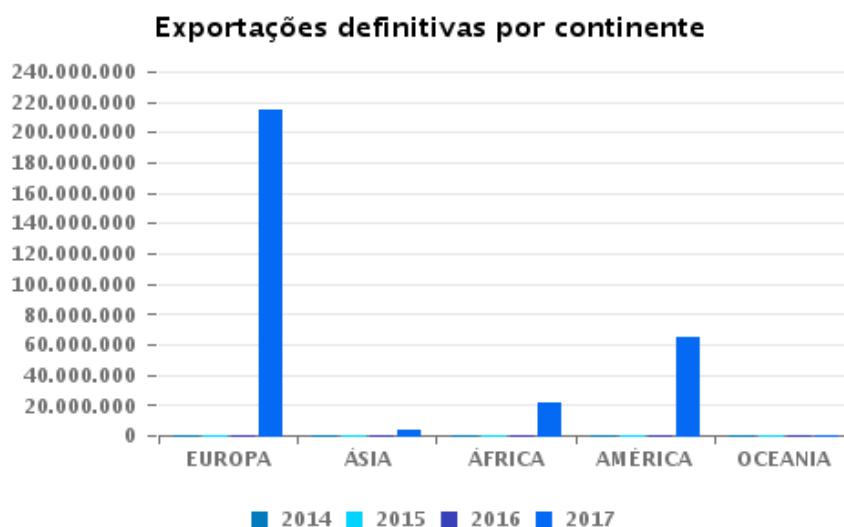
(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Ano	Valor (euros)
2017	306.463.808,30
2016	452.834,88
2015	59.514,14

6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Continente	2015		2016		2017	
	(euros)	%	(euros)	%	(euros)	%
EUROPA	24.390,77	40,98%	356.409,60	78,71%	215.111.074,92	70,19%
ÁSIA	3.169,00	5,32%	2.690,69	0,59%	4.253.891,16	1,39%
ÁFRICA	11.007,88	18,50%	27.748,91	6,13%	21.857.038,33	7,13%
AMÉRICA	19.905,41	33,45%	65.518,63	14,47%	64.693.310,49	21,11%
OCEANIA	1.041,23	1,75%	467,05	0,10%	548.493,40	0,18%
TOTAL	59.514,29	100,00%	452.834,88	100,00%	306.463.808,30	100,00%



6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores globais

(Apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Continente	2015		2016		2017	
	(euros)	%	(euros)	%	(euros)	%
EUROPA	126.235,95	73,92%	132.648,64	81,49%	20.583.518,01	46,60%
ÁSIA	7.358,19	4,31%	1.632,75	1,00%	212.938,27	0,48%
ÁFRICA	769,22	0,45%	658,73	0,40%	34.624,52	0,08%
AMÉRICA	36.403,47	21,32%	27.783,83	17,07%	23.342.040,15	52,84%
OCEANIA	0,00	0,00%	53,08	0,03%	0,00	0,00%
TOTAL	170.766,83	100,00%	162.777,03	100,00%	44.173.120,95	100,00%

6.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Por Áreas do Globo

(Apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Continente	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.)
	(euros)	%	(euros)	%	(euros)
EUROPA	20.583.518,01	46,60%	215.111.074,92	70,19%	194.527.556,90
ÁSIA	212.938,27	0,48%	4.253.891,16	1,39%	4.040.952,04
ÁFRICA	34.624,52	0,089%	21.857.038,33	7,13%	21.822.413,81
AMÉRICA	23.342.040,15	52,84%	64.693.310,49	21,11%	41.351.270,34
OCEANIA	0,00	0,00%	548.493,40	0,18%	548,493.40
TOTAL	44.173.120,95	100,00%	306.463.808,30	100,00%	262.290.687,40

6.2 – LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR (LPM)

Capítulo	Capacidade	Dotação Inicial	Montante Planeado (*)	Montante Executado	Nº de Projetos em Execução	Nº de Projetos Concluídos
Serviços Centrais	Capacidades Conjuntas	94 812 000,00 €	122 828 686,00 €	101 952 238,01 €	10	0
	Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial	4 500 000,00 €	7 000 000,00 €	7 000 000,00 €	2	0
	Anexo II - LPM	12 550 000,00 €	12 550 000,00 €	12 550 000,00 €	1	1
	Total ...	111 862 000,00 €	142 378 686,00 €	121 502 238,01 €	13	1
EMGFA	Comando e Controlo	6 421 000,00 €	13 339 120,00 €	5 979 935,63 €	3	0
	Ciberdefesa	1 100 000,00 €	1 233 289,00 €	1 183 026,77 €	1	0
	Informações Militares	2 000,00 €	18 000,00 €	71,99 €	1	0
	Segurança Militar e Contra-informação	46 000,00 €	69 370,00 €	16 969,75 €	1	0
	Apoio Sanitário	156 000,00 €	156 000,00 €	153 683,04 €	1	0
	Total ...	7 725 000,00 €	14 815 779,00 €	7 333 687,18 €	7	0
MARINHA	Comando e Controlo	1 071 300,00 €	2 074 653,00 €	2 063 612,30 €	2	0
	Submarina	14 500 000,00 €	18 021 301,00 €	15 382 113,01 €	1	0
	Projeção de Força	100 000,00 €	1 200 000,00 €	1 199 755,66 €	1	0
	Oceânica de Superfície	46 952 513,00 €	65 147 044,00 €	63 346 362,39 €	3	0
	Fiscalização	29 248 187,00 €	36 219 874,00 €	29 410 354,91 €	1	0
	Oceânica e Hidrográfica	300 000,00 €	900 000,00 €	899 998,55 €	1	0
	Apoio Autoridade Marítima	405 000,00 €	3 691 849,00 €	1 640 766,08 €	4	1
	Guerra de Minas	100 000,00 €	100 000,00 €	8 242,85 €	1	0
	Reserva de guerra	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0	0
	Total ...	92 677 000,00 €	127 354 721,00 €	113 951 205,75 €	14	1
EXÉRCITO	Comando e Controlo Terrestre	10 829 036,00 €	10 829 036,00 €	4 792 337,29 €	2	0
	Forças Ligeiras	5 716 171,00 €	12 896 297,00 €	12 796 084,63 €	3	0
	Forças Médias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0	0
	Forças Pesadas	0,00 €	1 400 000,00 €	0,00 €	1	0
	Defesa Imediata dos Arquipélagos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0	0
	Operações Especiais	1 421 585,00 €	2 509 795,00 €	2 038 837,37 €	1	0
	Info, Víg., Aq.Obj. e Rec. Terrestre	1 605 506,00 €	1 605 506,00 €	1 458 569,77 €	2	0
	Transporte Terrestre	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0	0
	Proteção e Sobrevivência da F. Terrestre	4 044 901,00 €	5 598 056,00 €	3 017 053,60 €	8	0
	Sustentação Logística da Força Terrestre	5 799 476,00 €	14 481 234,00 €	6 883 868,34 €	3	0
	Apoio Militar de Emergência	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0	0
	Cooperação e Assistência Militar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0	0
	Reservas de Guerra	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €	1 997 500,00 €	1	0
	Total ...	31 416 675,00 €	51 319 924,00 €	32 984 251,00 €	21	0
FAP	Comando e Controlo Aéreo	3 580 000,00 €	4 947 176,00 €	2 186 261,63 €	1	0
	Intervenção (QRA-I) no Espaço Aéreo	1 100 000,00 €	600 000,00 €	599 999,46 €	1	0
	Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	14 730 000,00 €	35 494 129,00 €	24 825 754,34 €	1	0
	Reconhecimento e Patrulhamento (VRP)	2 000 000,00 €	1 791 973,00 €	503 290,62 €	1	0
	Transporte Aéreo Inter-teatro e Intra-teatro	7 610 000,00 €	16 544 070,00 €	12 996 536,18 €	1	0
	(PPOS) da Força	2 000 000,00 €	7 117 392,00 €	5 834 582,45 €	1	0
	Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea	250 000,00 €	5 000 000,00 €	3 540 000,00 €	1	0
	Apoio ao Desenvolvimento	0,00 €	200 545,00 €	61 490,71 €	1	0
	Reservas de Guerra	3 000 000,00 €	1 278 512,00 €	1 138 883,36 €	1	0
	Sub-Total ...	34 270 000,00 €	72 973 797,00 €	51 686 798,75 €	9	0
Total ...		277 950 675,00 €	408 842 907,00 €	327 458 180,69 €	64	2

(*) os montantes indicados correspondem à dotação corrigida.

6.3 – LOGÍSTICA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, SC/MDN e IASFA.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar.

A assistência na doença e outras participações aos militares das Forças Armadas são incluídas no Capítulo 4.

CONCEITOS

Escalões de Manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e corretiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e corretiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficial e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção corretiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficiais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais

(euros)					
Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2017	96.154,09	77.287.617,69	5.423.591,15	42.584.921,34	125.392.284,27
2016	1.667.722,35	55.958.834,90	4.853.300,81	27.337.672,06	89.817.530,12
2015	2.021.135,18	37.659.800,45	5.494.851,79	28.007.436,10	73.183.223,52
2014	62.515,81	26.401.032,04	5.292.754,25	21.078.141,78	52.834.443,88

6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde

(euros)				
Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de:				
- Equipamento hospitalar	23.388,45	59.623,02	8.216,90	91.228,37
- Meios auxiliares de diagnóstico	169.923,84	273.081,42	104.097,57	547.102,83
- Meios curativos	576.832,32	271.684,46	66.473,72	914.990,50
Manutenção de equipamento hospitalar	203.091,64	35.682,00	36.395,48	275.169,12

6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos

(euros)														
Equipamento	SC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal	2	9.533,28	9	34.439,28	1	16.400,00	7	120.521,16	0	400.885,29	8	27.088,36	27	708.867,37
Transporte geral	1	14.571,64	0	0,00	0	0,00	4	228.830,36	0	78.063,93	9	55.303,16	14	476.769,09
Todo-o-terreno	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	12	09.960,00	12	309.960,00
Serviços especiais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	130.544,82	0	0,00	0	130.544,82
Motociclos, ciclomotores e velocípedes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	24.833,70	0	0,00	0	24.833,70
TOTAL	3	24.104,92	9	34.439,28	1	16.400,00	11	349.351,52	0	634.327,74	29	92.351,52	53,00	1.650.974,98

6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento

							(euros)
Equipamento	SC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	25.185,03	0,00	151.571,06	386.200,98	460.342,00	638.351,08	1.661.650,15
Combustíveis e lubrificantes	88.491,59	30.971,41	200.742,71	342.041,33	1.734.618,94	1.897.196,57	4.294.062,55
Aquisição de serviços	94.051,24	0,00	57.713,63	66.182,09	438.343,00	63.186,38	719.476,34
TOTAL	207.727,86	30.971,41	410.027,40	794.424,40	2.633.303,94	2.598.734,03	6.675.189,04

6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O MDN, tendo como instrumento financeiro a Lei de Programação Militar, promove, dinamiza e coordena, através da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, mediante participação em programas e projetos cooperativos internacionais de I&D no quadro das alianças militares em que Portugal participa, assim como em projetos de âmbito nacional de tecnologias de Defesa.

Entende-se por I&D de Defesa, o conjunto de iniciativas e atividades de índole científica e/ou tecnológicas ligadas à geração e aplicação de competências, conhecimentos e saber em áreas e domínios que direta ou indiretamente concorrem para a satisfação de lacunas ou objetivos de capacidades de Defesa, para o reforço da base tecnológica e industrial de Defesa (nacional e europeia) e ainda para o apoio e informação ao processo de tomada de decisão em matéria de opção e aquisição de novos equipamentos e sistemas de armas.

6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				(euros)
			ODN	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	TOTAL
Marisa	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	118.968,75	118.968,75
Camelot	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICARUS	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	25.414,42	25.414,42
SABUVIS	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E-VENTOS	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Solar	EN & CINAV	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SADAP	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RSEM	EN & CINAV	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MISSION PLANNING	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARCHIMARIA	EN & CINAV	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PATACHO DE PEDRO DIAS	EN & CINAV	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NECSAVE	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MareCom	EN & CINAV	Processamento de Sinal	0,00	0,00	0,00	71,39	71,39
SUNNY	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Networked Ocean	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	2.622,25	2.622,25
ARCHINAVES	EN & CINAV	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEACON II	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SigneaMar	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vibcontrolo	EN & CINAV	Gestão da Manutenção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Océanides	EN & CINAV	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dicionário de História Marítima	EN & CINAV	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MIDNET	EN & CINAV	Processamento de Sinal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DeepFloat	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SoSMSA	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
As Operações do U-35 na Costa de Sagres (1917)	EN & CINAV	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Universidade Itinerante do Mar	EN & CINAV	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra	EN & CINAV	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TUNES	EN & CINAV	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GAMMAex	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	4.950,76	4.950,76
SUBECO	EN & CINAV	Processamento de Sinal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
THEMIS	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANDRÔMEDA	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BMS & EMM	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão	0,00	0,00	0,00	18.861,77	18.861,77
Profundis	EN & CINAV	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COWCLIP	EN & CINAV	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONBLAST 2	EN & CINAV	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SIDENAV	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIREND	EN & CINAV	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	15.334,44	15.334,44
São Marcos	EN & CINAV	História Marítima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JANUS	EN & CINAV	Processamento de Sinal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VENT-SUP-EN	EN & CINAV	Robótica Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Automatização dos levantamentos hidrográficos	IH	Não Integrada	2.364,00	41.551,00	0,00	0,00	43.915,00
Automatização dos sistemas de cartografia náutica	IH	Não Integrada	11.167,00	11.475,00	0,00	0,00	22.642,00
Vigilância da qualidade do meio marinho	IH	Não Integrada	29.096,00	23.290,00	0,00	0,00	52.386,00
Cartas sedimentológicas	IH	Não Integrada	76.721,00	3.139,00	0,00	0,00	79.860,00
Estudo das tecnologias das ajudas e segurança da navegação	IH	Não Integrada	9.737,00	8.709,00	0,00	0,00	18.446,00
Geologia marinha	IH	Não Integrada	60.923,00	17.047,00	0,00	0,00	77.970,00
Previsão operacional	IH	Não Integrada	22.837,00	0,00	0,00	0,00	22.837,00
Inovação e desenvolvimento de técnicas de análise	IH	Não Integrada	15.214,00	7.609,00	0,00	0,00	22.823,00
Dinâmica sedimentar e projetos I&D(Geologia)	IH	Não Integrada	101.497,00	0,00	0,00	0,00	101.497,00
Rede maregráfica	IH	Não Integrada	16.826,00	7.809,00	0,00	0,00	24.635,00
Rede boias ondógrafo	IH	Não Integrada	13.443,00	0,00	0,00	0,00	13.443,00
Rede meteorológica	IH	Não Integrada	1.584,00	0,00	0,00	0,00	1.584,00
Rede Radar HF	IH	Não Integrada	3.979,00	0,00	0,00	0,00	3.979,00
Rede boias multiparamétricas	IH	Não Integrada	11.082,00	14.606,00	0,00	0,00	25.688,00
SIMOCEAN	IH	Não Integrada	8.292,00	0,00	0,00	51.221,00	59.513,00
TRADE 2	IH	Não Integrada	0,00	0,00	0,00	197.222,00	197.222,00
SOCODRONE	IH	Não Integrada	2.107,00	0,00	0,00	0,00	2.107,00
CORESYP	IH	Não Integrada	7.035,00	0,00	0,00	20.978,00	28.013,00
RAIAco	IH	Não Integrada	139,00	0,00	0,00	7.235,00	7.374,00
JERICO NEXT	IH	Não Integrada	16.649,00	0,00	0,00	23.780,00	40.429,00

SUBECO	IH	Não Integrada	1.623,00	0,00	0,00	237.800,00	239.423,00
OCASO	IH	Não Integrada	250,00	0,00	0,00	0,00	250,00
MARISK	IH	Não Integrada	1.634,00	0,00	0,00	0,00	1.634,00
MyCOAST	IH	Não Integrada	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TOTAL			415.199,00	135.235,00	0,00	724.459,78	1.274.893,78

6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO

(euros)

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
África - Uma Forma Portuguesa de Comando e Liderança Militar na Grande Guerra	Academia Militar	Comando, Liderança e fatores humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adaptabilidade do Ensino Superior Universitário Militar	Academia Militar/Seção de Apoio Psicopedagógico	Psicologia do desenvolvimento	3.507,00	0,00	0,00	0,00	3.507,00
Segurança e Integridade Estrutural de Edifícios Estratégicos Face a Explosões acidentais ou Provocad	Academia Militar	Ciência Militares, Técnicas e Tecnologias militares, Engenharias de aplicação militar	11.503,00	0,00	0,00	0,00	11.503,00
Perfil Físico e Operacional dos Oficiais subalternos do Exército Português Caracterização funcional	Academia Militar	Fisiologia do Exercício	13.418,00	0,00	0,00	0,00	13.418,00
CESAR - Conceitos de Emprego de Sistemas Autónomos para Recolha de amostras NBQR	Unidade Militar Laboratorial de Defesa Biológica e Química (UMLDBQ)	Tecnologias de defesa NBQR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTARES - Análise e rastreio em solos	Unidade Militar Laboratorial de Defesa Biológica e Química (UMLDBQ)	Tecnologias de defesa NBQR	3.325,00	0,00	0,00	0,00	3.325,00
Auto Identidade dos Futuros Comandantes	Academia Militar	Psicologia, Gestão de Recursos Humanos	4.116,00	0,00	0,00	0,00	4.116,00
FIVE – Fusão de imagens do visível e do infravermelho	Academia Militar	Tecnologias de Apoio à Segurança e Defesa	321,00	0,00	0,00	0,00	321,00
VIGeos3D -Validação Informação Geoespacial 3D	Centro de Informação Geoespacial do Exército	Sistemas de Informação Geográfica	19.733,00	0,00	0,00	0,00	19.733,00
Antecedentes e consequências da motivação dos Soldados Portugueses- Um estudo longitudinal	Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE)	Psicologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento de um instrumento de avaliação um estudo exploratório	Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE)	Psicologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SPPDIM – Sistema de pesquisa, processamento e difusão de informações multisensor	Centro de Segurança Militar e Informações do Exército	Apoio à Decisão e Guerra da Informação Simulação da Dinâmica de Sistemas Complexos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RASA – Riscos associados aos Solos e Sistemas Aquíferos do CMSM: Avaliação química e viral	Campo Militar de Santa Margarida	Biotechnologias e de proteção ambiental	14.109,00	0,00	0,00	0,00	14.109,00
IDIMIL_MZ - Investigação, Desenvolvimento e Inovação Militar: Contributos da Cooperação Técnico-Mili	Academia Militar	Apoio à Decisão e Guerra de Informação, Gestão de Crises	5.201,00	0,00	0,00	0,00	5.201,00
C_Mil_R3 - Carreiras dos Militares do Exército Português: reserva e reforma nas (re) configurações d	Academia Militar	Comando, Liderança e Fatores Humanos	3.354,00	0,00	0,00	0,00	3.354,00
A Arquitetura de Segurança na África Subsariana	Academia Militar	Estudo de Crises e Conflitos Armados (Relações Internacionais)	2.284,00	0,00	0,00	0,00	2.284,00

ACU - Advanced Combat Uniform	Escola de Sargentos do Exército	Área Operacional e Logística	11.700,00	0,00	0,00	0,00	11.700,00
TROPIC UNIFORM - Desenvolvimento de vestuário técnico funcional e avaliação do seu desempenho em cli	Escola das Armas	Tecnologias de Apoio à Segurança e Defesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PTC - Planeamento do treino de combate em áreas edificadas, utilizando realidade virtual e aumentada	Escola das Armas	Ambiente Operacional - Comando e Controlo e Simulação de Combate	4.249,00	0,00	0,00	0,00	4.249,00
IRCOMMIL - Comunicação Tática por IV entre Viaturas Militares	Academia Militar	Informações (Ambiente Operacional)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBASENSOR – Rede de sensores portáteis para baixos escalões no combate em Áreas Edificadas	Academia Militar	Tecnologias de Apoio à Segurança e Defesa (Sistemas de Comando e Controlo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
STC - Stresse no Treino da Tropa de Comandos	ISCTE	Comando, Liderança e Fatores Humanos – Psicologia e Gestão de Perceções e Ambiente Operacional - Ope	4.772,00	0,00	0,00	0,00	4.772,00
BIG - Biobanco de Identificação Genética	LMPQF	Medicina Operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RABDOMIÓLISE - Prevenção e diagnóstico precoce de rabdomiólise durante a formação e treino das tropas	Regimento de Comandos	Ciência da Saúde	9.500,00	0,00	0,00	0,00	9.500,00
TOTAL			111.092,00	0,00	0,00	0,00	111.092,00

6.4.3 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA

(euros)

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
TROANTE	DEP	UAS	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000
ANDROMEDA	DEP	UAS	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000
SUNNY	DEP	UAS	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000
SHM-TB30	DEP	I&D	0,00	0,00	0,00	6.065,92	6.065,92
AUXDEFENCE	DEP	I&D	0,00	0,00	0,00	12.950,00	12.950
TOTAL			0,00	0,00	55.000,00	119.015,92	174.015,92

6.4.4 – Pessoal empregue em atividades de investigação e desenvolvimento

Pessoal			
Ramos	2017		
	Militar	Civil	TOTAL FORÇAS ARMADAS
Marinha	79	60	139
Exército	68	33	101
Força Aérea (SHERLOC)	32	0	32
TOTAL POR CLASSE	179	93	272

6.4.5- Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respetivaas Áreas Tecnológicas – Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGRDN

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	(euros) Fonte de Financiamento LPM
TROANTE - desenvolvimento de tecnologia UAV para utilização de âmbito conjunto e dual	Força Aérea / Marinha / Exército / Critical Software / Instituto de Telecomunicações-Aveiro / Faculd	Veículos não-tripulados	464.490,98
AUXDEFENSE - Desenvolvimento de materiais auxéticos para o setor da Defesa	TECMINHO / Força Aérea / Exército / Leandro Manuel Araújo / Fibrauto. / Latino Group / IDT Consultin	Materiais	138.944,17
SUB-ECO - Edificação de um sistema de Vigilância Acústica Submarina	Marinha / Força Aérea Portuguesa / CISMIL / MARSENSING / CINTAL	Sensores e tecnologias de radar / Ambiente operacional / Modelação e simulação	270.800,00
FIREND - Projétil de artilharia para o combate de incêndios	Exército / Marinha / ANPC / IdMec / IST / ADAI / HFA	Tecnologias de Informação e Comunicações / Sistemas de comando e controlo / Ambiente operacional	319.449,65
BMS&EMM - Battlefield Management System & Emergency Mobile Mesh	Critical Software / Exército / Marinha / DGAM / INESC-ID	Tecnologias de Informação e Comunicações / Sistemas de comando e controlo / Ambiente operacional	240.443,79
ANDROMEDA - Investigação e tecnologia envolvendo veículos aéreos não-tripulados e tripulados e navio	Força Aérea / Marinha / Autoridade Marítima Nacional / INOV – INESC / Xsealence;	Opto-eletrónica / Tecnologias de Informação e Comunicações / Robôs e veículos não-tripulados / Siste	75.388,50
GAMMAEX - Sistema aéreo com operação remota para ser empregue em cenários onde figuram ameaças BQR	Marinha / Força Aérea / I-SKYEX / Instituto de Soldadura e Qualidade / Instituto Superior Técnico	Tecnologias de defesa QBRN / Robôs e veículos não-tripulados	123.063,54
RSEM (Reduced Sensitivity Energetic Materials for the Higher Performance of the Inertial Confinement	ADAI / LEDAP	Materiais	130.000,00
MIDNET (Military Disruption Tolerant Networks)	TEKEVER	Sistemas de comunicação	30.000,00
L-AMPV Investigação em Lightweight constructions for Armoured Multi-Purpose Vehicles	Exército / CEIIA / UBI / UA / ACC	Materiais	120.000,30
Apoio Projetos de I&D Nacional e Internacional	//	//	13.496,08
TOTAL			1.926.077,01

6.5 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das competências da DGRDN, foram exercidas no ano de 2017 as seguintes atividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

6.5.1 – Qualidade

A DGRDN, através da Área da Qualidade da Direção de Serviços da Qualidade e Ambiente, (DSQA) exerce as competências de Autoridade Nacional para o exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ) no âmbito da Defesa Nacional ao abrigo do art.º 5º da Portaria n.º 92/2012 de 2 de abril publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 66, de 2 de abril de 2012 a fim de dar cumprimento ao disposto no STANAG 4107.

A Área da Qualidade da DSQA é ainda a entidade responsável pela concessão e manutenção da Certificação AQAP para as Indústrias de Defesa.

6.5.1.1 – Garantia Governamental da Qualidade

O STANAG 4107 dispõe um conjunto de normas para a aplicação das Allied Quality Assurance Publications (AQAP) cuja observância pode ser exigida em contratos celebrados entre países e agências NATO junto da Indústria de Defesa Nacional.

A garantia de cumprimento destas normas é feita pelo acompanhamento dos contratos no país fornecedor através da atividade GGQ diretamente pela DGRDN ou por um representante indicado por esta Direção-Geral.

Os contratos com acompanhamento AQAP pela DGRDN são enumerados na tabela seguinte:

Empresa/Entidade	Contrato
OGMA, S.A.	F-16 Holandês ACOR / DMO (3º Contrato)
OGMA, S.A.	C-130 Francês/DGA
OGMA, S.A.	MG2012 Reguladores O2 AWACS NSPA / BWB
OGMA, S.A.	P-3 / EAE
TAP M&E	A340-200 Francês DGA (2º Contrato)
TAP M&E	MG2012 Trens AWACS NSPA / BWB

6.5.1.2 – Certificação AQAP

A DGRDN é a entidade responsável pela emissão e manutenção da Certificação NATO AQAP (Allied Quality Assurance Publications) das empresas que atuam no setor da Defesa.

As ações realizadas no âmbito da Certificação AQAP realizadas pela DGRDN caracterizam-se pelas auditorias de Qualidade e pela emissão de certificados de Qualidade. Nas tabelas abaixo enumeram-se as atividades realizadas neste âmbito:

Auditorias

Empresa	Tipo de Auditoria	2017
Deimos	Renovação	1
Critical SW	Acompanhamento	1
EID, S.A.	Acompanhamento	1
AEROHÉLICE Lda.	Renovação	1
EMPORDEF-ETI, S.A.	Renovação	1
Latino Confecções, Lda.	Concessão	1
EDISOFT, S.A.	Concessão	1
TOTAL		7

Emissão de Certificados

Empresa	Certificado	2017
Deimos	Renovação	1
AEROHÉLICE Lda.	Renovação	1
EMPORDEF-ETI, S.A.	Renovação	1
Latino Confecções, Lda.	Concessão	1
EDISOFT, S.A.	Concessão	1
TOTAL		5

6.5.2 – Normalização

Os Acordos de Normalização ou STANAG's – acrónimo que deriva da expressão Standard Agreements – são instrumentos usados na NATO para estabelecer normas militares comuns a todos os países da Organização nos domínios das políticas, das regras e procedimentos que abrangem variados domínios: operacionais, científicos, técnicos, logísticos, qualidade, etc.

6.5.2.1 - Acordos de Normalização NATO

	2015	2016	2017
Número de processos elaborados	100	95	171
Número de acordos de normalização (STANAG's) ratificados por Portugal	46	162	138
Número de registos que constam na Base de Dados Nacional	1.239	1.225	1.225
Número de documentos de normalização NATO (NSO) recebidos e analisados	1.857	1.690	1.580

6.5.3 – Catalogação

O Centro Nacional de Catalogação, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, ratificados e implementados por Portugal, é a entidade nacional responsável pela:

- Catalogação de artigos de produção nacional utilizados quer pelas Forças Armadas nacionais, quer pelas Forças Armadas de outros países que usam o Sistema de Catalogação NATO;
- Catalogação de artigos utilizados pelas Forças Armadas nacionais que são produzidos em países não-NATO, mas que fazem parte do Sistema de Catalogação NATO (países participantes no Comité de Diretores Nacionais de Catalogação - AC/135);
- Atribuição de Código de Organização (CORG) às organizações sedeadas em Portugal que são fornecedoras das Forças Armadas nacionais e estrangeiras.

A catalogação destes artigos é efetuada através da atribuição de um “Número NATO de Abastecimento” (NNA) que identifica de forma inequívoca o artigo em causa para todos os países que utilizam o Sistema de Catalogação NATO.

Atualmente, com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN), o Centro Nacional de Catalogação passou a gerir e a atribuir os Números de Abastecimento Provisório (NAP-MD).

6.5.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos – 2017

Solicitações Nacionais Corrigidas/validadas pelo CNC	A NCB Estrangeiros	
	Pedidos de Catalogação	Catalogados
SECA/Ramos e SICM/OSC	3.200	3.023
TOTAL	3.200	3.023

Origem das solicitações	Ao CNC Nacional – Artigos Nacionais	
	Pedidos de Catalogação	Catalogados
NCB Estrangeiros	96	86
SECA/Ramos e SICM/OSC	1.396	993
TOTAL	1.492	1.079

6.5.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG)

Origem das Solicitações	Ao CNC Nacional	A CNC Estrangeiros
	Organizações Nacionais	Organizações Estrangeiras
SECA/Ramos e SICM/OSC	60	81
Empresas Nacionais	35	
NCB Estrangeiros		
TOTAL	95	81

6.5.3.3 - Propostas de Cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA) – 2017

Pospostas de Cancelamento	Quantidade
Recebidas	165
Respostas efetuadas	141

6.5.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT II*) em 31 de dezembro de 2017

Registos	Quantidade
Artigos catalogados por Portugal	15.788
Artigos internacionais – PRT é Utente	466.832
Artigos Nacionais com Utente estrangeiros	2.139
Organizações nacionais	5.063

6.5.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional - SIG-DN (Área Logística) – 2017

Empresa	Inserções de Dados (NAP) no SIGDN	Alterações Efetuadas em SIG-DN			Inserções de Dados (NAP e NNA) no SIGDN
		Alt. Dados Básicos	Alt. Referências	Evoluções	
Marinha	54	2234	4790	3021	6924
Exército	56	301	891	725	2847
Força Aérea	86	285	899	1085	3416
SG/MDN	0	0	0	0	40
EMGFA	0	0	0	0	0
IASFA	0	0	0	0	0
Lab. Militar	4	138	17	3	138
GDM-SIG	0	1058	23	0	0
TOTAL	200	4016	6620	4834	13365

6.5.3.6 - Curso Geral de Catalogação

O CNC organizou e ministrou o Curso de Operadores do Sistema Nacional de Catalogação – Nível 1 (COSNC-N1 2017), com 30 tempos letivos, que decorreu no período de 26 a 30 de junho de 2017, com um total de 12 formandos, conforme quadro seguinte:

Órgão	Unidade	Posto /Categoria	Totais
EMGFA	COAG	(1) SAJ	1
Marinha	Secção de Catalogação/MAR	(2) SAJ (2) 1SAR	5
	Escola Naval (CABO VERDE)	(1) ASPOF	
Força Aérea	Secção de Catalogação/FAP	(1)SAJ	2
	DGMFA/CIC	(1) CAP	
SG/MDN	DSAF (SICM)	(3) TS	3
DGRDN	CNC	(1) TS	1
Total de Formandos			12



Infraestructuras

NOTA EXPLICATIVA

O capítulo 7.º, da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), cujo regime de organização e funcionamento se encontra regulamentado pelo Decreto-Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho, Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro, e Despachos do Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, que definem e implementam a estrutura flexível da DGRDN, inclui dados estatísticos referentes ao património imobiliário afeto à Defesa Nacional.

Os dados apurados respeitantes a 2017 e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafetação de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafecção a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas coletivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da coletividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm de atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitado pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida na Lei n.º 107/2001, de 9 de agosto.

Imóvel de Interesse Municipal

Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efetuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO**Operacional**

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das atividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem atividades científicas e tecnológicas – conjunto de atividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc.

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de caráter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritárias em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afetárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano afeto ao MDN, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de caráter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

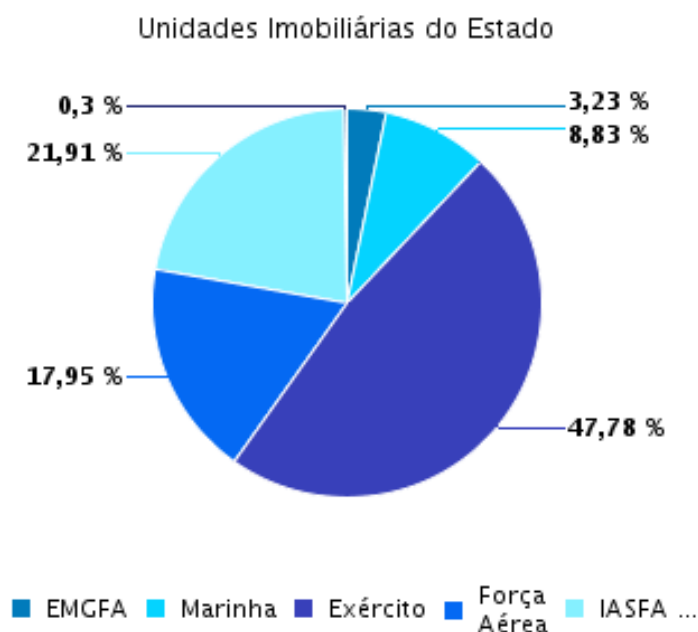
Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

Imóveis que passaram a integrarem o património afeto ao MDN, independentemente da forma como se processou a afetação (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

7.1 – IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Localização	UI DO ESTADO						UI ARRENDADAS						TOTAL
	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	
Continente	0	7	304	360	87	174	0	0	17	10	1	0	960
Açores	0	23	104	22	47	5	0	0	24	4	34	0	263
Madeira	0	16	22	10	10	1	0	0	34	0	0	0	93
USA	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL	0	46	430	392	147	180	0	0	75	14	35	0	1319

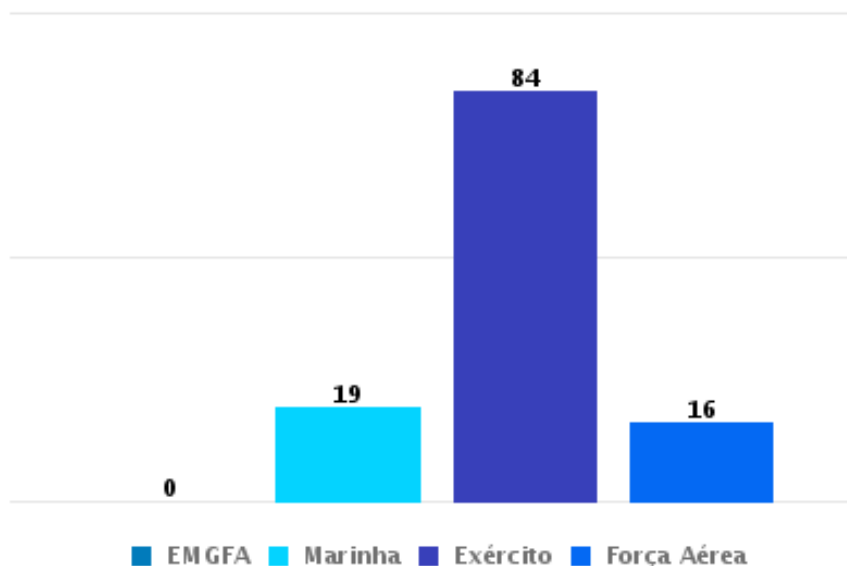


7.2 – SERVIDÕES MILITARES AFETAS À DEFESA NACIONAL

Localização	EMGFA (a)	Marinha	Exército	Força Aérea (b)	TOTAL
Continente	0	15	75	15	105
Açores	0	3	5	1	9
Madeira	0	1	4	0	5
TOTAL	0	19	84	16	119

- (a) Os imóveis do EMGFA, no aplicável*, estão implantados em áreas associadas a Servidões da responsabilidade dos Ramos (Marinha, Exército e Força Aérea), cuja responsabilidade não se encontra transferida. A fim de evitar dupla contagem, em 2017 foram considerados apenas os dados dos Ramos.
- (b) Estes valores correspondem aos Decretos de Servidão em vigor, independentemente do número de imóveis abrangidos por cada Servidão.

Servidões Militares afetas à Defesa Nacional



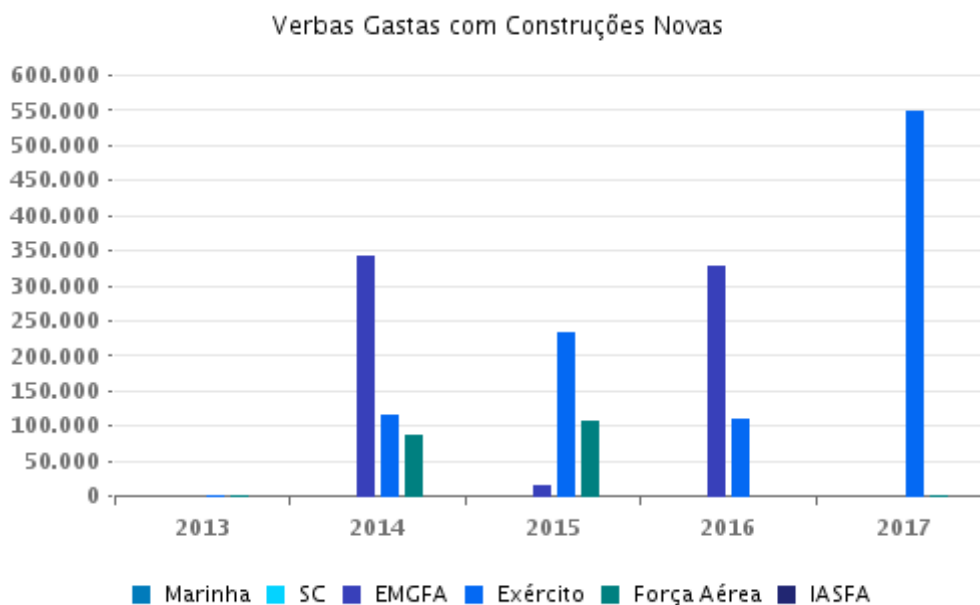
7.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS

Afetação Localização		Tipos de Utilização										TOTAL
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos	Outros	
Secretaria-Geral	Continente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Açores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EMGFA	Continente	5	0	0	0	0	2	0	0	0	0	7
	Açores	6	0	0	0	0	0	0	17	0	0	23
	Madeira	3	0	0	0	0	0	0	13	0	0	16
Marinha	Continente	195	9	3	3	1	0	0	54	3	53	321
	Açores	69	11	0	0	0	0	0	43	0	5	128
	Madeira	19	1	0	0	0	0	0	36	0	0	56
Exército	Continente	25	34	40	10	2	5	1	54	18	181	370
	Açores	4	1	2	0	0	0	0	7	0	12	26
	Madeira	3	1	1	1	0	0	0	3	0	1	10
Força Aérea	Continente	36	17	8	4	0	0	0	8	2	13	88
	Açores	26	32	0	0	0	0	0	5	0	18	81
	Madeira	6	1	0	0	0	0	0	1	0	2	10
	USA	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
IASFA	Continente	0	0	0	0	0	0	0	134	0	40	174
	Açores	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
	Madeira	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL		397	107	54	18	3	7	1	383	23	325	1318

7.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(euros)											
Organismo	2013		2014		2015		2016		2017		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
SC	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0
EMGFA	0,00	0,00%	3.419.300,00	62,73%	145.136,88	4,10%	3.267.829,94	74,93%	0,00	0,00%	6.832.266,82
Marinha	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0
Exército	13.999,86	96,17%	1.156.286,50	21,21%	2.316.653,44	65,44%	1.093.136,78	25,07%	5.495.275,33	99,98%	10.075.351,91
Força Aérea	557,90	3,83%	874.966,00	16,05%	1.078.167,00	30,46%	0,00	0,00%	1.033,53	0,02%	1.954.724,43
IASFA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0
TOTAL	14.557,76	100,00%	5.450.552,50	100,00%	3.539.957,32	100,00%	4.360.966,72	100,00%	5.496.308,86	100,00%	18.862.343,16

Escala:
x10 Euros



7.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Organismo	2013		2014		2015		2016		2017		(euros)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	TOTAL Valor
SC	0,00	0,00%	557.561,4(b)	6,83%	791.125,91(b)	4,85%	744.103,49	8,27%	0,00	0,00%	2.092.790,80
EMGFA	919,48	0,04%	396,00	0,00%	0,00	0,00%	628.293,93	6,99%	522.954,44	6,49%	1.152.563,85
Marinha	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.482.889,91	9,09%	1.841.580,28	20,48%	1.000.000,00	12,42%	4.324.470,19
Exército	4.176,50	0,18%	3.943.081,38(b)	48,34%	12.942.800,82	79,30%	5.776.669,95	64,24%	6.400.346,02	79,49%	29.067.074,67
Força Aérea (a)	2.636,70	0,11%	3.656.481,95	44,82%	1.103.909,33	6,76%	2.091,11	0,02%	1.905,74	0,02%	4.767.024,83
IASFA	2.324.160,00	99,67%	0,00	0,00%			0,00	0,00%	126.448,00	1,57%	2.450.608,00
TOTAL	2.331.892,68	100,00%	8.157.520,73	100,00%	16.320.725,97	100,00%	8.992.738,76	100,00%	8.051.654,20	100,00%	43.854.532,34

(a) Só foram consideradas as intervenções acima dos €100.000 (valores c/IVA incluído)

(b) No presente exercício económico foram consideradas as reparações constantes da conta 622322-Conservação e reparação de edifícios (enquadrados na rubrica orçamental 02.02.03).

7.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Afetação		Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
Secretaria-Geral	Continente	0 ¹	0	0	0	0
	Açores	0	0	0	0	0
EMGFA	Continente	0	1	0	0	1
	Açores	0	0	0	0	0
	Madeira	0	0	0	0	0
Marinha	Continente	5	14	0	0	19
	Açores	0	2	0	0	0
	Madeira	0	0	0	0	0
Exército	Continente	24	11	0	5	40
	Açores	4	3	5	0	12
	Madeira	0	0	0	0	0
Força Aérea	Continente	0	0	0	2	2
	Açores	0	0	0	0	0
	Madeira	0	0	0	0	0
	USA	0	0	0	0	0
IASFA	Continente	0	3	0	0	3
	Açores	0	0	0	0	0
	Madeira	0	0	0	0	0
TOTAL		33	34	5	7	79

¹ O Forte de São Julião da Barra está afeto ao MDN, contudo a Secretaria-Geral é responsável pela sua administração.

7.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

Localização	Continente		Açores		Madeira		USA		TOTAL	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
EMGFA	94.221,00	53.649,00	43.060,00	11.497,00	11.261,00	6.846,00	0,00	0,00	148.542,00	71.992,00
Marinha	9.823.893,03	572.049,88	295.806,65	27.064,52	151.086,15	6.795,50	0,00	0,00	10.270.785,83	605.909,90
Exército	101.225.814,72	1.454.637,65	943.889,00	13.118,80	234.830,78	41.191,41	0,00	0,00	102.404.534,50	1.508.947,86
Força Aérea	111.053,30	4.190,20	7.207,60	436,40	687,20	8,60	5,60	0,80	118.953,70	4.636,00
IASFA	81.550,58	220.919,37	489,60	2.448,00	726,00	1.639,00	0,00	0,00	82.766,18	225.006,37
Secretaria-Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	111.336.532,63	2.305.446,10	1.290.452,85	54.564,72	398.591,13	56.480,51	5,60	0,80	113.025.582,21	2.416.492,13

7.8 – IMÓVEIS ADQUIRIDOS

À semelhança de 2013 a 2016, em 2017 também não foram adquiridos quaisquer imóveis.

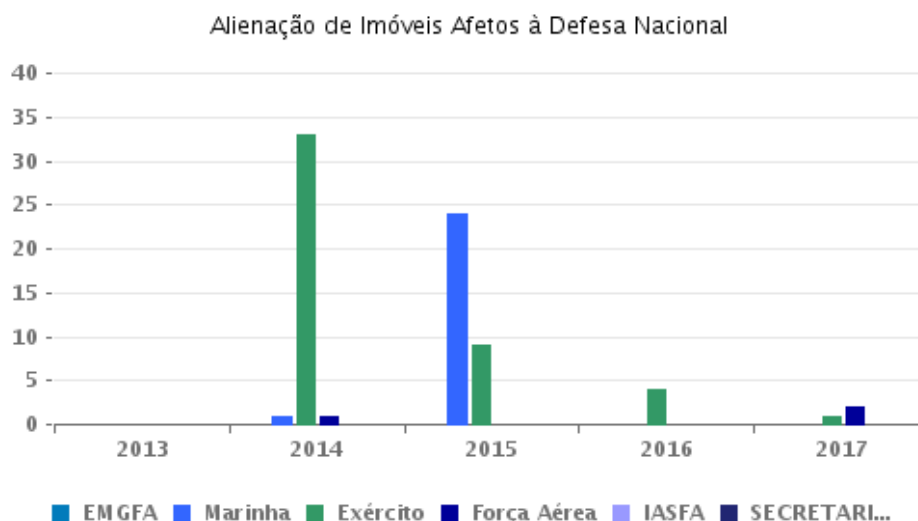
7.9 – ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Afetação	Localização	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Secretaria-Geral	Continente	0	0	0	0	0	0
	Açores	0	0	0	0	0	0
EMGFA	Continente	0	0	0	0	0	0
	Açores	0	0	0	0	0	0
Marinha	Madeira	0	0	0	0	0	0
	Continente	0	1	18	0	0	19
	Açores	0	0	4	0	0	4
Exército	Madeira	0	0	2	0	0	2
	Continente	0	33a)	8c)	4	1	46
	Açores	0	0	1c)	0	0	1
Força Aérea	Madeira	0	0	0	0	0	0
	Continente	0	0	0	0	0	0
	Açores	0	1b)	0	0	2	3
	Madeira	0	0	0	0	0	0
IASFA	USA	0	0	0	0	0	0
	Continente	0	0	0	0	0	0
	Açores	0	0	0	0	0	0
	Madeira	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	35	33	4	3	75

a) Foram considerados os imóveis abatidos ao cadastro do Exército

b) Alienação de duas UI através do Despacho n.º 16063/2012 dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, (publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 244 de 18 de dezembro de 2012).

c) Foram considerados os imóveis abatidos ao cadastro do Exército.



7.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Localização	SC N.º de unidades	EMGFA N.º de unidades	Marinha N.º de unidades	Exército N.º de unidades	Força Aérea N.º de unidades	IASFA N.º de unidades	TOTAL N.º de unidades
Continente	0	0	196	682	562	1.783	3.223
Açores	0	17	148	46	196	30	437
Madeira	0	13	47	0	2	0	62
USA	0	0	0	0	3	0	3
TOTAL	0	30	391	728	763	1.813	3725

7.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Afetação	Localização	N.º de quartéis e bases	N.º de camas
Exército	Continente	46	23.786
Exército	Açores	3	836
Exército	Madeira	2	1.040
Força Aérea	Continente	18	7.228
Força Aérea	Açores	1	353
	Madeira	1	0
TOTAL		71	33.243

7.12 – NATUREZA DOS IMÓVEIS

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL
SC	0	0	0	0	0
EMGFA	0	46	0	0	46
Marinha	11	48	9	27	95
Exército	85	262	54	5	406
Força Aérea	134	22	25	0	181
IASFA	2	175	1	1	180
TOTAL	232	553	89	33	908



Sistemas e Tecnologias da Informação

SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

CONCEITOS

1. Hardware

Computador de Rede (Servidor)

Equipamento computacional que forma uma arquitetura conhecida como “cliente – servidor” com outros dispositivos, como computadores, tablets e smartphones, permitindo a exploração de dados, aplicações e recursos de rede.

Computador (PC e Portátil)

Sistema computacional de uso pessoal orientado para o tratamento de aplicações de uso geral, com capacidade de processamento e comunicações próprias, incluindo de ligação à rede. Na acessão aqui utilizada, inclui monitor, teclado e rato, constituindo-se uma estação de trabalho pessoal, que pode operar de forma autónoma ou em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e suscetível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, etc.).

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers*, *switches*, *gateways*, repetidores, concentradores, etc.) e o respetivo suporte físico (ex.: fibra ótica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. Software

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE*, *SQL Server*, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objetivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C*, *Pascal*, *Visual Basic*, *Java*, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objetivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail*, *FTP*, *TCP-IP*, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicacional

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços**Desenvolvimento de SW**

Atividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Atividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro Outsourcing

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

8.1 - DESPESAS COM A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

(euros)

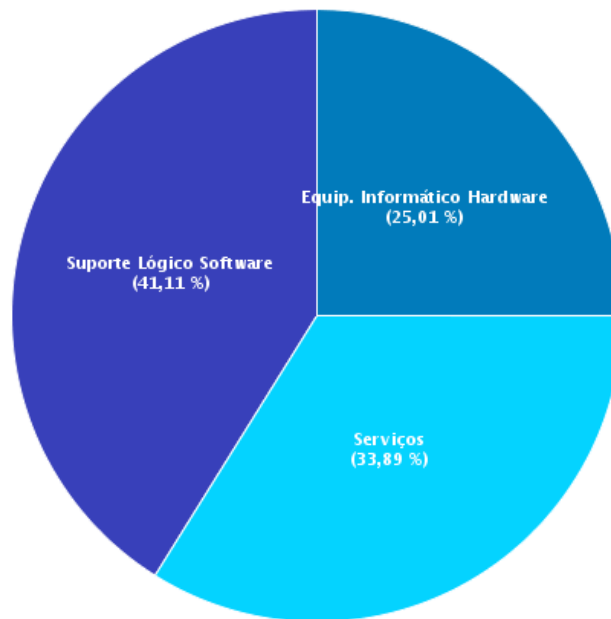
Bens e Serviços		MDN (a)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		(euros) TOTAL		
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Centro de Dados - A	5	8.729,85	9	53.662,01	0	0,00	10	111.180,80	0	0,00	24	173.572,66	
	Computadores de Centro de Dados - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	PC secretária (Desktops) - A	8	12.792,00	289	187.607,88	512	292.689,95	0	0,00	548	205.175,00	1.357	698.264,83	
	PC secretária (Desktops) - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	Computadores Portáteis - A	36	25.813,64	80	77.490,00	139	125.079,85	0	0,00	81	30.754,86	336	259.138,35	
	Computadores Portáteis - L	0	0,00	15	9.116,25	0	0,00	0	0,00	0	0,00	15	9.116,25	
	Impressoras de rede - A	5	6.089,38	2	429,27	72	97.011,10	0	0,00	0	0,00	79	103.529,75	
	Impressoras de rede - L	2	3.819,94	89	185.433,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	91	189.252,98	
	Equipamentos de Comunicações - A	0	0,00	64	281.347,82	455	349.935,79	282	416.698,95	0	0,00	801	1.047.982,56	
	Equipamentos de Comunicações - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	Outros Periféricos - A	76	9.056,95	100	4.834,69	786	232.646,00	0	0,00	0	0,00	962	246.537,64	
	Outros Periféricos - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	Subtotal	A	132	62.481,82	544	605.371,67	1.964	1.097.362,69	292	527.879,75	629	235.929,86	3.641	2.529.025,79
		L	2	3.819,94	104	194.549,29	0	0,00	0	0,00	0	0,00	106	198.369,23
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos - A	410	31.082,55	810	93.582,10	4	255,97	1.345	574.163,00	629	59.560,48	3.198	758.644,10	
	Sistemas Operativos - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados - A	1	26.917,52	1	19.064,48	0	0,00	0	0,00	1	50.961,70	3	96.943,70	
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	SW de Segurança - A	1	59,04	1	359.375,07	0	0,00	1	92.102,33	1	21.425,38	4	472.961,82	
	SW de Segurança - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	SW de Desenvolvimento - A	253	7.876,13	0	0,00	17	2.265,66	0	0,00	0	0,00	270	10.141,79	
	SW de Desenvolvimento - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	Sistema de Gestão de Conteúdos - A	1	5.540,57	1	4.990,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	10.530,57	
	Sistema de Gestão de Conteúdos - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	SW Aplicacional - A	1	1.283,51	11	1.023.316,25	107	360.366,84	0	0,00	0	0,00	119	1.384.966,60	
	SW Aplicacional - L	0	0,00	1	20.603,29	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	20.603,29	
	Outro SW de Produtividade Individual - A	1.331	341.937,54	641	226.726,24	14	145.231,86	1.295	536.104,29	791	173.373,20	4.072	1.423.373,13	
	Outro SW de Produtividade Individual - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	Subtotal	A	1.998	414.696,86	1.466	1.727.054,14	142	508.120,33	2.641	1.202.369,62	1.422	305.320,76	7.669	4.157.561,71
		L	0	0,00	1	20.603,29	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	20.603,29
Serviços	Desenvolvimento de Software - A	0	0,00	0	0,00	4	165.458,00	0	0,00	0	0,00	4	165.458,00	
	Desenvolvimento de Software - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	Manutenção de Hardware e Software - A	15	117.342,81	9	539.933,81	29	946.155,68	10	121.119,65	0	0,00	63	1.724.551,95	
	Manutenção de Hardware e Software - L	9	15.614,76	3	21.200,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	12	36.814,76	
	Formação - A	0	0,00	9	65.327,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	9	65.327,00	
	Formação - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
	Comunicações - A	2	19.632,46	0	0,00	1.068	350.611,15	0	0,00	0	0,00	1.070	370.243,61	
	Comunicações - L	0	0,00	2	19.844,25	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	19.844,25	
	Consultoria - A	0	0,00	0	0,00	11	141.890,40	0	0,00	0	0,00	11	141.890,40	
	Consultoria - L	0	0,00	1	35.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	35.000,00	
	Outro Outsourcing - A	0	0,00	0	0,00	38	959.738,50	0	0,00	0	0,00	38	959.738,50	
	Outro Outsourcing - L	0	0,00	1	119.592,12	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	119.592,12	
	Subtotal	A	17	136.975,27	18	605.260,81	1.150	2.563.853,73	10	121.119,65	0	0,00	1.195	3.427.209,46
		L	9	15.614,76	7	195.636,37	0	0,00	0	0,00	0	0,00	16	211.251,13
TOTAL	A	2.147	614.153,95	2028	2.937.686,62	3.256	4.169.336,75	2.943	1.851.369,02	2.051	541.250,62	12.505	9.574.597,34	
	L	11	19.434,70	112	410.788,95	0	0,00	0	0,00	0	0,00	123	430.223,65	

A – Aquisição

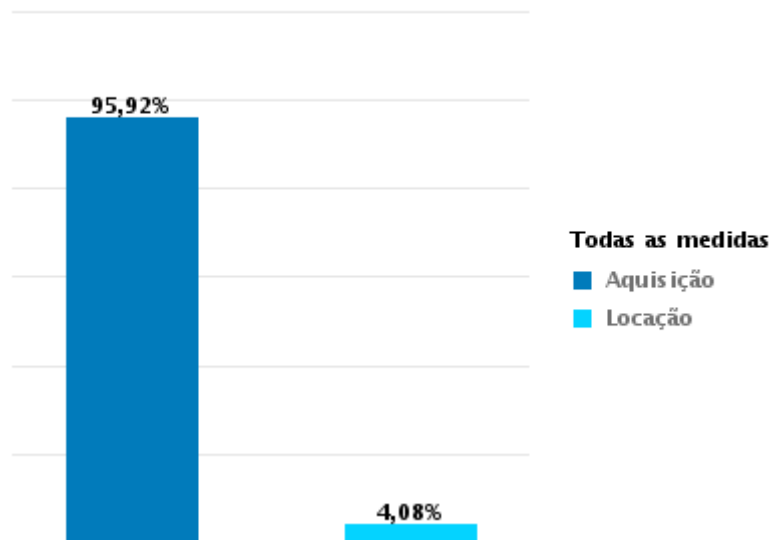
L – Locação

(a) Integra todos os Órgãos e Serviços Centrais do MDN

Despesas com a aquisição de bens e serviços



Aquisição versus Locação



8.2 - EXISTÊNCIAS REFERIDAS A 31 DE DEZEMBRO

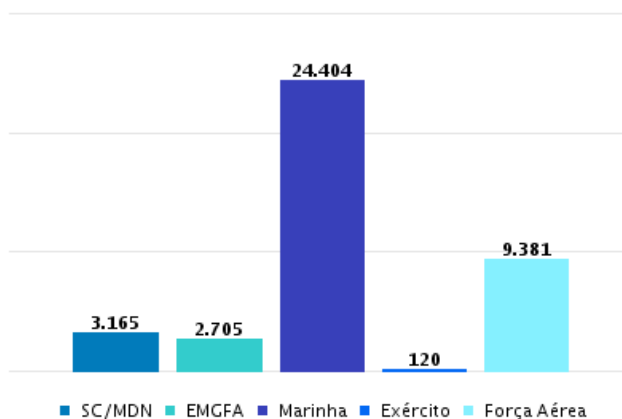
		(euros)											
Bens e Serviços		MDN (a)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Centro de Dados - A	32	239.414,46	126	1.519.717,31	130	69.878,30	120	1.521.118,80	0	0,00	408	3.350.128,87
	Computadores de Centro de Dados - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
	Computadores de Secretária - A	756	277.140,99	1.355	645.363,50	6.084	1.009.930,60	X	X	3.711	961.386,70	11.906	2.893.821,79
	Computadores de Secretária - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
	Computadores Portáteis - A	314	141.667,05	325	243.650,17	1.597	341.081,08	X	X	789	155.859,90	3.025	882.258,2
	Computadores Portáteis - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
	Impressoras de rede - A	43	45.453,62	53	25.965,71	644	207.388,84	X	X	722	270.087,20	1.462	548.895,37
	Impressoras de rede - L	23	15.864,10	94	203.410,36	0	0,00	0	0,00	0	0,00	117	219.274,46
	Equipamentos de Comunicações - A	504	73.360,49	192	377.972,11	3.011	907.142,60	X	X	684	2.554.173,40	4.391	3.912.648,6
	Equipamentos de Comunicações - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1.149	2.162.405,05	0	0,00	1.149	2.162.405,05
	Outros Periféricos - A	1.516	99.435,96	654	87.022,81	12.938	962.624,56	X	X	3.475	506.672,00	18.583	1.655.755,33
	Outros Periféricos - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	X	X	0	0,00	0	0
Subtotal	A	3.165	876.472,57	2.705	2.899.691,61	24.404	3.498.045,98	120	1.521.118,8	9.381	4.448.179,2	39.775	13.243.508,16
	L	23	15.864,1	94	203.410,36	0	0	1.149	2.162.405,05	0	0	1.266	2.381.679,51
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos - A	1.272	150.916,16	10	30.582,10	1.732	53.157,12	4.734	755.089,28	4.369	138.147,30	12.117	1.127.891,96
	Sistemas Operativos - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados - A	28	25.860,95	2	5.491,97	441	73.392,19	70	369.292,13	42	107.877,00	583	581.914,24
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
	SW de Segurança - A	5	1.759,74	2.761	89.811,78	0	0,00	X	X	34	182.997,50	2.800	274.569,02
	SW de Segurança - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
	SW de Desenvolvemento - A	255	13.436,13	0	0,00	588	92.954,09	X	X	2	387.564,00	845	493.954,22
	SW de Desenvolvemento - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
	Sistema de Gestão de Conteúdos - A	203	9.450,74	1	4.990,00	419	232.814,81	X	X	0	0,00	623	247.255,55
	Sistema de Gestão de Conteúdos - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
	SW Aplicacional - A	1	6.440,00	7	580.925,97	2.884	647.400,81	X	X	4.500	32.252,24	7.392	1.267.019,02
	SW Aplicacional - L	0	0,00	1	20.603,29	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	20.603,29
	Outro SW de Produtividade Individual - A	1.330	337.910,03	636	111.497,74	597	174.947,21	5.673	1.530.197,84	137	273.583,00	8.373	2.428.135,82
	Outro SW de Produtividade Individual - L	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0
Subtotal	A	3.094	545.773,75	3.417	823.299,56	6.661	1.274.666,23	10.477	2.654.579,25	9.084	1.122.421,04	32.733	6.420.739,83
	L	0	0	1	20.603,29	0	0	0	0	0	0	1	20.603,29
TOTAL	A	6.259	1.422.246,32	6.122	3.722.991,17	31.065	4.772.712,21	10.597	4.175.698,05	18.465	5.570.600,24	72.508	19.664.247,99
	L	23	15.864,1	95	224.013,65	0	0	1.149	2.162.405,05	0	0	1.267	2.402.282,8

A – Aquisição

L – Locação

(a) Integra todos os Órgãos e Serviços Centrais do MDN

Existências de Hardware a 31 de dezembro



8.3 - ÁREAS INFORMATIZADAS – PERCENTAGEM

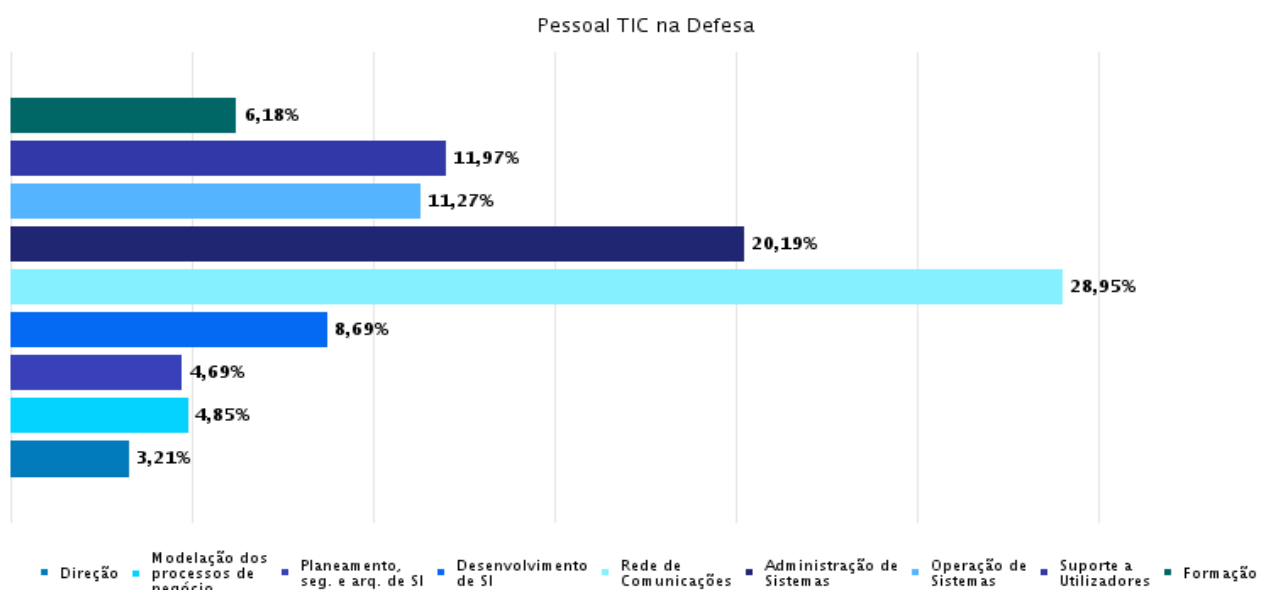
Áreas Comuns	DGRDN	DGPDN	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	100	100	100	100	100	100
1.1. Contabilidade	100	100	100	100	100	100	100
1.2. Process.e Cálculo Vencimentos	100	100	100	100	100	100	100
2. Gestão de Recursos Humanos	100	70	100	0	0	100	100
2.1. Formação de Pessoal	75	50	75	100	0	50	100
3. Gestão de Recursos Materiais	100	50	100	50	50	50	100
3.1. Gestão de Stocks	100	60	100	100	50	50	100
4. Planeam. e Calendarização Atividades	100	70	80	100	0	50	100
5. Conceção e Gestão de Projetos	100	0	90	0	0	100	100
6. Apoio à Decisão	100	55	75	100	60	100	100
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	85	100	100	100	100	0
8. Gestão de Correspondência	100	80	100	100	0	100	100
9. Gestão de Proc. Administrativos	100	25	80	100	60	100	100
10. Recolha/Receção de Informação	100	75	90	100	60	100	100
11. Registo de Informação	100	75	90	100	60	100	100
12. Organiz. Informação em Base de Dados	100	40	90	10	60	100	100
13. Process. e Tratamento da Informação	100	65	80	100	100	100	0
14. Difusão da Informação	75	85	100	100	0	100	0
15. Adoção de processos de dematerialização	25	40	50	0	0	100	0
16. Gestão Operacional	0	0	40	100	0	50	100
17. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	0	0	50	0	0	0	0
18. Gestão de Compras e Vendas	0	85	80	100	100	100	100
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)	0	0	//	50	0	25	0
20. Recrutamento	0	0	50	0	0	100	0
21. Biblioteca	0	0	100	100	100	0	100

8.3 - ÁREAS INFORMATIZADAS – PERCENTAGEM (Continuação)

Áreas Comuns	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea
1. Gestão de Recursos Financeiros	90	100,00	100	100
1.1. Contabilidade	100	82,00	100	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	100	100,00	100	100
2. Gestão de Recursos Humanos	100	90,00	100	100
2.1. Formação de Pessoal	90	93,00	100	100
3. Gestão de Recursos Materiais	75	90,00	85	90
3.1. Gestão de Stocks	90	94,00	100	100
4. Planeam. e Calendarização Atividades	100	85,00	100	80
5. Conceção e Gestão de Projetos	90	90,00	100	70
6. Apoio à Decisão	75	76,00	80	75
7. Gestão Documental / Cent. Document.	90	81,00	95	90
8. Gestão de Correspondência	100	84,00	95	90
9. Gestão de Proc. Administrativos	75	86,00	60	60
10. Recolha/Receção de Informação	90	85,00	80	95
11. Registo de Informação	90	92,00	80	95
12. Organiz. Informação em Base de Dados	90	81,00	80	95
13. Process. e Tratamento da Informação	90	92,00	70	95
14. Difusão da Informação	90	90,00	100	95
15. Adoção de processos de dematerialização	75	62,00	0	70
16. Gestão Operacional	50	100,00	0	100
17. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	50	42,00	40	100
18. Gestão de Compras e Vendas	100	97,00	100	100
19. Organiz. Informação em Base de Dados	90	81,00	50	95
20. Fornecimento de Alimentação (Rancho)	85	58,00	100	100
21. Recrutamento	0	78,00	100	95
22. Biblioteca	50	80,00	100	80

8.4 - PESSOAL AFETO EXCLUSIVAMENTE ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PESSOAL TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direção	8	5	13	7	8	41
Modelação dos processos de negócio	7	13	13	24	5	62
Planeamento, segurança e arquitetura de sistemas de informação	4	18	13	21	4	60
Desenvolvimento de Sistemas de Informação	42	0	25	23	21	111
Rede de Comunicações	4	10	30	310	16	370
Administração de Sistemas	7	18	14	210	9	258
Operação de Sistemas	5	21	16	102	0	144
Suporte a Utilizadores	18	20	40	40	35	153
Formação	1	0	12	61	5	79
TOTAL	96	105	176	798	103	1.278



8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

Área	DGRDN	DGPDN	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)							
Computadores ou postos com ligação individual	D	D	D	D	D	D	D
Computadores ou postos partilhando uma ligação	D	D	D	D	D	D	NA
Acesso à Internet							
Número de computadores ligados à Internet	D	50	203	100	89	400	38
Número de trabalhadores com acesso à Internet	230	50	203	49	78	400	34
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	230	0	203	49	78	250	34
Atividades Prosseguidas pelo Organismo							
Procura e recolha de informação/documentação	D	D	D	NA	D	D	NA
Acesso a bases de dados	D	D	D	D	D	D	D
Troca eletrónica de ficheiros	D	D	D	D	D	D	D
Correio eletrónico	D	D	D	D	D	D	D
Aquisição de bens e serviços on-line	NA	D	D	D	D	ND	D
Consulta de catálogos de aprovisionamento	NA	D	D	D	D	D	D
Formação de recursos humanos	D	D	D	D	D	ND	D
Comunicação interna entre os diversos departamentos	D	D	D	D	D	ND	D
Comunicação externa com outros organismos AP	D	D	D	D	D	ND	D
Realização atividades de I&D em cooperação	NA	D	D	NA	ND	ND	NA
Interação com outros órgãos (guichet único)	NA	D	NA	NA	ND	ND	NA

8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET (Continuação)

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)				
Computadores ou postos com ligação individual	D	D	D	D
Computadores ou postos partilhando uma ligação	D	D	D	D
Acesso à Internet				
Número de computadores ligados à Internet	1.590	1.350	6.000	4.160
Número de trabalhadores com acesso à Internet	2.018	8.945	9.205	5.650
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	2.018	13.202	9.221	5.650
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	2.018	7.109	9.221	5.650
Atividades Prosseguidas pelo Organismo				
Procura e recolha de informação/documentação	D	D	D	D
Acesso a bases de dados	D	D	D	D
Troca eletrónica de ficheiros	D	D	D	D
Correio eletrónico	D	D	D	D
Aquisição de bens e serviços on-line	D	D	D	D
Consulta de catálogos de aprovisionamento	D	D	D	D
Formação de recursos humanos	D	D	D	D
Comunicação interna entre os diversos departamentos	D	D	D	D
Comunicação externa com outros organismos AP	D	D	D	D
Realização atividades de I&D em cooperação	D	D	D	D
Interação com outros órgãos (guichet único)	D	ND	D	ND

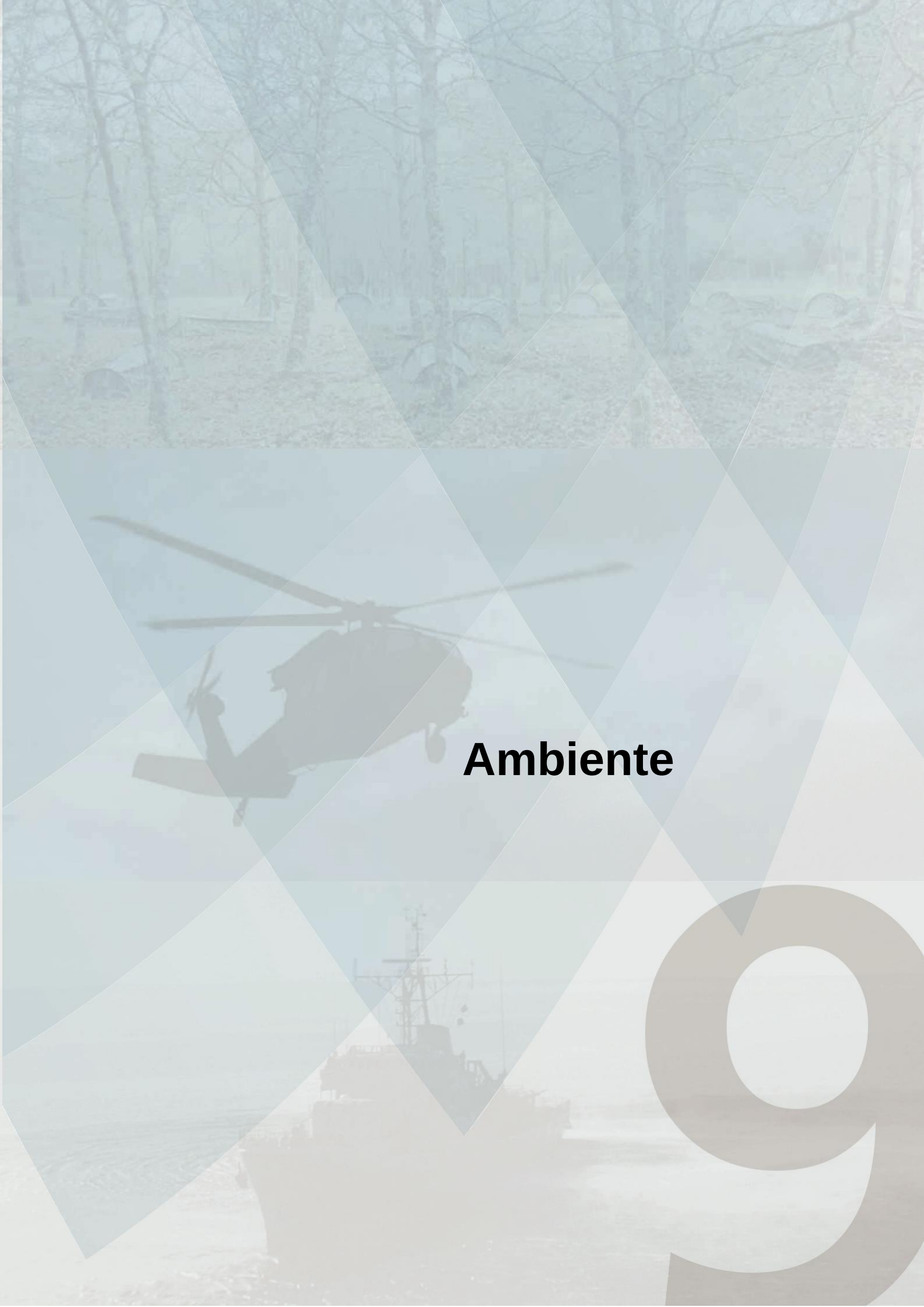
D – Disponível; ND - Não Disponível; NA - Não Aplicável

8.6 - PRESENÇA DO ORGANISMO NA INTERNET

Área	DGRDN	DGPDN	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN
Informação institucional acerca organismo	D	D	D	D	D	D	D
Informação acerca serviços prestados	D	D	ND	D	NA	D	D
Endereço eletrônico para recepção ou pedidos de informação	D	D	D	D	D	D	D
Disponibilizado acesso a bases de dados	D	X	ND	ND	D	ND	ND
Disponibilizados formulários preenchimento on-line	D	X	NA	D	NA	ND	ND
Informação acerca oportunidade de recrutamento	D	D	D	D	NA	D	D
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital on-line	NA	NA	NA	NA	NA	ND	NA
Venda de serviços ou produtos em formato digital on-line	NA	NA	NA	ND	NA	ND	NA
Disponibilizados formulários para download	D	NA	NA	D	NA	ND	D
Recebimentos on-line	NA	NA	NA	ND	D	ND	NA
Fornecimento de serviços on-line recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	ND	NA	NA	D	NA	ND	NA

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea
Informação institucional acerca organismo	D	D	D	D
Informação acerca serviços prestados	D	D	D	D
Endereço eletrônico para recepção ou pedidos de informação	D	D	D	D
Disponibilizado acesso a bases de dados	D	ND	D	D
Disponibilizados formulários preenchimento on-line	D	D	D	D
Informação acerca oportunidade de recrutamento	D	D	D	D
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital on-line	D	D	D	D
Venda de serviços ou produtos em formato digital on-line	ND	ND	NA	ND
Disponibilizados formulários para download	D	D	D	D
Recebimentos on-line	ND	ND	NA	ND
Fornecimento de serviços on-line recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	D	D	ND	ND

D – Disponível; ND - Não Disponível; NA - Não Aplicável



Ambiente

9

NOTA EXPLICATIVA

Considerando a abrangência e a transversalidade das questões ambientais no Quadro da Defesa Nacional, designadamente no que se refere às atividades subjacentes ao cumprimento das missões das Forças Armadas, tornou-se necessário integrar as preocupações ambientais nas ações da Defesa Nacional, no sentido de contribuir para mitigar e controlar os crescentes atentados aos ecossistemas e ao património nacional, em particular a poluição marítima, a utilização abusiva dos recursos marinhos e a destruição da floresta.

Assim, através do Despacho n.º 6484/2011, de 23 de março, foi publicada a Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional, que tem como finalidade definir as linhas de orientação, prioridades e objetivos para operacionalizar a estratégia a adotar pelo Ministério da Defesa Nacional em matéria de ambiente.

A informação constante neste capítulo é coordenada pela Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, em colaboração com a Estrutura Coordenadora para Assuntos Ambientais (ECAA) conforme Despacho n.º 10447/2012, de 11 julho.

9.1 – FORMAÇÃO AMBIENTAL

Conjunto de atividades, promovidas pela DGRDN, que visam a aquisição de conhecimentos, perícias, atitudes e formas de comportamento ambientalmente corretos.

(nº de participantes)		
Entidades	Formação	N.º
SC	Qualificação de Auditores Internos de Ambiente ISO 14001:2015	3
Marinha	Qualificação de Auditores Internos de Ambiente ISO 14001:2015	0
Exército	Qualificação de Auditores Internos de Ambiente ISO 14001:2015	4
Força Aérea	Qualificação de Auditores Internos de Ambiente ISO 14001:2015	4

9.2 – REPRESENTAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO, NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Participação em grupos de trabalho especializados, tendo como objetivo manter a ligação a outras entidades, nacionais e estrangeiras que se possam constituir como referência para a atuação do MDN nesta matéria.

Representação em Grupos de Trabalho, Nacionais e Internacionais
EDA's Energy and Environment Working Group
NATO Environmental Protection Working Group
Consultation Fórum For Sustainable Energy in the Defence and Security Se
EU Defence Environmental Network (DEFNET)
EDA's REACH Meetings
Conselho Nacional da Água
Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais do MDN (ECAA) - Preside
Grupo de Trabalho Amianto
Programa de Eficiência Energética na Administração Pública

9.3 - PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO, NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Cooperação técnica e científica nos domínios da Gestão Ambiental com diversas entidades, com o estabelecimento de protocolos, numa perspetiva de otimização dos recursos das infraestruturas da Defesa Nacional.

Ramo ou Entidade do MDN	Área de Ação	Entidade
DGRDN	Gestão Ambiental	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
Exército	Área de eficiência energética	Instituto Superior Técnico

9.4 – PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE (PDNA)

Como incentivo para as boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas, vincando as suas preocupações na preservação dos recursos naturais do nosso país, foi criado em 1993, por Despacho Conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e dos Recursos Naturais, o Prémio Defesa Nacional e Ambiente. Este prémio destina-se a galardoar os serviços sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional, estabelecimento ou órgão das Forças Armadas que, de acordo com os princípios da Defesa Nacional, melhor contributo preste, em Portugal, para a qualidade do ambiente, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, através da utilização eficiente dos recursos, da promoção de boas práticas de gestão energética, proteção e valorização do património natural e paisagístico e da biodiversidade.

Ramo ou Entidade MDN	Candidaturas apresentadas no ano corrente
MARINHA: CENTRO DE MEDICINA SUBAQUÁTICA E HIPERBÁRICA	CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL DO EDIFÍCIO
EXÉRCITO: REGIMENTO DE GUARNIÇÃO Nº1	AÇÃO DO REGIMENTO DE GUARNIÇÃO Nº 1 NA FORTALEZA DE SÃO JOÃO BAPTISTA E RESPETIVO MONTE BRASIL
FORÇA AÉREA: BA5	ESTRATAGEMAS
FORÇA AÉREA: AM1	O AMBIENTE NA AM1
FORÇA AÉREA: BA6	POR UMA BA6 MAIS SUSTENTÁVEL

9.5 – CONTROLO DE CONSUMOS

Consumos	MDN* /SC	EMGFA*	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Água (m3)	0,00	37.813,00	678.938,00	630.006,46	994.955,00	82.335,40	2.424.047,86
Elettricidade (KW/H)	0,00	5.447.407,00	33.022.740,00	17.996.319,72	29.751.391,00	1.332.647,16	87.550.504,88
Gás (m3)	0,00	23.113,72	393.476,50	1.071.732,09	2.333.449,95	397.426,20	4.219.198,46
Gasolina (l)	3.308,00	37.020,24	19.989,00	32.297,75	10.422,22	103,94	103.141,15
Gasóleo (l)	36.499,00	130.738,50	373.362,00	1.634.917,86	1.608.747,94	30.867,47	3.815.132,77

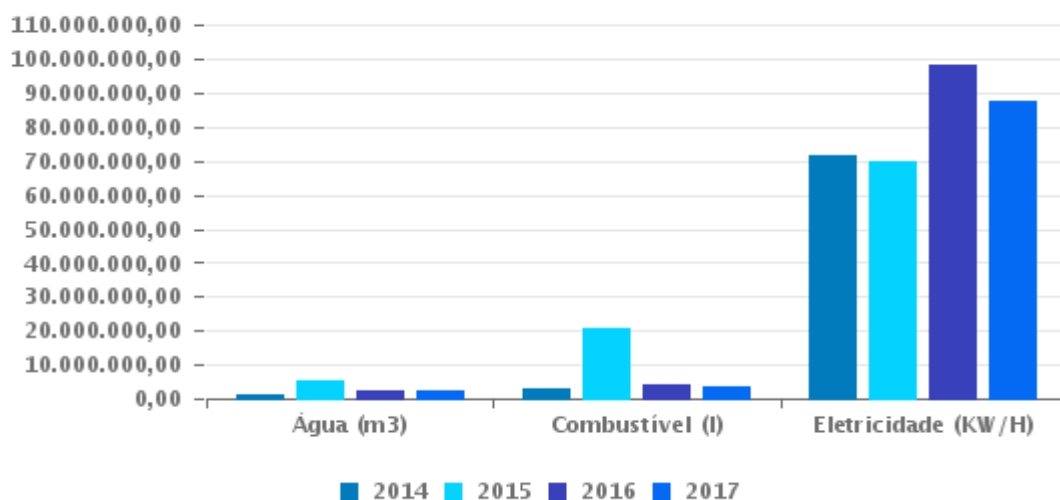
* Edifício EMGFA/MDN - Considerado na coluna do EMGFA

9.6 – PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

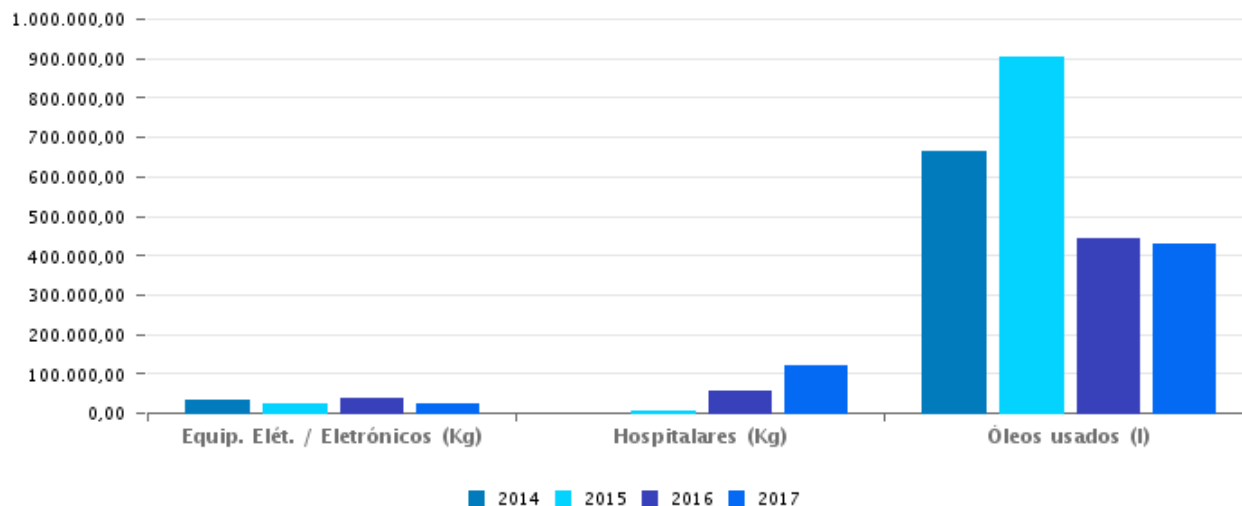
Resíduos	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Óleos usados (l)	0,00	345.455,00	33.737,00	28.576,50	15,00	407.783,50
Óleos usados (alimentares)	1.177,00	9.650,00	4.080,00	6.707,50	1.184,00	22.798,50
Pilhas e acumuladores (Kg)	30,00	13.350,00	19.530,00	1.503,50	25,00	34.438,50
Tinteiros e Tonners (Kg)	11,00	0,00	1.534,00	330,00	102,00	1.977,00
Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos (kg)	659,00	14.850,00	2.890,00	6.818,00	310,00	25.527,00
Hospitalares (Kg)	115.385,00	918,00	1.496,00	466,78	1.076,00	119.341,78
Sucata (Kg)	0,00	17.340,00	0,00	135.129,00	210,00	152.679,00

9.7 – MONITORIZAÇÃO DE CONSUMOS E PRODUÇÃO DE RESÍDUOS NA DEFESA NACIONAL

Consumo de Resíduos



Produção de Resíduos



9.8 – AUDITORIAS

A criação de uma bolsa de Auditores Internos Ambientais, permite assegurar a manutenção ou atribuição de certificações ambientais.

9.9 – ENTIDADES CERTIFICADAS

Certificação/ Ano de certificação	Unidade ou Entidade MDN
EMAS	BA5
FSC	CT
ISO 14001	Campo Militar de Santa Margarida
ISO 14001	Centro de Informação Geoespacial do Exército
ISO 14001	CT
Modo de produção biológico de cortiça e pinhão	CT
PEFC	CT

9.10 – ENTIDADES COM IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Unidade ou Entidade MDN com Sistema Implementado
AM1
AM3
BASE AÉREA N.º 1
BASE AÉREA N.º 11
BASE AÉREA N.º 4
BASE AÉREA N.º 5
BASE AÉREA N.º 6
CA
CAMPO DE TIRO DE ALCOCHETE
CAMPO MILITAR DE SANTA MARGARIDA
CENTRO DE FORMAÇÃO MILITAR E TÉCNICA DA FORÇA AÉREA
CENTRO DE INFORMAÇÃO GEOESPACIAL DO EXÉRCITO
ESTAÇÃO RADAR N.º 1
ESTAÇÃO RADAR N.º 2
ESTAÇÃO RADAR N.º 3
ESTAÇÃO RADAR N.º 4

9.11 – PROJETOS DE AMBIENTE

Entende-se como Projetos de Ambiente, nomeadamente com ações de consultadoria, apoio a submissão de projetos, diagnósticos ou outras ações de âmbito ambiental.

Concluídos
Registo EMAS na BA5
Em Curso
Registo EMAS na Estação Radar N.º 2



Recursos Humanos



NOTA EXPLICATIVA

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem diretamente no âmbito da Defesa Nacional.

É fixado tal como nos anos transatos o dia 31 de dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efetivos.

Apresentam-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação da informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para a familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.^a Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de setembro), a atual Lei do Serviço Militar (LSM), aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2008, de 6 de maio, criou um novo modelo de serviço militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2009 de 2 de março, (diploma que define as ações necessárias ao recenseamento militar e os mecanismos de articulação entre os organismos do Estado que intervêm no novo modelo de recenseamento). Relembra-se que, com a publicação do RLSM, iniciou-se um período transitório para se extinguir o Serviço Efetivo Normal (SEN), período cujo final não poderia exceder quatro anos. Assim, em setembro de 2004, passaram à situação de reserva de disponibilidade os últimos militares que foram incorporados com destino ao SEN (vide quadro 10.1.1.2.2). Tendo em vista facilitar o recrutamento dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, que aprovou o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV). Este conjunto de incentivos foi alterado pelo Decreto-Lei 76/2018, de 11 de outubro que revogou o quadro legal anterior.

Em complemento, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações e retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 10-BI/99, de 31 de julho, pela Lei n.º 25/2000, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 70/2005, de 17 de março, pelo Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 310/2007, de 11 de setembro, procurou adaptar-se ao novo modelo de serviço militar e tornar compatíveis alguns aspetos do Estatuto da Condição Militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efetivos militares.

Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, com a entrada em vigor do quadro legal, estão previstas as seguintes formas de prestação de serviço:

a) Serviço efetivo nos quadros permanentes (QP)

O serviço efetivo nos QP compreende a prestação de serviço pelos cidadãos que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, adquirem vínculo definitivo às Forças Armadas, designado por nomeação.

O militar dos QP pode encontrar-se numa das seguintes situações:

- Ativo

Considera-se no ativo o militar dos QP que se encontre afeto a serviço efetivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e que não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma. Estes militares no ativo podem encontrar-se na efetividade de serviço ou fora da efetividade de serviço.

- Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço. Estes militares na reserva podem encontrar-se na efetividade de serviço ou fora da efetividade de serviço.

- Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo ou na reserva, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR.

b) Serviço efetivo em regime de contrato (RC), nas suas várias modalidades

O serviço efetivo em RC compreende a prestação de serviço militar voluntário por um período de tempo limitado, definido na Lei do Serviço Militar, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao eventual ingresso do militar em RC nos QP. Atualmente, a Lei do Serviço Militar dispõe que o serviço efetivo em regime de contrato tem a duração mínima de 2 anos e a máxima de 6 anos, admitindo igualmente a possibilidade de serem criados, por decreto-lei, regimes de contrato com a duração máxima até 20 anos, mas restringindo esta modalidade a situações cujo grau de formação e treino, tipo de habilitações académicas e exigências técnicas tornem desejável uma garantia de prestação de serviço mais prolongada. Nesta sequência, o regime de contrato especial (RCE) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 147/2015, de 3 de agosto e 75/2018, de 11 de outubro, prevendo, para aquelas situações específicas, a possibilidade de prestar de serviço militar por um período máximo de 18 anos.

c) Serviço efetivo em regime de voluntariado (RV)

O serviço efetivo em RV compreende a prestação de serviço militar voluntário por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas, ao ingresso do militar em RV no RC ou ao eventual recrutamento para os QP.

d) Serviço efetivo decorrente de convocação ou mobilização

O serviço efetivo decorrente de convocação ou mobilização compreende o serviço militar prestado na sequência do recrutamento excecional, nos termos previstos na Lei do Serviço Militar e na lei que regula a mobilização no interesse da defesa nacional.

Pessoal Militarizado

Na Marinha existe pessoal militarizado do QPMM e da Polícia Marítima, originado pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desse Ramo num âmbito não especificamente militar (Decreto-Lei n.º 282/76, de 20 de abril - Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha, e Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 220/2005, de 23 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro - que criou a Polícia Marítima, autonomizando os grupos 1 – Corpo de Polícia Marítima e 3 – Cabos de Mar, anteriormente integrados no QPMM).

Pessoal Civil

Ao abrigo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei N.º 35/2014 de 20 de junho.

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas

Com a extinção/reestruturação dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, que englobavam a Manutenção Militar, as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, as Oficinas Gerais de Material de Engenharia e o Arsenal do Alfeite, e com as alterações legislativas entretanto ocorridas no que respeita ao regime das carreiras da Administração Pública, este pessoal transitou gradualmente para as carreiras gerais, subsistindo apenas um numero muito reduzido de carreiras e categorias com regime próprio (mapa VII anexo ao Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho).

Pessoal civil dos serviços departamentais das Forças Armadas

Este pessoal, pertencente ao Quadro de Pessoal Civil dos Ramos, por força da aplicação do mesmo regime transitou também, quase integralmente, para as carreiras gerais, tendo subsistido apenas a categoria de Chefe de mesa, de Chefe de armazém e de Encarregado de serviços, previstas no Decreto-Regulamentar n.º 17/2000, de 22 de novembro, que foi revogado pelo Decreto-Lei referido.

Subsistem no Exército, a extinguir quando vagarem, as categorias de Encarregado de serviços e de Parteira.

10.1 – PESSOAL

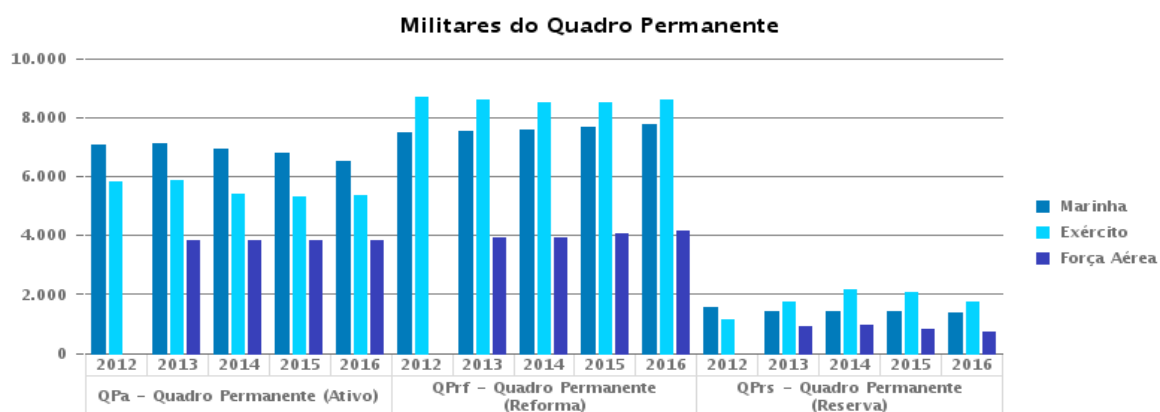
10.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa Quadro Permanente (Ativo)		6.597	5.437	3.769	15.803
RC Regime de Contrato		770	6.947	1.913	9.630
RV Regime de Voluntariado		0	113	0	113
SUBTOTAL		7.367	12.497	5.682	25.546
QPrs Quadro Permanente (Reserva)		1.062	1.226	568	2.856
QPrf Quadro Permanente (Reforma)		8.020	8.974	4.260	21.254
SUBTOTAL		9.082	10.200	4.828	24.110
TOTAL		16.449	22.697	10.510	49.656

10.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

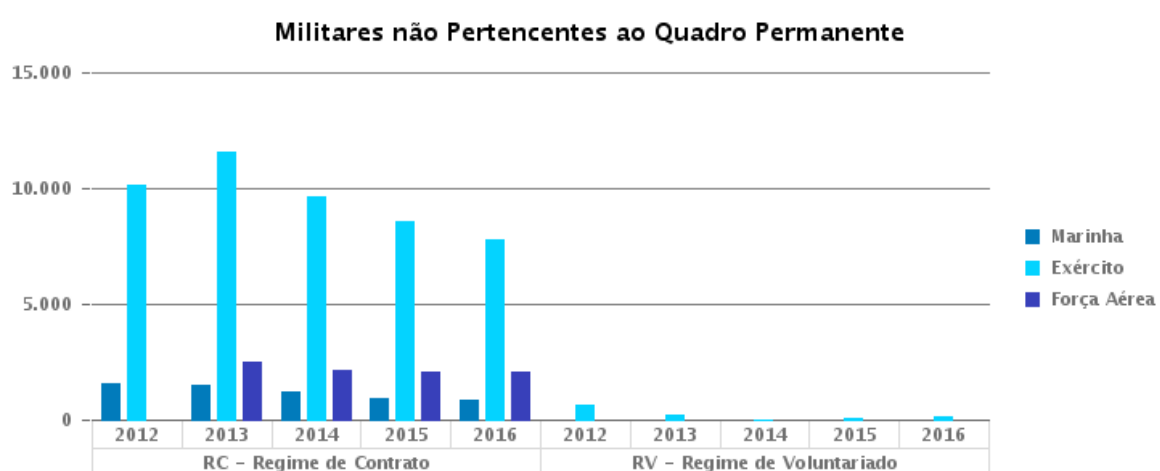
10.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Ativo)	2016	6.499	5.376	3.844	15.719
	2015	6.784	5.317	3.845	15.946
	2014	6.950	5.396	3.827	16.173
	2013	7.140	5.871	3.837	16.848
	2012	7.065	5.833	0	12.898
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2016	1.378	1.726	718	3.822
	2015	1.404	2.081	806	4.291
	2014	1.402	2.174	942	4.518
	2013	1.416	1.746	900	4.062
	2012	1.533	1.151	0	2.684
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2016	7.790	8.602	4.156	20.548
	2015	7.702	8.533	4.057	20.292
	2014	7.592	8.537	3.926	20.055
	2013	7.559	8.625	3.935	20.119
	2012	7.516	8.709	0	16.225



10.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Ramo das FA		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Situação					
RC - Regime de Contrato	2016	881	7.807	2.100	10.788
	2015	978	8.608	2.112	11.698
	2014	1.254	9.650	2.151	13.055
	2013	1.518	11.549	2.506	15.573
	2012	1.571	10.184	0	11.755
RV - Regime de Voluntariado	2016	0	168	0	168
	2015	0	79	0	79
	2014	0	25	0	25
	2013	0	217	0	217
	2012	0	695	0	695



10.1.1.3 – Militares do QP, Ativo, Quanto à Efetividade de Serviço (*)

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal		6.582	5.368	3.744	15.694
Comissão especial		0	2	18	20
Inatividade temporária		4	11	0	15
Licença sem vencimento		11	56	7	74
TOTAL		6.597	5.437	3.769	15.803

(*) Artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

10.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar

Ramo das FA Categoria	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Gerais	31	0	0	55	0	0	30	0	0	116	0	0
Oficiais	1.413	120	0	2.224	335	0	1.352	319	0	4.989	774	0
Sargentos	2.215	5	0	3.158	541	0	2.387	142	0	7.760	688	0
Praças	2.938	645	0	0	6.071	113	0	1.452	0	2.938	8.168	113
TOTAL	6.597	770	0	5.437	6.947	113	3.769	1.913	0	15.803	9.630	113

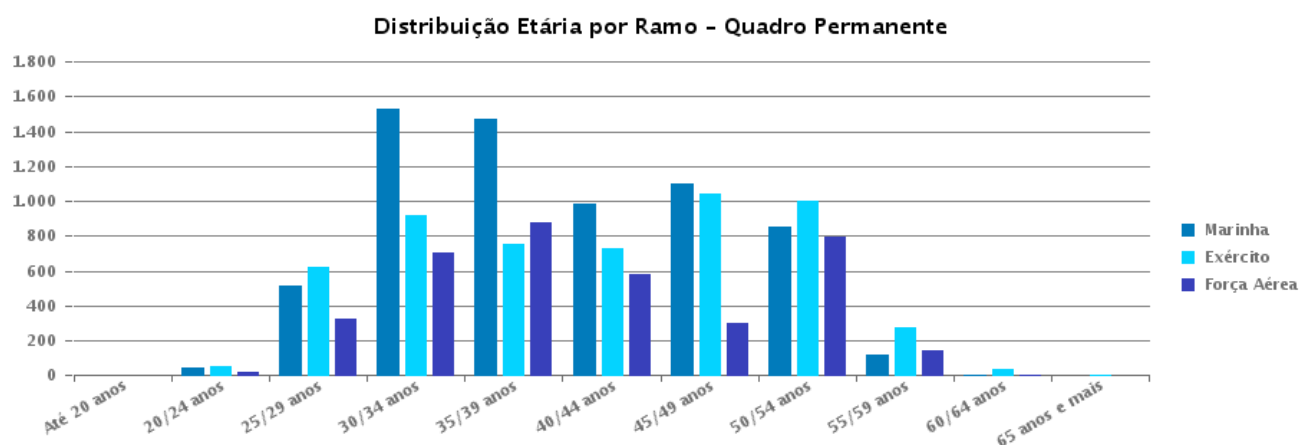
QPa - Quadro Permanente (Ativo)

RC - Regime de Contrato

RV - Regime de Voluntariado

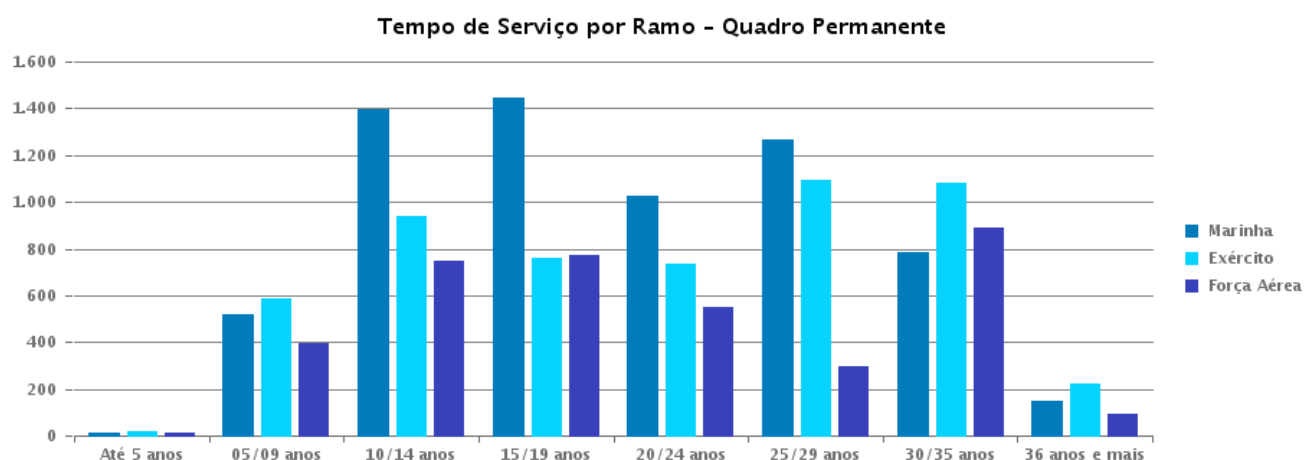
10.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar

Ramo das FA Categoria	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Até 20 anos	0	39	0	0	267	23	0	137	0	0	443	23
20/24 anos	42	452	0	52	4.069	83	25	1020	0	119	5541	83
25/29 anos	511	258	0	623	2.417	7	328	687	0	1462	3362	7
30/34 anos	1.524	21	0	914	189	0	707	66	0	3145	276	0
35/39 anos	1.468	0	0	757	3	0	882	3	0	3107	6	0
40/44 anos	981	0	0	726	2	0	589	0	0	2296	2	0
45/49 anos	1.097	0	0	1.039	0	0	296	0	0	2432	0	0
50/54 anos	849	0	0	1.004	0	0	798	0	0	2651	0	0
55/59 anos	121	0	0	275	0	0	143	0	0	539	0	0
60/64 anos	4	0	0	40	0	0	1	0	0	45	0	0
65 anos e mais	0	0	0	7	0	0	0	0	0	7	0	0
TOTAL	6.597	770	0	5.437	6.947	113	3.769	1.913	0	15.803	9.630	113



10.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
	Até 5 anos	12	21	11	44
	05/09 anos	517	585	398	1.500
	10/14 anos	1.398	940	750	3.088
	15/19 anos	1.444	761	775	2.980
	20/24 anos	1.024	733	548	2.305
	25/29 anos	1.268	1.095	298	2.661
	30/35 anos	787	1.081	893	2.761
	36 anos e mais	147	221	96	464
	TOTAL	6.597	5.437	3.769	15.803



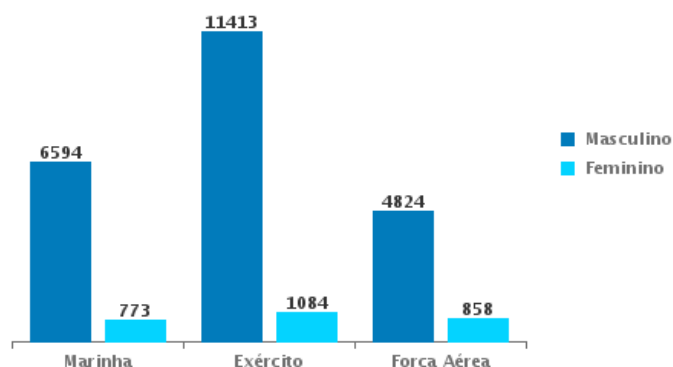
10.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares

Ramo das FA Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro	76	27	0	248	365	3	127	79	0	451	471	3
Beja	67	15	0	31	80	1	66	27	0	164	122	1
Braga	57	8	0	262	562	5	103	49	0	422	619	5
Bragança	29	6	0	27	117	1	55	16	0	111	139	1
Castelo Branco	52	17	0	46	108	0	78	27	0	176	152	0
Coimbra	79	30	0	218	229	11	145	90	0	442	349	11
Évora	84	27	0	175	185	7	90	43	0	349	255	7
Faro	133	27	0	49	125	4	60	32	0	242	184	4
Guarda	16	7	0	31	134	0	58	19	0	105	160	0
Leiria	131	26	0	254	198	2	196	107	0	581	331	2
Lisboa	1.741	186	0	1.451	948	8	1.219	614	0	4.411	1.748	8
Portalegre	58	32	0	50	108	4	75	30	0	183	170	4
Porto	98	49	0	563	1.290	18	257	192	0	918	1.531	18
Santarém	328	51	0	883	357	0	276	134	0	1.487	542	0
Setúbal	3.466	223	0	433	456	6	255	172	0	4.154	851	6
Viana do Castelo	56	3	0	49	170	0	42	14	0	147	187	0
Vila Real	30	9	0	132	203	3	62	18	0	224	230	3
Viseu	41	9	0	252	404	3	115	32	0	408	445	3
Açores	36	10	0	122	462	29	59	70	0	217	542	29
Madeira	18	8	0	153	401	7	23	22	0	194	431	7
Outras origens	1	0	0	8	45	1	408	126	0	417	171	1
TOTAL	6.597	770	0	5.437	6.947	113	3.769	1.913	0	15.803	9.630	113

10.1.1.8 – Distribuição por género de Pessoal Militar

Ramo das FA Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Masculino	5.966	628	0	5.130	6.181	102	3.209	1.615	0	14.305	8.424	102
Feminino	631	142	0	307	766	11	560	298	0	1.498	1.206	11
TOTAL	6.597	770	0	5.437	6.947	113	3.769	1.913	0	15.803	9.630	113

Distribuição por género de Pessoal Militar



10.1.1.9 – Promoção de Militares do QP

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Gerais	Almirante da Armada; Marechal	0	0	0	0
	Almirante; General	0	0	0	0
	Vice-Almirante; Tenente-General	0	6	2	8
	Contra-Almirante; Major-General	4	3	3	10
	Comodoro; Brigadeiro-General	3	6	7	16
	SUBTOTAL	7	15	12	34
Oficiais	Capitão de mar e guerra; Coronel	9	28	32	69
	Capitão de fragata; Tenente-Coronel	13	95	29	137
	Capitão-Tenente; Major	30	94	35	159
	1º Tenente; Capitão	65	132	119	316
	2º Tenente; Tenente	52	76	47	175
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	128	87	66	281
	SUBTOTAL	297	512	328	1.137
Sargentos	Sargento-Mor	23	25	9	57
	Sargento-Chefe	31	135	55	221
	Sargento-Ajudante	32	97	58	187
	1º Sargento	89	76	70	235
	2º Sargento	3	59	0	62
	Subsargento; Furriel	4	0	66	70
	SUBTOTAL	182	392	258	832
Praças	Cabo; Cabo de Secção	24	0	0	24
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	22	0	0	22
	SUBTOTAL	46	0	0	46
TOTAL		532	919	598	2.049

10.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

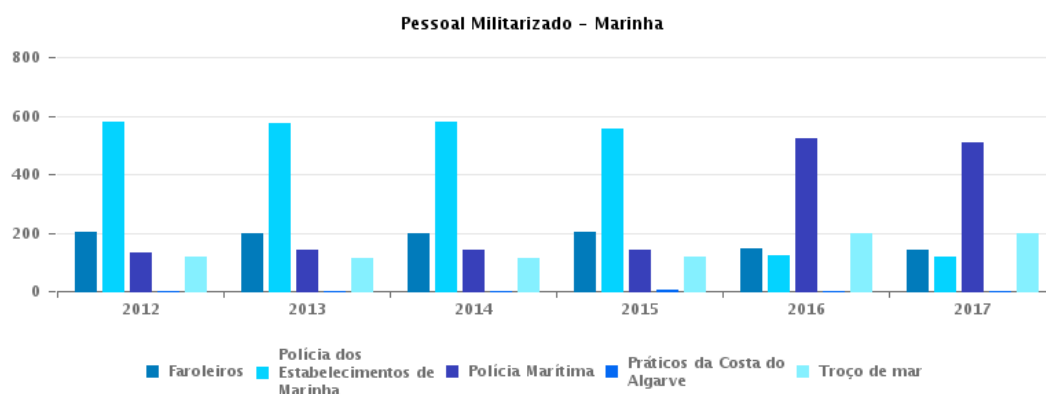
Ramo das FA* Situação		Marinha			Exército			TOTAL*		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	155	13	0	63	78	0	218	91	0
	Sargentos	15	0	0	59	130	0	74	130	0
	Praças	183	89	0	0	1.180	0	183	1.269	0
	TOTAL	353	102	0	122	1.388	0	475	1.490	0
Saídas	Oficiais	15	9	0	47	52	0	62	61	0
	Sargentos	47	6	0	12	134	0	59	140	0
	Praças	40	257	0	0	2.452	0	40	2.709	0
	TOTAL	102	272	0	59	2.638	0	161	2.910	0

* Não integra os dados da Força Aérea

10.1.2 – Pessoal Militarizado

10.1.2.1 – Número de Efetivos nos últimos 5 anos, por Grupo/ Categoria Profissional

Entidade		Grupo/Categoria Profissional	2013	2014	2015	2016	2017
Marinha	Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha (QPMM)	Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	573	578	554	121	118
		Troço de mar	114	113	119	199	198
		Faroleiros	200	200	205	145	143
		Práticos da Costa do Algarve	2	2	5	2	2
	Quadro de Pessoal da Polícia Marítima (PM)	142	140	144	523	510	
		SUBTOTAL	1.031	1.033	1.027	990	971
Exército	Tratador		2	2	2	2	2
	Vigilante		0	0	0	2	0
	SUBTOTAL		2	2	2	4	2
		TOTAL	1.033	1.035	1.029	994	973



10.1.2.2 – Número de Militarizados segundo o Sexo

Sexo	QPMM	PM	Exército	TOTAL
Mulheres	8	28	0	36
Homens	453	482	2	937
TOTAL	461	510	2	973

10.1.2.3 – Pessoal Militarizado, segundo as Habilitações Literárias

Ensino/Escolaridade		QPMM	PM	Exército	TOTAL
Ensino Superior	Doutoramento	0	0	0	0
	Mestrado	0	3	0	3
	Licenciatura	17	54	0	71
	Bacharelato	1	3	0	4
Ensino Pós-secundário Não Superior	Curso de Especialização Tecnológica	0	0	0	0
Ensino Secundário	12.º	187	292	0	479
	10.º - 11.º	14	37	1	52
Ensino Básico	3.º Ciclo (7.º - 9.º)	132	102	0	234
	2.º Ciclo (5.º - 6.º)	85	19	0	104
	1.º Ciclo (1.º - 4.º)	25	0	1	26
	Desconhecidas	0	0	0	0
TOTAL		461	510	2	973

10.1.2.4 – Pessoal Militarizado por Grupo Etário

Grupo Etário	QPMM		PM		Exército		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F
18 - 24	3	0	0	0	0	0	3	0
25 - 34	75	4	52	2	0	0	127	6
35 - 44	100	4	227	21	0	0	327	25
45 - 54	164	0	172	5	0	0	336	5
55 - 64	111	0	31	0	2	0	144	0
≥ 65	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	453	8	482	28	2	0	937	36

10.1.2.5 – Tempo de Serviço do Pessoal Militarizado, segundo o Sexo

N.º de Anos	QPMM		PM		Exército		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F
< 10	84	5	80	12	0	0	164	17
10 - 14	26	3	85	5	0	0	111	8
15 - 24	179	0	252	11	0	0	431	11
25 - 34	136	0	64	0	0	0	200	0
≥ 35	28	0	1	0	2	0	31	0
TOTAL	453	8	482	28	2	0	937	36

10.1.2.6 – Fluxo de Entradas e Saídas do Pessoal Militarizado

Por Tipo de:		QPMM	PM	Exército	TOTAL
Entrada	Procedimento Concursal	0	0	0	0
	Outras situações	0	0	0	0
	SUBTOTAL	0	0	0	0
Saída	Aposentação	4	0	0	4
	Falecimento	0	0	0	0
	Outras situações	2	13	0	15
	SUBTOTAL	6	13	0	19
TOTAL		6	13	0	19

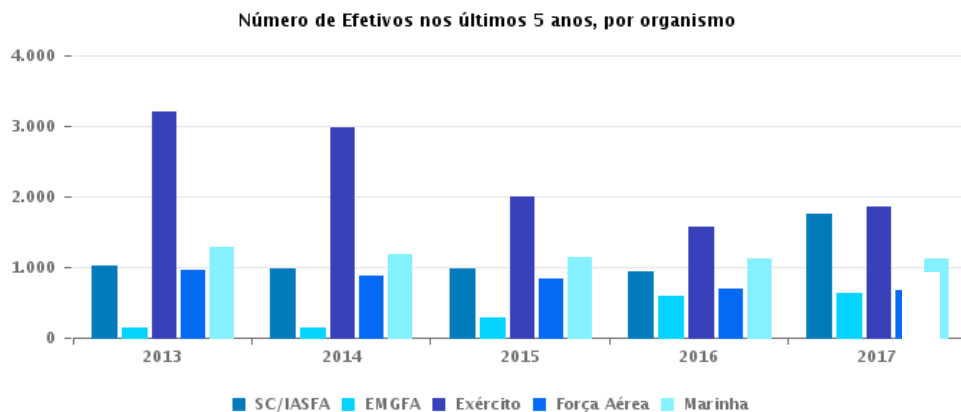
10.1.2.7 – Estrutura Remuneratória do Pessoal Militarizado

Escala Remuneratório (euros)	QPMM		PM		Exército		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F
< 600	0	0	0	0	0	0	0	0
600 - 1000	14	3	16	0	0	0	30	3
1001 - 1500	146	5	8	0	2	0	156	5
1501 - 2000	282	0	420	28	0	0	702	28
2001 - 2500	11	0	38	0	0	0	49	0
2501 - 3000	0	0	0	0	0	0	0	0
3001 - 3500	0	0	0	0	0	0	0	0
3501 - 4000	0	0	0	0	0	0	0	0
4001 - 4500	0	0	0	0	0	0	0	0
4501 - 5000	0	0	0	0	0	0	0	0
> 5000	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	453	8	482	28	2	0	937	36

10.1.3 – Pessoal Civil

10.1.3.1 – Número de Efetivos nos últimos 5 anos, por organismo

MDN	2013	2014	2015	2016	2017
SC/IASFA	1.026	991	973	934	953
EMGFA	150	150	290	601	641
Exército	3.195	2.989	2.008	1.565	1.858
Força Aérea	971	878	842	702	681
Marinha	1.295	1.182	1.153	1.127	1.128
TOTAL	6.637	6.190	5.266	4.929	5.261



10.1.3.2 – Número de Trabalhadores Civis, segundo o Sexo

Sexo	SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Mulheres	111	15	16	82	19	14	414	480	609	1.176	332	3.268
Homens	66	15	12	51	16	8	114	161	519	682	349	1.993
TOTAL	177	30	28	133	35	22	528	641	1.128	1.858	681	5.261

10.1.3.3 – Pessoal Civil segundo o Cargo, Categoria/Carreira

Cargo/Categoria/Carreira	SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigentes - Cargos de Direção Superior de 1.º Grau	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	4
Dirigentes - Cargos de Direção Superior de 2.º Grau	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	4
Dirigentes - Cargos de Direção Intermédia de 1.º Grau	8	1	2	4	1	0	0	0	0	0	0	16
Dirigentes - Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau	4	2	1	12	0	1	7	0	0	0	0	27
Técnicos Superiores	51	0	16	69	8	2	50	24	82	50	10	362
Assistentes Técnicos	49	8	4	24	11	15	104	163	372	579	159	1.488
Assistentes Operacionais	33	4	3	15	7	3	324	220	517	952	479	2.557
Pessoal de Informática - Especialista	10	0	0	5	0	0	2	1	16	0	0	34
Pessoal de Informática - Técnico	20	0	0	2	0	1	3	11	18	37	0	92
Investigação	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Educação Pré-escolar/Ensino Básico e Secundário - Docente, Professor	0	0	0	0	0	0	8	1	5	210	4	228
Ensino Universitário/Politécnico - Docente, Professor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Especial Médica	0	0	0	0	0	0	0	76	0	11	1	88
Especial de Enfermagem	0	0	0	0	0	0	19	86	0	5	0	110
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	0	0	0	0	0	0	10	54	3	9	7	83
Técnicos Superiores de Saúde	0	0	0	0	0	0	0	5	0	3	0	8
Especial de Inspeção/Inspetores	10	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Civil de Embarcações Salva-vidas	0	0	0	0	0	0	0	0	89	0	0	89
Pessoal Civil dos Serviços Departamentais das Forças Armadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Carreiras Subsistentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19	19
Outras Situações	0	0	0	0	8	0	0	0	24	2	0	34
TOTAL	177	30	28	133	35	22	528	641	1.128	1.858	681	5.261

10.1.3.4 – Pessoal Civil segundo a Mobilidade de Vínculo de Emprego Público

Cargo/Categoria/Carreira	SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	163	12	23	115	26	22	520	640	1.090	1.779	670	5.060
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo	0	0	0	0	0	0	0	0	5	10	4	19
Nomeação	0	14	0	16	0	0	0	0	9	0	0	39
Comissão de Serviço	14	4	5	2	1	0	8	0	0	0	0	34
Prestação de Serviço	0	0	0	0	8	0	0	0	1	0	5	14
Outras Situações	0	0	0	0	0	0	0	1	23	69	2	95
TOTAL	177	30	28	133	35	22	528	641	1.128	1.858	681	5.261

10.1.3.5 – Pessoal Civil segundo as Habilitações Literárias

Ensino/Escolaridade		SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Ensino Superior	Doutoramento	0	0	0	2	10	0	0	0	10	57	0	79
	Mestrado	10	2	6	13	1	3	7	4	25	0	4	75
	Licenciatura	68	16	15	74	6	1	90	191	117	282	28	888
	Bacharelato	1	0	0	0	0	0	7	22	10	0	4	44
Ensino Pós-secundário Não Superior	Curso de Especialização Tecnológica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino Secundário	10.º - 12.º	63	4	4	28	10	8	138	247	374	584	153	1.613
Ensino Básico	3.º Ciclo (7.º - 9.º)	19	4	2	6	5	7	119	88	217	391	136	994
	2.º Ciclo (5.º - 6.º)	7	2	0	3	2	1	81	44	161	252	144	697
	1.º Ciclo (1.º - 4.º)	9	2	1	7	1	2	86	45	214	292	212	871
Desconhecidas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		177	30	28	133	35	22	528	641	1.128	1.858	681	5.261

10.1.3.6 – Pessoal Civil por Grupo Etário e Sexo

Grupo Etário	SG		DGPDN		DGRDN		IGDN		IDN		PJM		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
18 - 24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	2
25 - 34	2	2	2	2	5	3	1	1	1	0	1	0	9	16	7	11	30	17	7	10	1	3	66	65
35 - 44	22	31	3	4	17	24	3	1	3	2	3	1	34	89	29	43	126	87	117	150	24	31	381	463
45 - 54	27	40	5	5	19	25	5	7	5	9	1	3	34	140	57	190	171	201	217	388	125	96	666	1.104
55 - 64	13	35	1	5	9	26	6	4	5	7	2	7	33	155	57	212	179	260	312	573	186	176	803	1.460
>= 65	2	3	1	0	1	4	0	2	2	1	1	3	4	14	11	24	12	42	29	55	13	26	76	174
TOTAL	66	111	12	16	51	82	15	15	16	19	8	14	114	414	161	480	519	609	682	1.176	349	332	1.993	3.268

10.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil, segundo o Sexo

N.º de anos	SG		DGPDN		DGRDN		IGDN		IDN		PJM		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
<10	1	8	0	2	9	10	1	1	5	1	2	1	9	30	11	21	61	8	149	294	2	6	250	382
10 - 14	4	8	3	4	4	13	0	2	1	1	0	0	7	27	5	7	18	44	89	197	1	2	132	305
15 - 24	32	50	3	7	20	23	7	5	6	6	2	2	60	217	53	162	149	213	150	201	50	99	532	985
25 - 34	14	27	5	3	14	17	2	4	0	8	1	7	29	109	54	203	204	224	201	297	167	144	691	1.043
>=35	15	18	1	0	4	19	5	3	4	3	3	4	9	31	38	87	87	120	93	187	129	81	388	553
TOTAL	66	111	12	16	52 51	82	15	15	16	19	8	14	114	414	161	480	519	609	682	1.176	349	332	1.993	3.268

10.1.3.8 – Modalidade de Horário praticada pelo Pessoal Civil

Modalidade de Horário	SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Isenção de Horário	22	4	5	21	2	1	9	0	0	0	0	64
Flexível	135	0	19	82	24	0	134	155	213	4	0	766
Rígido	0	25	0	4	0	20	8	246	828	1.539	532	3.202
Desfasado	0	0	0	0	0	0	0	86	0	121	6	213
Jornada Contínua	20	1	4	25	1	1	34	27	19	48	5	185
Trabalho por Turnos	0	0	0	0	0	0	125	81	42	135	133	516
Específico	0	0	0	1	8	0	218	46	26	11	5	315
TOTAL	177	30	28	133	35	22	528	641	1.128	1.858	681	5.261

10.1.3.9 – Fluxo de Entradas e Saídas do Pessoal Civil

Por Tipo de Entrada	SG	IGDN	DGPDN	DGRDN	IDN	PJM	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão de Serviço (a)	2	1	2	2	0	0	0	3	0	0	0	10
Mobilidade (b)	12	0	2	11	2	1	16	43	40	28	7	162
Procedimento Concursal (c)	2	0	2	7	0	1	8	16	33	326	3	398
Recrutamento através do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regresso de licença sem remuneração	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	0	5
Regresso por conclusão sem sucesso de período experimental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações (*)	18	1	0	0	2	0	10	5	3	99	2	140
SUBTOTAL	34	2	6	20	4	2	35	68	78	454	12	715
Por Motivo de Saída												
Aposentação/Reforma (d)	0	1	0	0	0	1	13	14	14	39	16	98
Cedência de interesse público	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Cessação de Mobilidade (e)	0	0	1	4	0	0	19	5	8	3	0	40
Conclusão sem sucesso de período experimental	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Comissão de Serviço (f)	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3	7
Extinção do vínculo de emprego público (g)	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	1	5
Falecimento	0	0	0	0	0	0	1	0	5	6	5	17
Licença sem remuneração	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	4
Passagem à situação de requalificação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações (**)	20	0	1	2	0	1	30	7	13	131	3	208
SUBTOTAL	22	1	5	7	0	2	65	28	46	179	28	383
TOTAL	56	3	11	27	4	4	100	96	124	633	40	1.098

Notas "Por Tipo de Entrada":

(a) Corresponde ao início de funções de um trabalhador nessa modalidade de prestação de serviço, oriundo de outro organismo.

(b) Inclui as situações de mobilidades descritas nos artigos 92.º e 93.º da LGTFP, excetuando a Mobilidade na Categoria, entre Categorias e/ou Intercarreiras dentro do mesmo organismo.

(c) Corresponde a um novo recrutamento. Inclui os trabalhadores em período experimental.

Notas "Por Motivo de Saída":

(d) Inclui situações de aposentação por velhice, limite de idade e/ou invalidez. Não inclui situações de trabalhadores em pré-reforma.

(e) Diz respeito à cessação de mobilidades descritas nos artigos 92.º e 93.º da LGTFP, excetuando a Mobilidade na Categoria, entre Categorias e/ou Intercarreiras dentro do mesmo organismo.

(f) Corresponde a situações de cessação e respetivo regresso do trabalhador ao organismo de origem ou início de comissão de serviço de um trabalhador noutro organismo.

(g) Inclui as formas de extinção por caducidade (excetuando a situação de reforma ou aposentação do trabalhador), por acordo, por motivos disciplinares, pelo trabalhador com aviso prévio e com justa causa.

10.1.3.10 – Estrutura Remuneratória do Pessoal Civil

Escala Remuneratório (euros)	SG		DGP DN		DGR DN		IG DN		ID N		PJM		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
< 600	0	0	1	1	3	5	0	0	1	3	0	1	22	132	6	80	23	242	53	154	0	0	109	618
600 - 1000	29	45	3	1	-11	14	1	4	9	7	3	9	64	182	68	199	331	296	488	764	307	293	1.314	1.814
1001 - 1500	18	31	2	3	18	29	4	3	3	3	3	4	21	61	51	122	133	45	55	134	34	29	342	464
1501 - 2000	6	21	1	5	6	17	2	4	3	1	1	0	5	27	9	29	15	12	48	69	3	7	99	192
2001 - 2500	4	7	0	2	1	6	0	0	0	3	0	0	1	2	15	20	9	5	11	29	2	2	43	76
2501 - 3000	5	7	4	4	10	9	2	3	0	2	1	0	1	9	9	12	2	3	4	8	2	0	40	57
3001 - 3500	2	0	1	0	0	2	3	0	0	0	0	0	0	1	3	13	2	6	16	9	1	0	28	31
3501 - 4000	1	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4	2	0	2	3	0	0	7	8
4001 - 4500	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	5	6	0	0	9	7
4501 - 5000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1
> 5000	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
TOTAL	66	111	12	16	51	82	15	15	16	19	8	14	114	414	161	480	519	609	682	1.176	349	332	1.993	3.268

10.2 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

10.2.1 – Condecorações Atribuídas

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	95	148	38	281
Mérito militar	215	330	179	724
Comportamento exemplar	747	1.372	556	2.675
Mérito do Ramo	569	301	100	970
Ordens honoríficas nacionais	1	4	6	11
Outras	900	1.173	165	2.238
TOTAL	2.527	3.328	1.044	6.899

10.2.2 – Processos Iniciados

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	48	1.130	80	1.258
Disciplinares	45	297	20	362
TOTAL	93	1.427	100	1.620

10.2.3 – Punições Aplicadas

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	9	36	8	53
Repreensão agravada	4	56	7	67
Detenção	0	110	2	112
Prisão disciplinar	0	3	0	3
Prisão disciplinar agravada	0	0	0	0
TOTAL	13	205	17	235

10.2.4 – Processos Instruídos por Índícios de Prática de Crimes (253)

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Abandono de posto - artº 66º CJM	0	0	0	0
Abuso de autoridade - artº 382 CP	0	2	0	2
Abuso de autoridade de uso ilegítimo de armas-artº100º CJM	0	0	0	0
Abuso de autoridade por ofensa à integridade física-artº93º CJM	0	5	0	5
Abuso de autoridade por outras ofensas-artº95º CJM	0	0	0	0
Abuso de autoridade por prisão ilegal - artº96º CJM	0	0	0	0
Actos que prejudiquem a circulação ou segurança -artº69º CJM	0	0	0	0
Ameaça e coacção	1	1	0	2
Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços	0	0	0	0
Comércio ilícito de material de guerra - artº82º CJM	0	2	0	2
Corrupção	0	1	0	1
Crimes cometidos no exercício de funções públicas	1	0	0	1
Crimes contra a honra	0	0	0	0
Crimes contra a integridade física	0	0	0	0
Crimes contra a Segurança das Forças Armadas	0	0	0	0
Crimes contra o património em geral	0	0	0	0
Crimes de falsificação	0	0	1	1
Crimes informáticos	0	0	0	0
Dano em bens militares ou de interesse militar-artº79º CJM	0	2	3	5
Deserção - artºs 72º e 74º CJM	4	10	1	15
Desobediência-artº348º CP	0	0	0	0
Detenção ou tráfico de armas proibidas	0	0	0	0
Difamação, calúnia e injúria	0	0	0	0
Entrada ou permanência ilegítima-artº70º do CJM	0	3	2	5
Evasão militar	0	0	0	0
Extravio de material de guerra - artº81º CJM	1	1	1	3
Falsificação de doc, cunhos, marcas, chancelas, pesos, medidas	1	3	0	4
Furto de veículo motorizado	0	0	0	0
Furto/roubo de mat. de guerra-artº83º e 84.º CJM	0	2	0	2
Incêndio Florestal	0	2	0	2
Incêndio/Fogo posto em edifício	0	1	0	1
Incumprimento Deveres serviço-artº 67º CJM	1	2	0	3
Insubordinação por ameaças ou outras ofensas-artº89º CJM	0	0	0	0
Insubordinação por desobediência-artº87º CJM	0	1	0	1
Insubordinação por ofensas à integridade física-artº86º CJM	0	1	0	1
Maus tratos ou sobrecarga de menores incapazes ou do cônjuge (artº152º CP)	0	0	0	0
Ofensa à integridade física voluntária grave	0	1	0	1
Ofensa à integridade física voluntária simples	0	5	0	5
Ofensa a sentinela	0	0	0	0
Outras burlas	0	0	0	0
Outros crimes	0	0	0	0
Outros crimes c/reserva da vida privada	0	0	0	0
Outros crimes contra a honra	0	0	0	0
Outros crimes contra a propriedade	0	0	0	0
Outros crimes contra a realização da justiça	0	1	0	1
Outros crimes contra a vida	2	0	0	2
Outros crimes contra o Estado	0	0	0	0
Outros crimes de perigo comum	0	0	0	0
Outros crimes respeitantes a estupefacientes	0	1	0	1
Outros danos	0	3	0	3
Outros furtos	2	20	14	36

Peculato	1	2	0	3
Receptação e auxílio material	0	0	0	0
Tráfico de estupefacientes	0	0	0	0
Usurpação de funções	0	0	0	0
Violação de providências públicas	0	0	0	0
Violação de segredo/espionagem	0	0	0	0
Violência doméstica	0	0	0	0
TOTAL	14	72	22	108



Ensino e formação militar



NOTA EXPLICATIVA

O ensino militar tem por finalidade a habilitação profissional do militar, a aprendizagem de conhecimentos adequados à evolução da ciência e da tecnologia e o seu desenvolvimento cultural.

A formação militar, instrução e treino, visam continuar a preparação do militar para o exercício das respetivas funções e abrangem componentes de natureza técnico-militar, cultural e de aptidão física. A formação militar envolve ações de investimento, de evolução e de ajustamento e materializam-se através de cursos, tirocínios, estágios, instrução e treino operacional e técnico, consoante a categoria, posto, classe, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence. O ensino e formação ministrados em estabelecimentos militares garante a continuidade do processo educativo e integra-se sempre que possível nos sistemas educativos e formativo nacionais.

Decorrente das orientações constantes da Resolução de Conselho de Ministros n.º 39/2008, de 28 de fevereiro, realizou-se a reforma do ensino superior público militar, procurando harmonizar e adaptar o modelo de formação de oficiais das Forças Armadas, incorporando as orientações do “Processo de Bolonha”, assumindo o ciclo de estudos integrados conducentes ao grau de mestre (2.º ciclo de Bolonha) como habilitação mínima exigida para início da carreira de oficiais oriundos do ensino superior universitário militar.

Ao nível das estruturas, o sistema de ensino superior público militar encontrava-se estruturado em estabelecimentos de formação inicial específica do ramo, materializada na Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea e num estabelecimento de formação complementar de natureza transversal aos ramos, materializada no Instituto de Estudos Superiores Militares.

Relativamente ao Instituto Universitário Militar, o mesmo visa ministrar formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares aos Oficiais dos Quadros Permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR), necessário ao desempenho das funções de Comando, Direção e Estado-Maior nos Ramos e GNR, bem como ao exercício de cargos em Organizações Internacionais.

Por outro lado, no âmbito do ensino superior público politécnico militar, a Escola do Serviço de Saúde Militar propõe-se assegurar, no âmbito da saúde militar, as necessidades de pessoal específicas das Forças Armadas e da GNR. Paralelamente, a integração do ensino superior politécnico na Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea, tenta garantir um contexto de igual dignidade e exigência, mas de vocação diferente do ensino superior universitário militar.

De referir ainda a criação do Conselho do Ensino Superior Militar que visa a coordenação do ensino superior público militar através de uma visão integrada, assegurando a conceção e o acompanhamento das políticas que, neste domínio, cabem ao Ministério da Defesa Nacional.

Cabe à Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional. No campo concreto do ensino e formação militar, a DGRDN propõe e avalia a política nos domínios do ensino, formação e desenvolvimento profissional e participa na definição da política de ensino superior militar, em articulação com o Conselho de Ensino Superior Militar.

De forma mais específica, deve a DGRDN estudar e propor a definição sobre a qualificação e o desenvolvimento de competências para as Forças Armadas e exercer, nos termos da lei, as competências relativas ao processo de certificação das entidades formadoras dos ramos, em especial através da colaboração com as entidades competentes em matéria de reconhecimento e certificação de qualificações profissionais.

No âmbito da articulação de competências das diversas entidades que integram o Ensino Superior Militar e através do Despacho n.º 229/2012 de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 2 de outubro, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 19 de abril, designada por Reforma 2020, do Despacho de S.Exa o Ministro da Defesa Nacional datado de 30 de dezembro de 2013, pela Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas - Reforma “Defesa 2020”, aprovada pelo Despacho n.º n.º 7527-A/2013 de S.Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 11 de junho, e pelo Despacho n.º 3756/2015 de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 25 de março foi encetada a Reforma do Ensino Superior Militar que estabeleceu a criação do Instituto Universitário Militar, com base num modelo de ensino superior militar em que a progressão na carreira resulta da articulação coerente da formação inicial com a formação complementar ao longo da vida, que substituiu o então Instituto de Estudos Superiores Militares e integrou a Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea, consubstanciando um modelo de ensino superior militar plenamente inserido no sistema de ensino superior português.

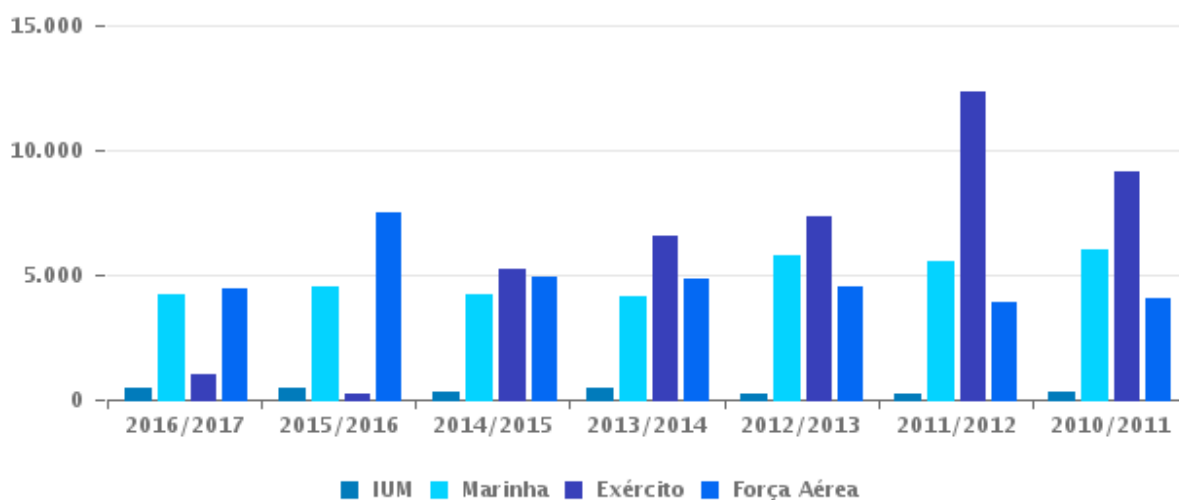
No âmbito da reforma identificada, e para o período de transição, estabeleceram-se como objetivos de curto prazo o reforço da interação formativa conjunta ao nível das ciências de base, a otimização da utilização dos recursos disponíveis, bem como das redes de investigação, desenvolvimento e inovação e da cooperação internacional, a salvaguarda das especificidades próprias de cada área de formação. Ao nível da formação de Sargentos, foram revistas as Portarias que aprovam o Regulamento Escolar dos Cursos de formação de Sargentos do Exército e Força Aérea através, respetivamente, das Portarias n.ºs 60/2014, de 10 de março, e 8/2013, de 10 de janeiro.

11.1 – INSTITUTOS, ACADEMIAS, ESCOLAS E CENTROS DE INSTRUÇÃO DAS FA (Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

		IUM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2016/2017	508	4.226	1.011	4.447	9.684
Dados retrospectivos						
	2015/2016	481	4.579	263	7.508	12.831
	2014/2015	327	4.197	5.208	4.911	14.643
	2013/2014	492	4.149	6.554	4.842	16.037
	2012/2013	258	5.805	7.322	4.576	17.961
	2011/2012	266	5.532	12.361	3.937	22.096

		IUM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Saídas com aproveitamento	2016/2017	499	4.028	927	4.374	9.328
Dados retrospectivos						
	2015/2016	471	4.349	243	7.437	12.500
	2014/2015	320	3.898	4.300	5.060	13.578
	2013/2014	484	3.829	6.187	4.847	15.347
	2012/2013	258	5.399	6.880	4.695	17.232
	2011/2012	255	5.074	12.555	4.377	22.261

Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas



11.2 – PESSOAL MILITAR NA EFETIVIDADE DE SERVIÇO QUE FREQUENTOU CURSOS INTERNOS

	IUM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação	0	567	2.080	413	3.060
Cursos de Promoção	0	200	1.270	97	1.567
Cursos de Especialização ou Qualificação	24	3.326	3.612	190	7.152
Cursos de Atualização	0	133	0	0	133
TOTAL	24	4.226	6.962	700	11.912

11.3 – PESSOAL MILITAR QUE FREQUENTOU CURSOS NO ESTRANGEIRO

	IUM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)	21	9	1	421	452
Média (de um a três meses)	0	1	0	1	2
Longa (mais de três meses)	0	4	1	2	7
TOTAL	21	14	2	424	461

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a) (Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)

MDN	
Instituto Universitário Militar	
Marinha	
Escola Naval (Alfeite) Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite) Escola de Tecnologias Navais Departamento de Operações Departamento de Armas e Eletrónica Departamento de Propulsão e Energia Departamento de Limitação de Avarias Departamento de Administração e Logística Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação Departamento de Formação em Tecnologias de Educação Departamento de Formação Geral	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro) Escola de Submarinos (Alfeite) Escola de Mergulhadores (Alfeite) Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa) Escola de Faroleiros (Paço de Arcos) Centro de Educação Física da Armada (Alfeite) Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite) Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo) Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite) Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa) Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)
Exército	
Academia Militar (Lisboa) Escola do Serviço de Saúde Militar (c) Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha) Escola dos Serviços (Póvoa de Varzim)	Escola das Armas (Mafra) Regimento Paraquedistas (Tancos) Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa) Centros de Formação de Praças: Regimento de Infantaria n.º 19 (Chaves), Regimento de Apoio Militar de Emergência (Abrantes), Regimento de Infantaria n.º 1 (Beja) Centro de Informação Geoespacial do Exército (Lisboa) Banda do Exército (Queluz)
Força Aérea	
Academia da Força Aérea (Sintra) Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra) Esquadra 101/ Epsilon (Beja) Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja) Esquadra 552 / AL III (Beja) Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota) que inclui: Escola de Língua Inglesa (ELI) Escola de Formação Pedagógica de Formadores Escola de Formação de Condutores Banda de Música da Força Aérea (Lisboa) Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo) Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar) Centro de Medicina Aeronáutica – Secção de Treino Fisiológico (Lisboa) Direção de Instrução (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas;

(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima;

(c) Estabelecimento do ensino superior politécnico. Órgão de apoio aos 3 Ramos, inserido na estrutura orgânica do Exército.

11.4 – CURSOS MINISTRADOS E NÚMERO DE ALUNOS, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO

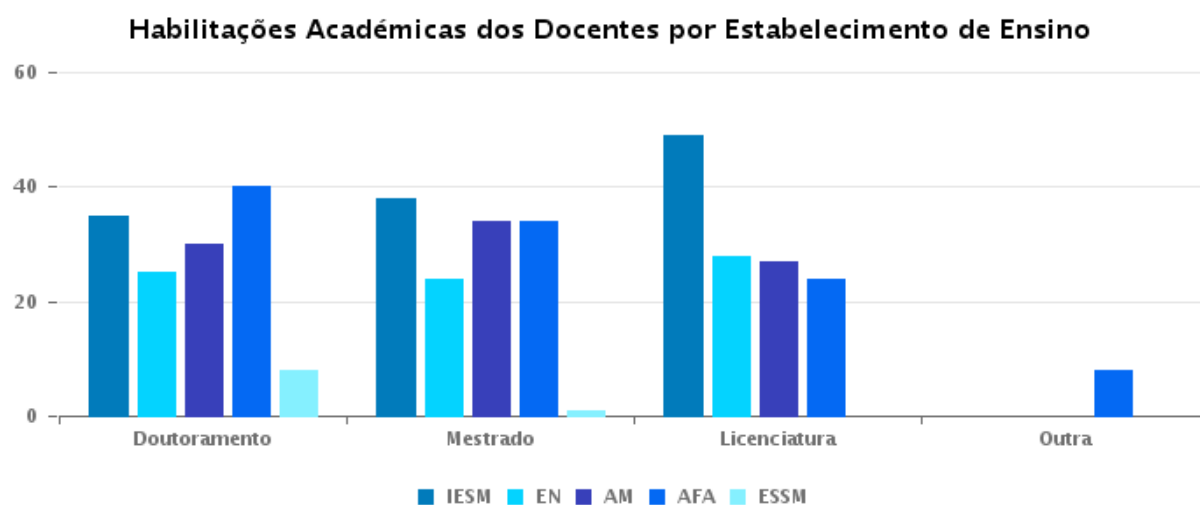
11.4.1 – Caracterização da atividade formativa

		IUM		EN		AM		AFA		ESSM	
		Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos
Cursos conferentes de grau	Ensino Universitário	2	37	6	267	11	112	5	116	2	6
	Ensino Politécnico	0	0	0	0	2	41	0	0	0	0
Curso não conferentes de grau		8	387	3	45	0	0	8	218	0	0
TOTAL		10	424	9	312	13	153	13	334	2	6

11.5 – DOCENTES, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO E POR CATEGORIA (MILITARES/ CIVIS, DOUTORADOS/ MESTRES/ LICENCIADOS)

CATEGORIA		IUM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	95	50	59	59	8	271
	Sargentos	0	0	2	5	1	8
	Praças	0	0	0	0	0	0
	Subtotal	95	50	61	64	9	279
Civis		27	27	30	42	0	126
Subtotal		27	27	30	42	0	126
TOTAL		122	77	91	106	9	405

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	IUM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Doutoramento	35	25	30	40	8	138
Mestrado	38	24	34	34	1	131
Licenciatura	49	28	27	24	0	128
Outra	0	0	0	8	0	8
TOTAL	122	77	91	106	9	405



11.6 – PESSOAL DE APOIO POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (MILITARES/ CIVIS)

CATEGORIA		IUM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	9	63	103	43	0	218
	Sargentos	19	45	45	25	0	134
	Praças	24	85	70	16	2	197
	Subtotal	52	193	218	84	2	549
Civis		18	46	87	7	2	160
Subtotal		18	46	87	7	2	160
TOTAL		70	239	305	91	4	709

11.7 – PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO INICIADOS, EM CURSO E CONCLUÍDOS

ATIVIDADES/SITUAÇÃO		IUM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Projetos de investigação	Iniciados	2	5	23	0	0	30
	Em curso	7	27	23	5	0	62
	Concluídos	1	2	6	0	0	9
	Subtotal	10	34	52	5	0	101
Publicações/Artigos Científicos	Iniciados	0	217	15	0	0	232
	Em curso	0	0	0	0	0	0
	Concluídos	20	0	15	13	0	48
	Subtotal	20	217	30	13	0	280
TOTAL		30	251	82	18	0	381

11.8 - CURSOS MINISTRADOS POR CENTROS DE INSTRUÇÃO

11.8.1 – Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior

11.8.1.1 – Caracterização de Ação Formativa

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Nº de Cursos/Ações de Formação Ministrados	Nº Alunos
Marinha	CEFA	2	31
	CIH	25	187
	CITAN	23	168
	EAM	54	1.046
	EHO	2	16
	EMERG	10	111
	ESUB	9	27
	ETNA	336	2.883
	EFUZ	54	819
	Subtotal	515	5.288
Exército	CM	0	0
	IPE	2	8
	1BIMec	7	16
	CPAE	12	749
	DMT	0	0
	CME	7	40
	GCC	4	57
	GAC	13	176
	ESE	0	0
	RC6	61	611
	RPARA	87	1.157
	ESSM	5	452
	CAVE	60	546
	EA	0	0
	ES	0	0
	RAAA1	11	298
	CSMIE	6	33
	CIGeoE	4	17
	CTOE	0	0
	RCmds	2	38
	RA5	9	29
	RE1	9	153
	RE3	13	99
	RC3	9	69
	RAME	1	16
	RG1	6	83
	RG2	11	132
	RG3	1	9
	RI10	15	159
	RI13	0	0
	RI19	0	0
	RI3	2	0

	RL2	7	25
	RMan	36	328
	Rtm	41	257
	RTransp	6	57
	UNAP/ZMA	0	0
	UNAP/Cmd		
	ZMM	4	45
	Subtotal	451	5.659
Força Aérea	CFMT	39	1.137
	Subtotal	39	1.137
TOTAL		1.005	12.084

11.9 – INSTRUTORES E PESSOAL DE APOIO, POR CENTROS DE INSTRUÇÃO

11.9.1 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Militarizados				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores	Chefes	Guardas	TOTAL		
Marinha	CEFA	7	5	3	15	0	0	0	0	0	15
	CIH	1	5	0	6	0	0	0	0	0	6
	CITAN	9	7	0	16	0	0	0	0	0	16
	EAM	14	3	2	19	0	2	4	6	23	54
	EHO	18	0	0	18	0	0	0	0	0	18
	EMERG	2	8	0	10	0	0	0	0	0	10
	CIS	2	5	0	7	0	0	0	0	0	7
	ETNA	42	179	10	231	0	0	0	0	0	231
	EFUZ	8	29	26	63	0	0	0	0	0	63
TOTAL		103	241	41	385	0	2	4	6	23	420

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
Exército	CM	22	18	52	92	103	195
	IPE	16	18	26	60	64	124
	ESE	7	11	0	18	5	23
	EA	89	83	0	172	0	172
	ES	22	31	0	53	0	53
	TOTAL	156	161	78	395	172	567

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
Força Aérea	CFMT	0	0	0	0	0	0
	CFMTFA	134	171	0	305	5	310
	CTSFA	5	20	5	30	0	30
	CMA/ STF	33	8	0	41	4	45
	CPSIFA	14	0	0	14	2	16
	TOTAL	186	199	5	390	11	401

11.9.2 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Habilitações

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Habilitações Académicas				TOTAL
		Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Outra	
Marinha	CEFA	0	3	3	9	15
	CIH	0	0	1	5	6
	CITAN	0	3	7	6	16
	EAM	3	16	14	21	54
	EHO	7	12	15	2	36
	EMERG	0	0	2	8	10
	CIS	0	0	2	5	7
	ETNA	0	26	23	184	233
	EFUZ	0	3	6	54	63
	Subtotal	10	63	73	294	440
Exército	CM	0	6	74	11	91
	IMPE	1	9	44	1	55
	ESE	0	4	10	9	23
	EA	0	50	38	0	88
	ES	0	13	10	30	53
	RPARA	0	0	0	0	0
	CTOE	0	0	0	0	0
	RCmds	0	0	0	0	0
	RA5	0	0	0	0	0
	RC3	0	0	0	0	0
	RG3	0	6	3	12	21
	UnAo/CmdZMM	0	0	0	0	0
	Subtotal	1	88	179	63	331
Força Aérea	CFMT	0	0	0	0	0
	CFMTFA	0	0	0	0	0

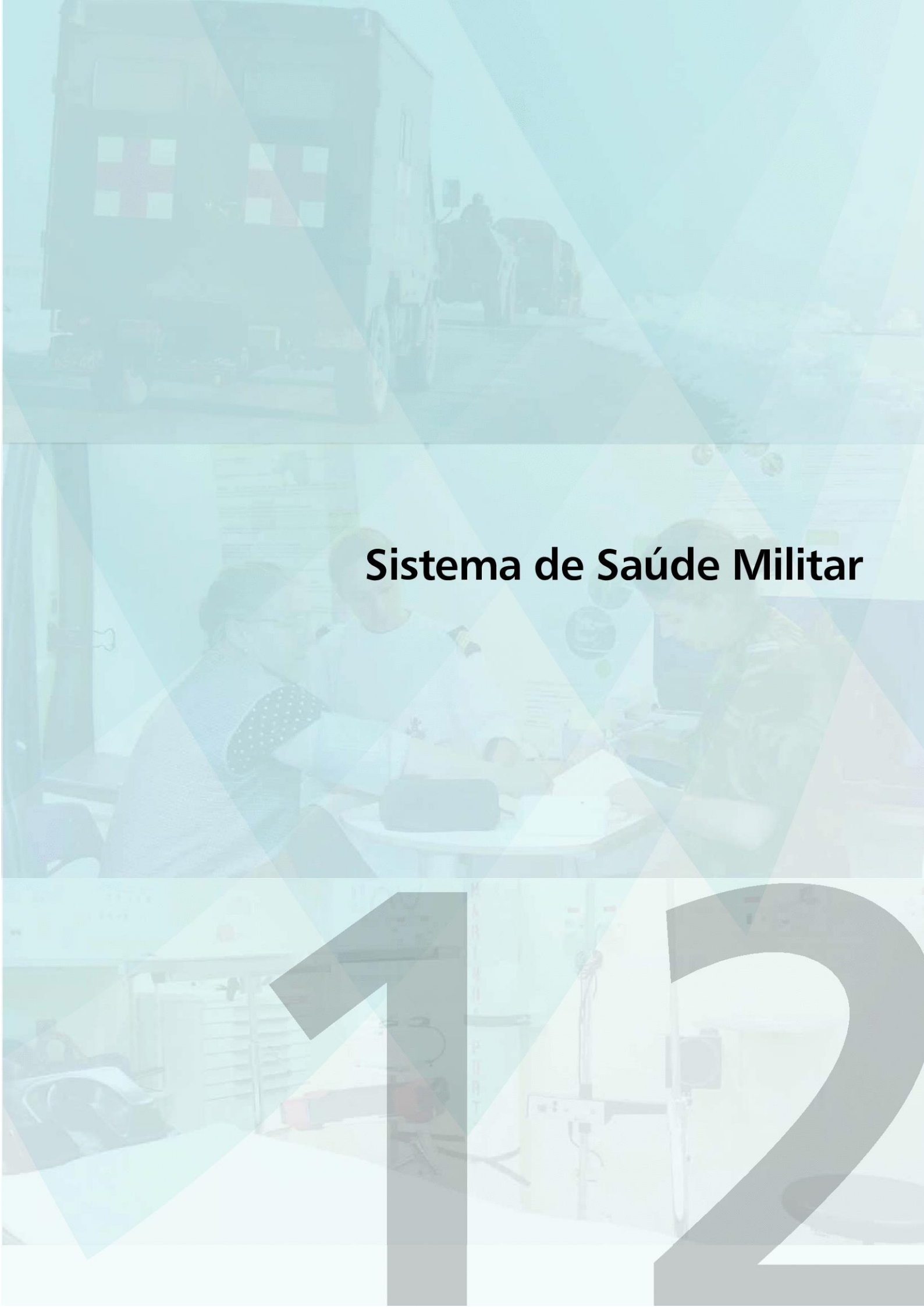
CTSFA	0	0	4	1	5
CMA/ STF	3	2	33	7	45
CPSIFA	0	9	7	0	16
Subtotal	3	11	44	8	66
TOTAL	14	162	296	365	837

11.9.3 – Caracterização do Pessoal de Apoio

Estabelecimentos de		Militares				Militarizados				Civis	TOTAL
Ensino e Formação		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores	Chefes	Guardas	TOTAL		
Marinha	CEFA	3	3	3	9	0	0	0	0	0	9
	CIH	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	CITAN	1	1	0	2	0	0	0	0	0	2
	EAM	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	EHO	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	EMERG	2	2	6	10	0	0	0	0	0	10
	CIS	0	1	1	2	0	0	0	0	0	2
	ETNA	0	6	24	30	0	0	0	0	0	30
	EFUZ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	7	13	34	54	0	0	0	0	1	55

Estabelecimentos de		Militares				Civis	TOTAL
Ensino e Formação		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
Exército	CM	7	3	8	18	5	23
	IMPE	8	5	5	18	4	22
	ESE	7	6	2	15	1	16
	EA	94	86	132	312	43	355
	ES	1	2	1	4	1	5
	EPC	0	0	0	0	0	0
	EPT	0	0	0	0	0	0
	RPARA	0	0	0	0	0	0
	CTOE	0	0	0	0	0	0
	RCmds	0	0	0	0	0	0
	RA5	0	0	0	0	0	0
	RC3	0	0	0	0	0	0
	RG3	1	2	1	4	0	4
	UnAo/CmdZMM	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	118	104	149	371	54	425

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares			Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças		
Força Aérea	CFMT	0	0	0	0	0
	CFMTFA	3	3	2	1	9
	CTSFA	0	2	5	0	7
	CMA/ STF	3	3	1	0	7
	CPSIFA	0	1	0	0	1
	TOTAL	6	9	8	1	16



Sistema de Saúde Militar

NOTA EXPLICATIVA

O Sistema de Saúde Militar (SSM) tem por missão garantir o apoio sanitário à componente operacional e, simultaneamente, assegurar a assistência médica aos efetivos militares e às suas famílias, procedendo a uma avaliação permanente dos recursos humanos que servem a força militar desde a sua admissão ao serviço.

A criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR), através do Decreto-Lei n.º 84/2014, de 27 de maio, enquanto hospital militar único, composto pelos Polos de Lisboa e do Porto, tem por missão prestar cuidados de saúde diferenciados aos militares das Forças Armadas, bem como à família militar e aos deficientes militares. Tal como previsto na Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) - Decreto-Lei n.º 184/2014 de 29 de dezembro, o HFAR encontra-se na dependência da Direção de Saúde Militar (DIRSAM) do EMGFA e íntegra a Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA), a Unidade Militar de Toxicologia (UMT) e o Centro de Epidemiologia e Intervenção Preventiva (CEIP).

Apesar da criação de um hospital militar único, cada Ramo das Forças Armadas continua a possuir o seu próprio Serviço de Saúde, em virtude da especificidade da missão e da particularidade dos meios de que dispõe. Assim, pese embora algumas estruturas da medicina operacional especializada como o Centro de Medicina Aeronáutica (CMA) e o Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica (CMSH), estejam localizadas no Campus de Saúde Militar, adjacentes ao Polo de Lisboa e na dependência funcional do diretor do HFAR, permanecem sob a dependência hierárquica dos respetivos ramos.

Os recursos humanos da saúde - Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica, Técnicos Superiores de Saúde, Auxiliares de Ação Médica e Socorristas, encontram-se assim distribuídos pelo HFAR e pelas restantes estruturas de saúde afetas aos Ramos. Trata-se de um efetivo maioritariamente militar, apesar de complementado pelo recurso a trabalhadores civis de forma a responder às diferentes especificidades e necessidades.

12.1 – INFRAESTRUTURAS HOSPITALARES

12.1.1 – Localização

HFAR		
Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto*
	Azinhaga dos Ulmeiros	Av. da Boavista
	Lisboa	Porto

12.1.2 – Camas, segundo o fim a que se destinam

HFAR		
Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
Internamento Geral (IG)		
- Lotação oficial	141	100
- Lotação praticada	141	100
Enfermarias	63	68
Quartos	33	0
Cuidados Intensivos	7	0
Cuidados Intermédios	0	0
Salas de Recobro	16	14
Serviço de Observ. (Urg.)	6	6
Hospital de dia	6	12
Outras camas	10	0
TOTAL (considerando somente a Lotação Praticada do IG)	282	200

12.1.3 – Capacidade Funcional

		HFAR	
		Polos Hospitalares	Polo de Lisboa Polo do Porto
a. Salas operatórias (a)		4	5
b. Gab. de cons. Externa		91	86
c. Equipamentos diagnóstico e terapêutica:	Endoscopia	5	1
	Hemodialise (nº. dialisadores)	4	9
Imagiologia	Ecografia	3	6
	Imag. convencional (RX)	5	1
	Mamografia	1	1
	Osteodesiometria	1	1
	Tomografia comput. (TC)	2	1
	Outros	0	0
Laboratórios anatomia patológica e tanatologia		1	0
Laboratórios de patologia clínica		1	1
Medicina nuclear		2	0
Raios laser		18	1
Servicos de imuno-hemoterapia		1	1

Serviços farmacêuticos	1	0
Outros	0	0
TOTAL	140	114

(a) Incluídas ou não em bloco operatório

12.2 – RECURSOS HUMANOS

12.2.1 – Médicos militares e civis

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
	Polo de Lisboa	Polo do Porto						
Contra-Almirante; Major-General	0	0	3	0	0	0	0	0
Comodoro	0	0	1	0	0	0	0	0
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	1	1	10	0	3	0	0	0
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	17	7	6	5	5	1	0	1
Capitão-Tenente; Major	23	9	13	7	10	0	0	0
1º Tenente; Capitão	11	5	26	14	17	0	0	1
2º Tenente; Tenente	0	0	2	14	10	0	0	0
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	0	0	2	0	3	0	0	0
Aspirante a Oficial	0	0	0	0	0	0	0	0
Civis RCTFP	43	32	0	9	1	0	0	0
Civis RCPS	53	37	0	5	0	0	0	0
TOTAL	148	91	63	54	49	1	0	2

Marinha acrescentou a linha "Comodoro"

12.2.2 – Enfermeiros militares e civis

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
	Polo de Lisboa	Polo do Porto						
Capitão Tenente; Major	3	3	3	5	0	0	0	0
1º Tenente; Capitão	5	1	5	1	3	0	0	1
2º Tenente; Tenente	2	0	0	3	13	0	0	0
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	47	19	75	19	30	0	0	1
Sargento-Mor	1	1	3	0	1	0	0	0
Sargento-Chefe	3	3	6	1	2	0	0	1
Sargento-Ajudante	2	0	15	0	2	0	0	1
1º Sargento	26	6	79	10	1	0	0	1
2º Sargento	5	1	0	1	0	0	0	0
Subsargento; Furriel	0	0	0	10	0	0	0	0
Civis RCTFP	44	39	0	4	0	0	0	0
Civis RCPS	48	37	0	3	0	0	0	0
TOTAL	186	110	186	57	52	0	0	5

12.2.3 – Técnicos de Superiores de Saúde (295)

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
	Polo de Lisboa	Polo do Porto						
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	0	0	0	0	0	0	0	0
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	0	0	0	2	0	0	0	0
Capitão-Tenente; Major	0	0	4	0	0	0	0	0
1º Tenente; Capitão	0	0	3	0	0	0	0	0
2º Tenente; Tenente	0	0	3	0	0	0	0	0
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	0	0	6	0	0	0	0	0
Aspirante a Oficial	0	0	0	0	0	0	0	0
Civis RCTFP	4	1	0	2	0	0	0	0
Civis RCPS	1	5	0	1	0	0	0	0
TOTAL	5	6	16	5	0	0	0	0

12.2.4 – Médicos Dentistas

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
	Polo de Lisboa	Polo do Porto						
Contra-Almirante; Major-General	0	0	0	0	0	//	//	//
Comodoro	0	0	0	0	0	//	//	//
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	0	0	0	0	0	//	//	//
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	1	3	0	0	0	//	//	//
Capitão-Tenente; Major	0	0	0	4	0	//	//	//
1º Tenente; Capitão	4	0	2	1	0	//	//	//
2º Tenente; Tenente	0	0	1	3	0	//	//	//
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	2	0	8	0	0	//	//	//
Aspirante a Oficial	0	0	0	0	2	//	//	//
Civis RCTFP	1	1	0	1	0	//	//	//
Civis RCPS	0	0	0	0	0	//	//	//
TOTAL	8	4	11	9	2	//	//	//

12.2.5 – Médicos Veterinários Militares e Cíveis

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
	Polo de Lisboa	Polo do Porto						
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	//	0	//	//	0	//	//	//
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	//	1	//	//	0	//	//	//
Capitão-Tenente; Major	//	0	//	//	0	//	//	//
1º Tenente; Capitão	//	0	//	//	0	//	//	//
2º Tenente; Tenente	//	0	//	//	1	//	//	//
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	//	0	//	//	1	//	//	//
Aspirante a Oficial	//	0	//	//	0	//	//	//
Civis RCTFP	//	0	//	//	0	//	//	//
Civis RCPS	//	0	//	//	0	//	//	//
TOTAL	//	1	//	//	2	//	//	//

12.2.6 – Enfermeiros Veterinários militares e civis (298)

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
	Polo de Lisboa	Polo do Porto						
Sargento-Mor	//	//	//	0	//	//	//	//
Sargento-Chefe	//	//	//	0	//	//	//	//
Sargento-Ajudante	//	//	//	0	//	//	//	//
1º Sargento	//	//	//	0	//	//	//	//
2º Sargento	//	//	//	0	//	//	//	//
Civis RCTFP	//	//	//	0	//	//	//	//
Civis RCTPS	//	//	//	0	//	//	//	//
TOTAL	//	//	//	0	//	//	//	//

12.2.7 – Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea	UTITA	UMT	CEIP
	Polo de Lisboa	Polo do Porto						
Major	0	1	1	1	0	0	0	0
Capitão	10	2	10	5	0	0	0	0
Tenente	0	0	0	0	0	0	0	0
Alferes	3	0	1	4	0	0	0	0
Sargento-Mor	2	0	2	0	0	0	0	0
Sargento-Chefe	2	0	6	1	0	0	0	0

Sargento-Ajudante	0	0	0	1	0	0	0	0
1º Sargento	0	3	0	0	0	0	0	0
2º Sargento	0	0	0	2	0	0	0	0
Furriel RC	44	12	1	9	5	0	0	0
2º Furriel	19	19	1	0	0	0	0	0
Civis RCTFP	0	0	0	9	0	0	0	0
Civis RCPS	0	0	0	4	0	0	0	0
TOTAL	80	37	22	36	5	0	0	0

12.2.8 – Médicos no HFAR, por Especialidade Exercida (a)

		HFAR	
		Polos Hospitalares	Polo de Lisboa
			Polo do Porto
a. Especialidades cirúrgicas	Anestesiologia	12	5
	Cirurgia geral	8	2
	Cirurgia plástica reconstrutiva	2	2
	Cirurgia vascular/Angiologia	2	2
	Estomatologia	3	4
	Ginecologia/Obstetricia	2	3
	Neurocirurgia	0	0
	Oftalmologia	7	4
	Ortopedia	6	5
	Otorrinolaringologia	6	3
	Urologia	4	5
	Outras esp. cirúrgicas	0	3
b. Especialidades médicas	Anatomia patológica	5	2
	Cardiologia	7	3
	Dermatologia	2	1
	Endocrinologia	5	2
	Fisiatria	2	3
	Gastroenterologia	2	2
	Hematologia	1	0
	Imunoalergologia	2	0
	Imagiologia	26	9
	Infeciologia	2	0
	Medicina interna	9	11
	Nefrologia	6	0
	Neurologia	3	2
	Oncologia médica	5	1
	Pneumologia	4	1

	Psiquiatra	5	4
	Reumatologia	2	1
	Outras esp. Médicas:	6	7
c. Outras Especialidades	Medicina geral e familiar	3	10
	TOTAL	149	97

- (a) Os médicos devem ser contados uma única vez, segundo a especialidade que exercem. No caso de exercerem mais de uma especialidade no hospital, deverão ser indicados naquele a que dedicam um maior número de horas de trabalho.

12.2.9 – Técnicos Superiores no HFAR, por especialidade

		HFAR	
		Polos Hospitalares	
		Polo de Lisboa	Polo do Porto
Técnico superior de saúde	- Ramo de farmácia	0	1
	- Ramo de laboratório	3	0
	- Ramo de nutrição	0	1
	- Ramo de psicologia clínica	1	2
	- Ramo de veterinária	0	0
	- Outros ramos	1	0
Técnico superior	- De serviço social	2	1
	- De instalações e equipam. de serviços de saúde	0	1
	- Outros ramos	11	3
TOTAL		18	9

12.2.10 – Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica no HFAR, por especialidade

		HFAR	
		Polos Hospitalares	
		Polo de Lisboa	Polo do Porto
Dietistas		0	0
Higienistas orais		0	0
Ramo laboratorial	- Patologia clínica	15	8
	- Anatomia patológica	4	0
	- Farmácia	0	2
	- Outros	12	0
Ramo radionuclear	- Radiologia	17	11
	- Outros	2	0
Ramo cinesiológico	- Fisioterapia	17	8
	- Outros	0	0

Terapeutas da fala	1	1
Terapeutas ocupacionais	0	1
Outro pessoal técnico de diagnóstico e de terapêutica	12	6
TOTAL	80	37

12.3 – ATIVIDADE HOSPITALAR

12.3.1 – Consultas Efetuadas, por especialidade, no HFAR

		HFAR		TOTAL
		Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
a. Especialidades cirúrgicas	Anestesiologia	1.626	461	2.087
	Cirurgia geral	3.841	1.058	4.899
	Cirurgia plástica reconstrutiva	1.935	1.030	2.965
	Cirurgia vascular/Angiologia	1.024	602	1.626
	Estomatologia/Maxilofacial	13.956	1.536	15.492
	Ginecologia	2.642	1.544	4.186
	Neurocirurgia	87	183	270
	Obstetrícia	0	0	0
	Oftalmologia	8.368	4.541	12.909
	Ortopedia	6.671	4.932	11.603
	Otorrinolaringologia	6.568	2.364	8.932
	Urologia	4.980	3.303	8.283
	Outras especialidades cirúrgicas	0	0	0
b. Especialidades médicas	Cardiologia	8.405	1.439	9.844
	Dermatologia	4.862	1.780	6.642
	Endocrinologia	5.651	2.203	7.854
	Gastroenterologia	4.987	1.098	6.085
	Hematologia	800	0	800
	Imunoalergologia	2.004	0	2.004
	Infeciologia	9.842	0	9.842
	Medicina Física e de Reabilitação	4.105	1.799	5.904
	Medicina interna	2.100	1.233	3.333
	Nefrologia	980	335	1.315
	Neurologia	2.324	937	3.261
	Oncologia médica	2.031	1.303	3.334
	Pneumologia	6.599	1.927	8.526
	Psiquiatria	3.451	4.253	7.704
	Reumatologia	1.545	705	2.250
	Outras especialidades médicas	11.253	5.295	16.548
c. Outras Consultas	Medicina Geral e Familiar	6.928	4.577	11.505
	Medicina Dentária	0	0	0

Nutrição e/ou Dietética	4.357	1.938	6.295
Outras:	6.940	3.357	10.297
TOTAL	140.862	55.733	196.595

12.3.2 – Atos de Terapêutica Efetuados no HFAR

	Polos Hospitalares	HFAR		TOTAL
		Polo de Lisboa	Polo do Porto	
Braquiterapia		0	0	0
Imuno-hemoterapia		944	172	1.116
Fisioterapia		112.036	0	112.036
Medicina nuclear (tratamento com isótopos)		57	0	57
Hemodialise		0	6	6
Ortóteses		1	37	38
Próteses		285	107	392
Quimioterapia		0	22	22
Sessões de psicoterapia		34	0	34
Outros tratamentos		32	0	32
TOTAL		113.389	344	113.733

12.3.3 - Atos de Diagnóstico Efetuados no HFAR

	Polos Hospitalares	HFAR		TOTAL
		Polo de Lisboa	Polo do Porto	
Anatomia patológica		4.336	0	4.336
Imagiologia		50.723	12.720	63.443
Ecocardiogramas		2.368	959	3.327
Eletrocardiogramas		11.878	4.487	16.365
Eletroencefalogramas		238	48	286
Endoscopia		1.548	811	2.359
Exames mio-elétricos		0	0	0
Exames hemodinâmicos		0	0	0
Holters		1.256	299	1.555
Provas de esforço		800	213	1.013
Provas de função respiratória		178	42	220
Psicologia		582	0	582
Outros		668.773	215.151	883.924
TOTAL		742.680	234.730	977.410

12.3.4 - Intervenções Cirúrgicas Realizadas, por Especialidade

Polos Hospitalares		HFAR		TOTAL
		Polo de Lisboa	Polo do Porto	
a. Especialidades cirúrgicas	Cirurgia geral	589	169	758
	Cirurgia plástica reconstrutiva	196	48	244
	Cirurgia vascular/Angiologia	55	49	104
	Ginecologia/Obstetria	144	34	178
	Neurocirurgia	0	8	8
	Oftalmologia	1.373	433	1.806
	Ortopedia	432	332	764
	Otorrinolaringologia	417	114	531
	Urologia	231	122	353
	Outras Especialidades Cirúrgicas	0	0	0
b. Especialidades médicas	Cardiologia	17	0	17
	Dermatologia	0	1	1
	Endocrinologia	0	0	0
	Fisiatria	0	0	0
	Gastroenterologia	5	0	5
	Nefrologia	0	0	0
	Oncologia médica	0	0	0
	Pneumologia	0	0	0
	Reumatologia	0	0	0
	Outras Especialidades Médicas	0	0	0
c. Outras especialidades	Estomatologia/Medicina Dentária	984	3	987
TOTAL		4.443	1.313	5.756

12.3.5 - Taxa Mensal de Ocupação das Camas, por Polo Hospitalar

	HFAR		TOTAL
	Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
Janeiro	60,49%	37,97%	51,60%
Fevereiro	62,81%	36,61%	52,12%
Março	54,37%	45,63%	52,22%
Abril	48,08%	34,46%	43,54%
Maio	50,58%	31,98%	43,85%
Junho	52,32%	32,46%	45,16%
Julho	47,76%	30,72%	41,97%
Agosto	43,31%	28,61%	38,67%
Setembro	46,47%	29,10%	40,52%
Outubro	58,48%	29,88%	47,03%
Novembro	57,01%	37,27%	49,90%
Dezembro	47,79%	34,61%	43,89%
Média	48,42%	31,48%	42,34%

ENFERMARIA

Assistência na Doença



NOTA EXPLICATIVA

O Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, veio estabelecer o regime jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), resultante da unificação dos três subsistemas de saúde específicos de cada um dos Ramos (Assistência na Doença aos Militares da Marinha - ADMA, Assistência na Doença aos Militares do Exército - ADME e Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea - ADMFA) num único subsistema sujeito a um regime paralelo ao da Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado (ADSE).

O referido diploma estabeleceu, assim, que a gestão do subsistema da saúde da ADM incumbe ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA, I.P.), sendo a regulamentação do seu funcionamento posteriormente definida através da Portaria n.º 284/2007 de 12 de março.

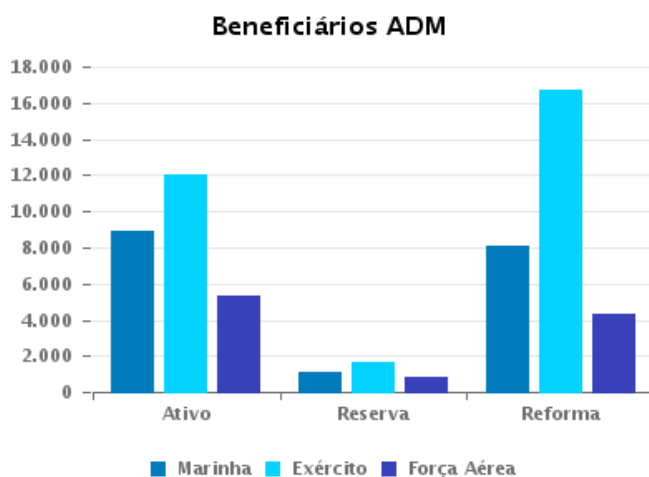
BENEFICIÁRIOS

A qualidade de beneficiário da ADM, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, depende de prévia inscrição, podendo esta assumir caráter obrigatório para as pessoas identificadas no n.º 1 do do artigo 4.º do referido Decreto-Lei e facultativa para as pessoas identificadas nas alíneas c) e d) do artigo 3.º e no n.º 2 do artigo 4.º.

Os beneficiários da ADM integram as categorias de beneficiários titulares, familiares ou equiparados, extraordinários e associados nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro e Beneficiários Portaria 1034/2009 de 11 de setembro.

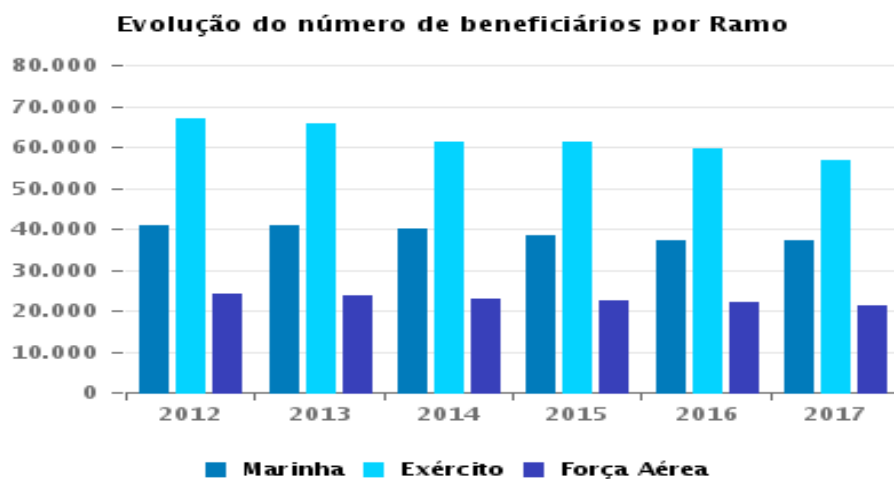
13.1 - BENEFICIÁRIOS ADM - DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS E POR TIPOLOGIA

Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
Ativo	8.875	12.077	5.346	26.298
Reserva	1.088	1.707	798	3.593
Reforma	8.084	16.702	4.290	29.076
TOTAL	18.047	30.486	10.434	58.967



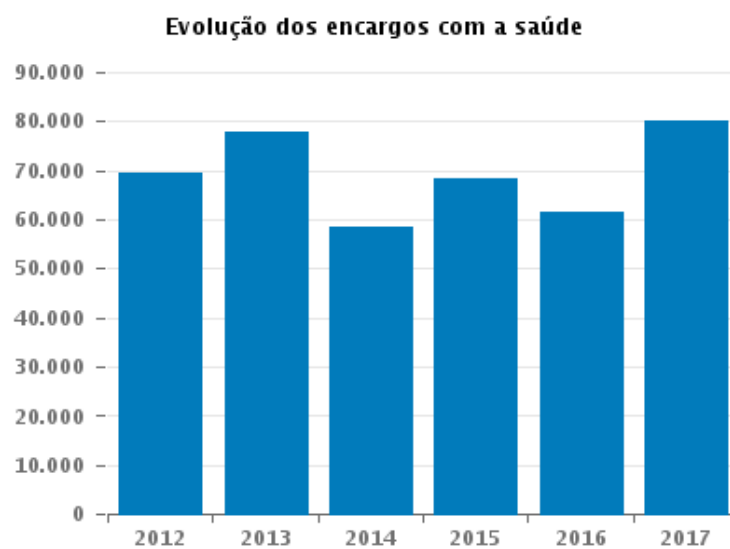
13.2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS

Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
2017	37.322	56.665	21.098	115.085
Dados retrospectivos				
2016	37.334	59.616	22.227	119.177
2015	38.561	61.175	22.406	122.142
2014	39.957	61.154	22.711	123.822
2013	40.860	65.863	23.683	130.406
2012	40.966	67.031	24.023	132.020



13.3 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE

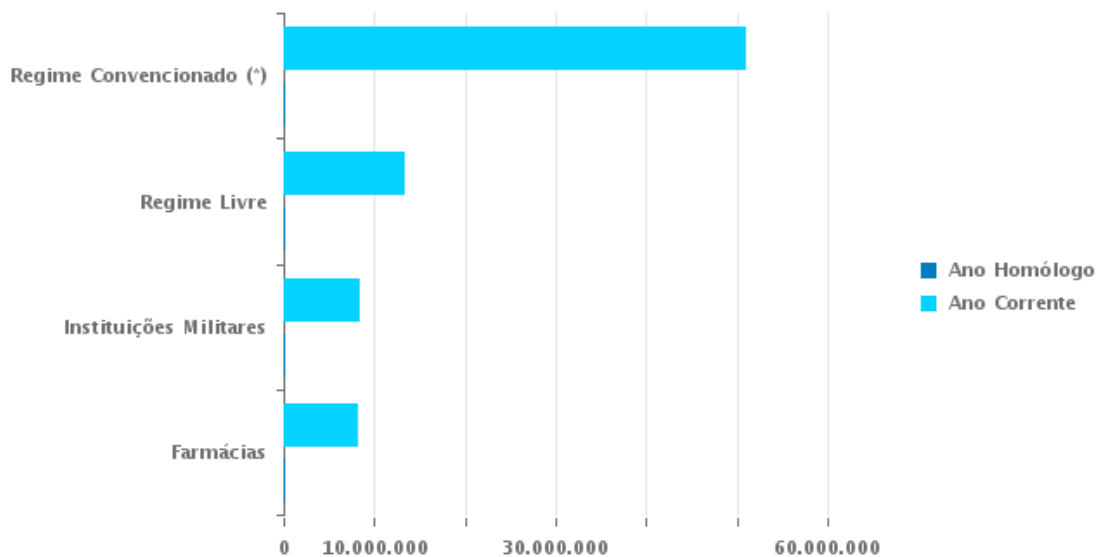
Sistema de Apoio	ADM
2017	80.018,00
2016	61.592,30
2015	68.523,65
2014	58.618,51
2013	77.930,81
2012	69.632,90



13.4 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR MODALIDADE DE ASSISTÊNCIA

Sistema de Apoio	ADM		Variação
	2016	2017	
Farmácias	8.134,92	7.944.086,92	97.554,15%
Instituições Militares	7.052,23	8.164.703,94	115.674,78%
Regime Livre	12.014,83	13.126.868,05	109.155,55%
Regime Convencionado (*)	34.390,32	50.782.942,93	147.566,39%
TOTAL	61.592,3	80.018.601,84	129.816,57%

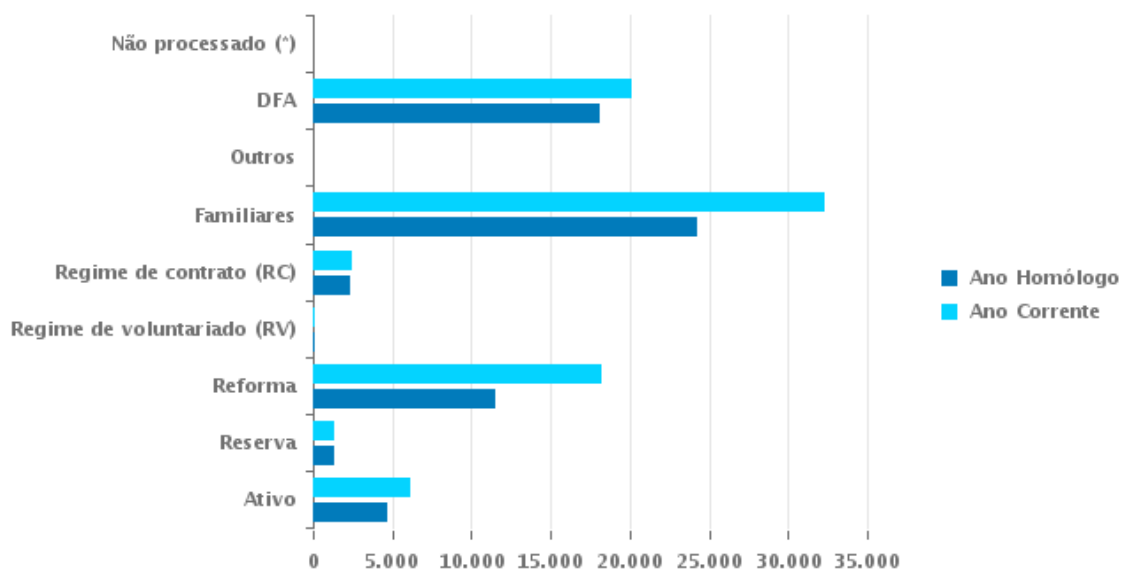
(*) Entidades Convencionadas

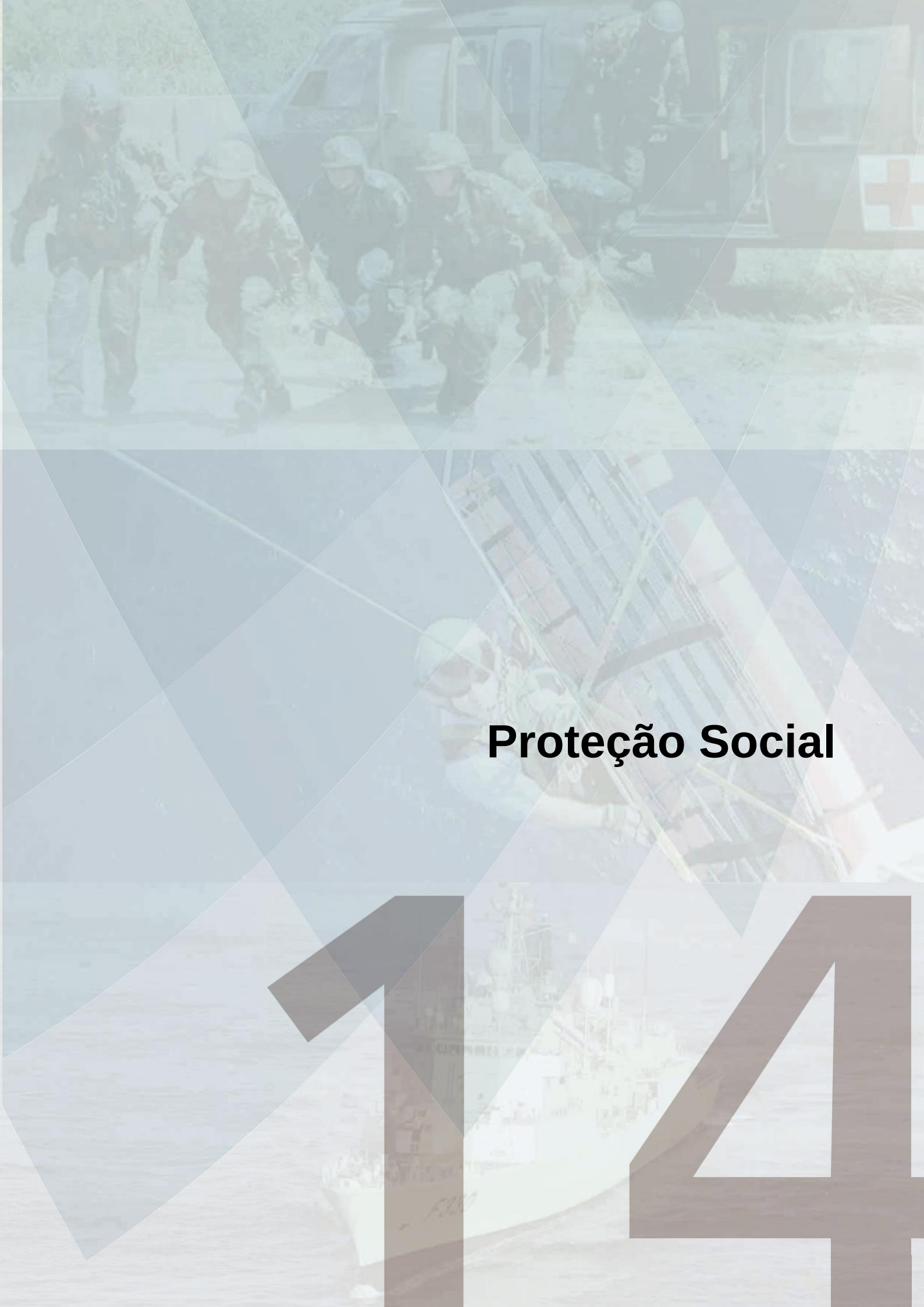


13.5 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS

	2016	ADM 2017	Variação
Ativo	4625,13	6064,29	31,12%
Reserva	1225,03	1199,77	-2,06%
Reforma	11402,31	18154,39	59,22%
Regime de voluntariado (RV)	20,46	36,88	80,25%
Regime de contrato (RC)	2258,87	2401,92	6,33%
Familiares	24109,45	32179,59	33,47%
DFA	17951,05	19982,00	11,31%
Outros	0,00	0,00	0,00%
Não processado (*)	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	61.592,30	80.018,84	29,92%

(*) Pago pelo valor total da fatura, não por ato a ato médico, imputável a cada beneficiário





Proteção Social



NOTA EXPLICATIVA

O IASFA, I.P., tem por missão “*garantir e promover a ação social complementar dos seus beneficiários e gerir o sistema de assistência na doença aos militares das Forças Armadas*” (Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 35/2016, de 29 de junho).

O apoio aos Beneficiários (Portaria n.º 1238/2010, de 14 de dezembro) no âmbito da ação social complementar (ASC) assegura ações de bem estar social, que se preconizam através dos seguintes meios:

- Apoio a idosos (Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), centros de convívio) e crianças e jovens (creches, residências universitárias e campos de férias);
- Concessão de Participações Financeiras (Subsídios Complementares, Participações) e pelo Subsídio Pecuniário do Ex Cofre de Previdência das Forças Armadas (CPFA);
- Apoio à habitação que se traduz, através da promoção do arrendamento social;
- Outras ações que visam o bem-estar social dos seus Beneficiários tais como atividades de lazer, de turismo e de férias, alojamento temporário individual, serviços de restauração, serviço de apoio médico e de enfermagem (SAMED) nos Centros de Apoio Social (CAS).

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.) e as prestações familiares e sociais despendidas com o pessoal militar e civil, pelos órgãos e serviços centrais do MDN (SC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, a que aludem os Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 133-B/97, de 30 de maio, este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-lei n.º 133/2012 de 27 de junho.

FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS

Função Invalidez

Subsídio complementar de apoio de 3ª pessoa (SCAP), concedido pelo IASFA, I.P., a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar, ou não seja aconselhável, ou possível, o seu internamento em lar.

Função Carência Económica e Velhice

Subsídio complementar de carência económica (SCCE), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) presentemente fixado pelo IASFA, pelo valor equiparado à remuneração mínima garantida. Subsídio complementar de estrutura residencial para idosos (SCERPI), para apoiar o internamento em lares (públicos ou privados, não fazendo parte do IASFA, I.P.), dos beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar. Diferencial para estrutura residencial para idosos (ERPI), para permitir aos beneficiários mais carenciados o seu internamento nas Residenciais para Idosos (RI) e Centros de Recuperação (CR) dos equipamentos sociais do IASFA, I.P, agora denominadas ERPI (UF1 e UF2), em conformidade com a designação oficial da Segurança Social.

Função Sobrevivência

Subsídios por morte e de funeral previstos, respetivamente, nos Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 176/2003, de 2 de agosto.

Função Família

Abono de família para crianças e jovens que visa compensar os encargos decorrentes de situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de agosto.

Bonificação por deficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio, acrescendo ao abono de família para crianças e jovens, concedido nos termos do Decreto-Lei n.º 176/2003, de agosto.

Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, subsídio mensal vitalício e subsídio por assistência de 3.ª pessoa, regulados pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio.

Comparticipações concedidas pelo IASFA, I.P.:

Escolar (CE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino.

Especial para o Apoio na Deficiência (CEAD), aos beneficiários titulares ou beneficiários familiares cujos descendentes ou equiparados sejam portadores de deficiência, independentemente da idade, e

frequentem estabelecimentos de ensino especial na valência de apoio técnico precoce, valência sócio-educativa ou valência de atividades ocupacionais. A comparticipação poderá ainda ser atribuída pela frequência de ensino regular, nomeadamente em creche e jardim-de-infância, desde que esta frequência seja considerada essencial para superar ou minimizar a deficiência, contribuindo para um melhor desenvolvimento pessoal e integração social.

OUTRAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL

Assistência a Idosos

As Residenciais de Idosos do IASFA, I.P., agora denominadas ERPI (UF1) constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia, que se encontrem com dificuldades em residir no meio familiar normal.

Os Centros de Recuperação do IASFA, I.P., agora denominados ERPI (UF2) constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em regime de internamento temporário ou definitivo, quer para convalescença quer para situações de dependência moderada ou severa.

Assistência Médica e Sanitária

O apoio nos cuidados primários de saúde em regime ambulatorio, como complemento de outros sistemas de saúde, a beneficiários titulares e familiares constitui outra missão de proteção social exercida pelo IASFA, I.P..

Esta ação é concretizada através dos Serviços de Apoio Médico (SAMED) (também designados por postos clínicos), onde se efetuam consultas das diversas especialidades, exames auxiliares de diagnóstico e diversas ações terapêuticas.

A dimensão e tipo de apoios prestados são especialmente importantes para os beneficiários internados nos Centros de Recuperação e Residenciais de Idosos.

Assistência a Jovens Estudantes e Crianças

O apoio a jovens estudantes é prestado pelas Residenciais Universitárias do IASFA, cujo objetivo é proporcionar, de acordo com as disponibilidades, alojamentos aos filhos dos beneficiários titulares matriculados em estabelecimentos de ensino superior na área da Grande Lisboa, Coimbra e Porto.

O apoio socioeducativo aos filhos dos beneficiários titulares do IASFA, I.P. é disponibilizado por alguns equipamentos ligados à educação, nomeadamente uma Creche, um jardim-de-infância/Pré-Escolar.

Assistência Financeira

A assistência financeira prestada pelo IASFA, I.P., envolve a liquidação de subsídios pecuniários por morte (CPFA).

Assistência Habitacional

Um dos objetivos a atingir pelo IASFA, I.P., na sua prestação de apoio à habitação, é a disponibilização de fogos aos seus beneficiários em condições favoráveis.

Assistência no Lazer

O IASFA, I.P., como representante de Portugal no Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares (CLIMS), desenvolve a cooperação entre os organismos responsáveis pela ação social militar, tanto no âmbito da doutrina e metodologias do apoio social como no intercâmbio de jovens e de residências de férias, em apoio da família militar.

Proporciona aos seus beneficiários, a preços sociais, períodos de férias e de repouso nos Centros de Apoio Social de Oeiras e de Runa e no Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA), organizando turnos de frequência de acordo com o calendário e o normativo da época.

14.1 - BENEFICIÁRIOS DO IASFA, I.P. – DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FA

Ramo das FA		Marinha	Exército	Força Aérea	Civis IASFA I.P.	TOTAL
Número de beneficiários titulares		17.489	18.281	8.794	138	44.702
Variação face ao ano anterior	Em valor absoluto	84	- 88	- 18	0	-22
	Em percentagem	0,48%	-0,48%	-0,20%	0,00%	-0,20%

14.2 - FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL – INVALIDEZ – SUBSÍDIO

		(euros)	
IASFA I.P		N.º de Beneficiários	Valor
Comparticipações	CEAD	48	50.085,00
	CE	692	114.090,00
	Subtotal	740	164.175
Subsídios Complementares	SCERPI	61	176.016,32
	SCAP	250	282.177,00
	SCCE	63	79.812,41
	SCE	3	960,00
	Subtotal	377	538.965,73
TOTAL		1.117	703.140,73

14.3 – AÇÃO SOCIAL COMPLEMENTAR

Nº de Beneficiários		2015	2016	2017
Apoio a Idosos	ERPI – Unidade Funcional 1	*	220	238
	ERPI – Unidade Funcional 2	*	157	200
Subtotal		0	377	438
Assistência Médica	Consultas	19.104	24.080	24.897
	Consultas Med. Dentária e Tratamentos de Estomatologia	6.797	6.691	1.048
	Exames Auxiliares de Diagnóstico	7.565	5.967	4.095
	Exames e Tratamentos de Enfermagem	60.293	63.335	67.642
	Fisioterapia	86.218	96.893	97.446
	Terapia Ocupacional	14.737	9.937	10.350
	Terapia da fala	705	353	608
	Psicologia/Neuropsicologia	*	1.593	3.013
	Pequena Cirurgia	*	0	0
Subtotal		195.419	208.849	209.099
Assistência a Jovens e Crianças	Residenciais Universitárias	8	13	6
	Berçário/Creche	103	94	91
	Jardim de Infância	81	109	68
	Centro de Recursos (CERE)	295	296a)	0
Subtotal		487	512	165
Apoio Financeiro	Empréstimos - N°	434	11b)	0
	Empréstimos - Montante	2.049.691€	47.800	0
	Subsídios pecuniários por morte (ex-CPFA)	501	439	434
Subtotal		2.050.626	48.250	434
Assistência Habitacional	Habitação renda económica	1.291	1.133	1.417
	Habitação renda livre	*	218	375
	Apartamentos Autónomos	*	25	24
Subtotal		1.291	1.376	1.816
Assistência no Lazer	CLIMS	1.948	3.893	2.014
	Centro de Repouso de Porto Santo	390	385	489
Subtotal		2.338	4.278	2.503
TOTAL		2.250.161	263.642	214.455

a) A concessão de empréstimos normais encontrava-se regulada pela I.P: AS.12, alteração n.º 07 de 29-03-2012, e destinava-se a satisfazer carências sociais ocasionais dos beneficiários suscetíveis de serem solucionados com o escalonamento do encargo respetivo em prestações mensais. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 35/2016, de 29 de junho, primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, foi eliminada a possibilidade do Instituto conceder empréstimos aos seus beneficiários, estando previsto, no entanto, que a resposta a necessidades prementes de natureza socioeconómica, motivadas por circunstâncias extraordinárias da vida dos beneficiários, deve, na nova configuração das missões e atribuições do IASFA, I.P., ser encontrada no mecanismo de comparticipação financeira extraordinária, sempre que possível reembolsável. Durante o ano de 2016 e até ao cancelamento da legislação anterior, foram concedidos 11 empréstimos no valor total de 47,800,00€.

b) O número de jovens e crianças apoiadas pelo CERE, foram contabilizadas só até julho de 2016, por extinção do CERE.

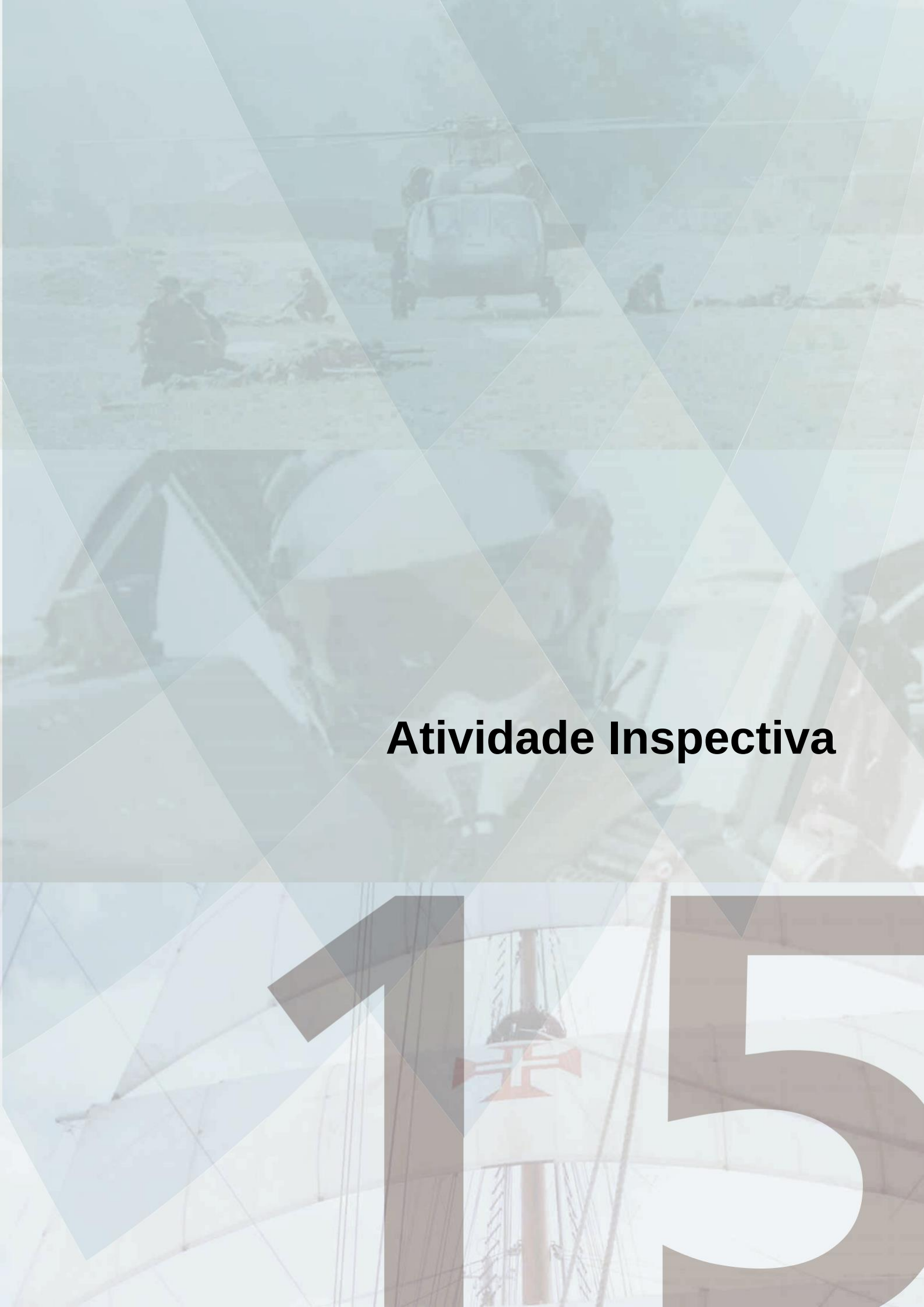
14.4 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL - PRESTAÇÕES POR ENCARGOS FAMILIARES

Função de Proteção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

	SC/MDN		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		IASFA I.P.	
	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante
Abono de Família para Crianças e Jovens - N.º	392	0,00	76	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio por Assistência de 3.ª Pessoa - MD	36.300	0,00	10.827	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bonificação por Deficiência - N.º	140	0,00	27	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bonificação por Deficiência - MD	158.462	0,00	27.768	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio de Funeral - N.º	4	0,00	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio de Funeral - MD	860	0,00	215	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio por Morte - N.º	11	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio por Morte - MD	13.897	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Abono de Família para Crianças e Jovens - MD	177.577	0,00	50.337	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio por Freq. de Estab. de Educação Esp - N.º	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio por Freq. de Estab. de Educação Esp - MD	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio Parental - N.º	172	0,00	61	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio Parental - MD	562.834	0,00	234.826	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio Mensal Vitalício - N.º	19	0,00	7	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio Mensal Vitalício - MD	39.079	0,00	13.892	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio por Assistência de 3.ª Pessoa - N.º	31	0,00	9	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	989.778	0	383.376	0	0	0	0	0	0	0	0	0

14.5 - TOTAL ANUAL DE SUBSÍDIOS/COMPARTICIPAÇÕES E MONTANTES DESPENDIDOS POR TIPO

Tipo	SC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA, I.P.	TOTAL
Ação Social Complementar - Subsídios Complem.	0	0	0	0	0	538.966	538.966
Ação Social Complementar - Comparticipações	0	0	0	0	0	164.175	164.175
Ação Social Complementar - Montante Despendido	0	0	0	0	0	703.140	703.140
Prestações por encargos familiares - Subsídios	5.907	0	0	332	0	0	6.239
Prestações encargos familiares - Montante Desp.	7.298	337.865	0	670	0	0	345.833
TOTAL	13.205	337.865	0	1.002	0	1.406.281	1.758.353

The background is a collage of two images. The top half shows a helicopter on a sandy beach with several people nearby. The bottom half shows the mast and rigging of a sailboat with a red cross emblem on the mast. The entire image is overlaid with a pattern of semi-transparent, overlapping triangles in shades of blue, green, and brown.

Atividade Inspectiva

15

NOTA EXPLICATIVA

A atividade realizada pela IGDN em 2017 reflete a operacionalização e consolidação da estratégia iniciada em 2013, decorrente de uma percepção realista das necessidades dos Clientes da Inspeção-Geral, designadamente S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional e as Entidades Auditadas.

Esta nova estratégia da IGDN encontra-se sustentada no seu processo de auditoria, que integra uma metodologia uniforme e sistemática, que para além do conceito tradicional de inspeção², combina as principais normas internacionais sobre abordagem por processos e avaliação de risco, numa perspetiva sistémica, integradora³, preventiva, proativa, pedagógica e de melhoria das entidades da Defesa Nacional.

Alinhada com a crescente opção governativa pela prevenção dos riscos existentes na Administração Pública, a nova metodologia para o processo de Auditoria, tem contribuído de forma significativa para o aumento dos padrões de oportunidade, relevância e utilidade dos produtos e serviços prestados aos Clientes e Parceiros Institucionais da IGDN, designadamente dos Relatórios de Auditoria, Relatórios Síntese de Análise de Risco e da Matriz de Risco da Defesa Nacional.

² “Ato de examinar, observar fatos históricos”.

³ Integra o portefólio de testes substantivos e de conformidade utilizados nos questionários do artigo 62º da LEO e nas designadas auditorias de gestão, de desempenho, financeira, de sistemas, etc. Os testes são específicos dos pontos de controlo e atividades críticas de cada um dos processos da Matriz de Risco da Defesa Nacional e variam em função dos fatores de riscos e riscos relacionados.

15.1 - AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN

Tipo	N.º do Processo	Nome do Processo	Estrutura	N.º de Inspectores
A	01/2017	Gestão de tesouraria (inclui Fundo de Maneio) e de contas bancárias	DGPDN	3
A	02/2017	Gestão e inventário de bens móveis do Estado	HFAR	2
A	03/2017	Gestão e inventário de bens móveis do Estado	Marinha	2
A	04/2017	Gestão e inventário de bens móveis do Estado	Exército	2
A	05/2017	Gestão e inventário de bens móveis do Estado	Força Aérea	2
A	06/2017	Gestão e inventário de bens móveis do Estado	IASFA	2
A	07/2017	Controlo e gestão de abastecimento de combustíveis nos Ramos das Forças Armadas	EMGFA	3
A	08/2017	Controlo e gestão de abastecimento de combustíveis nos Ramos das Forças Armadas	Marinha	2
A	09/2017	Controlo e gestão de abastecimento de combustíveis nos Ramos das Forças Armadas	Exército	2
A	10/2017	Controlo e gestão de abastecimento de combustíveis nos Ramos das Forças Armadas	Força Aérea	2
A	13/2017	Gestão de armazéns e inventário de existências	Marinha	2
A	14/2017	Gestão de armazéns e inventário de existências	Exército	2
A	15/2017	Gestão de armazéns e inventário de existências	Força Aérea	2
A	16/2017	Gestão de armazéns e inventário de existências	IASFA	2
A	17/2017	Contratação Pública	EMGFA	3
A	18/2017	Contratação Pública	Marinha	3
A	19/2017	Contratação Pública	Exército	3
A	20/2017	Contratação Pública	Força Aérea	3
A	21/2017	Realização da despesa	EMGFA	2
A	22/2017	Realização da despesa	HFAR	2
A	23/2017	Realização da despesa	Marinha	2
A	24/2017	Realização da despesa	IASFA	2
A	28/2017	Processamento e pagamento de deslocações e estadas e ajudas de custo	IDN	3
A	29/2017	Processamento e pagamento de deslocações e estadas e ajudas de custo	Marinha	3
A	30/2017	Processamento e pagamento de deslocações e estadas e ajudas de custo	Exército	3
A	31/2017	Processamento e pagamento de deslocações e estadas e ajudas de custo	Força Aérea	3
A	32/2017	Processamento e pagamento de deslocações e estadas e ajudas de custo	DGRDN	3
A	33/2017	Processamento e pagamento de comparticipações em despesas no âmbito da Assistência na Doença aos Mil	Marinha	3
A	34/2017	Processamento e pagamento de comparticipações em despesas no âmbito da Assistência na Doença aos Mil	Exército	3
A	35/2017	Processamento e pagamento de comparticipações em despesas no âmbito da Assistência na Doença aos Mil	Força Aérea	3
A	38/2017	Gestão da Continuidade de Negócio (Business Continuity Management) no âmbito da Defesa Nacional (inc	EMGFA	3

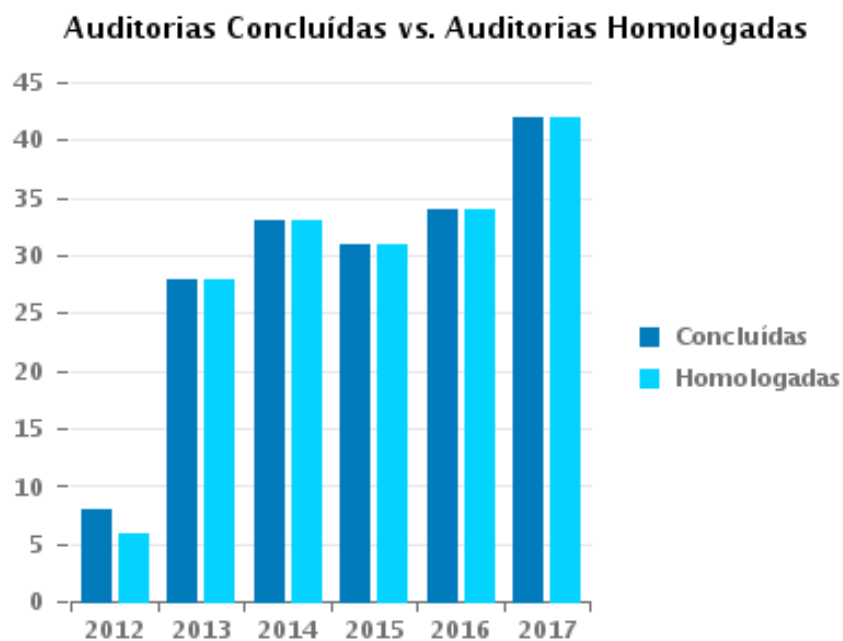
A	39/2017	Gestão da Continuidade de Negócio (Business Continuity Management) no âmbito da Defesa Nacional (inc	SG-DN	2
E	41/2017	Gestão e tratamento de reclamações e denúncias dos utentes de serviços públicos no setor da Defesa N	Exército	3
E	42/2017	Gestão do armazenamento e da segurança do armamento e do equipamento militar, incluindo munições e m	Marinha	3
E	43/2017	Gestão do armazenamento e da segurança do armamento e do equipamento militar, incluindo munições e m	Exército	3
E	44/2017	Gestão do armazenamento e da segurança do armamento e do equipamento militar, incluindo munições e m	Força Aérea	3
E	45/2017	Faturação, pagamento e controlo das despesas no âmbito do SSM	IASFA	2
E	46/2017	Faturação, pagamento e controlo das despesas no âmbito do SSM	HFAR	2
E	47/2017	Faturação, pagamento e controlo das despesas no âmbito do SSM	LMPQF	2
E	48/2017	Faturação, pagamento e controlo das despesas no âmbito do SSM	Marinha	2
E	49/2017	Faturação, pagamento e controlo das despesas no âmbito do SSM	Exército	2
E	50/2017	Faturação, pagamento e controlo das despesas no âmbito do SSM	Força Aérea	2

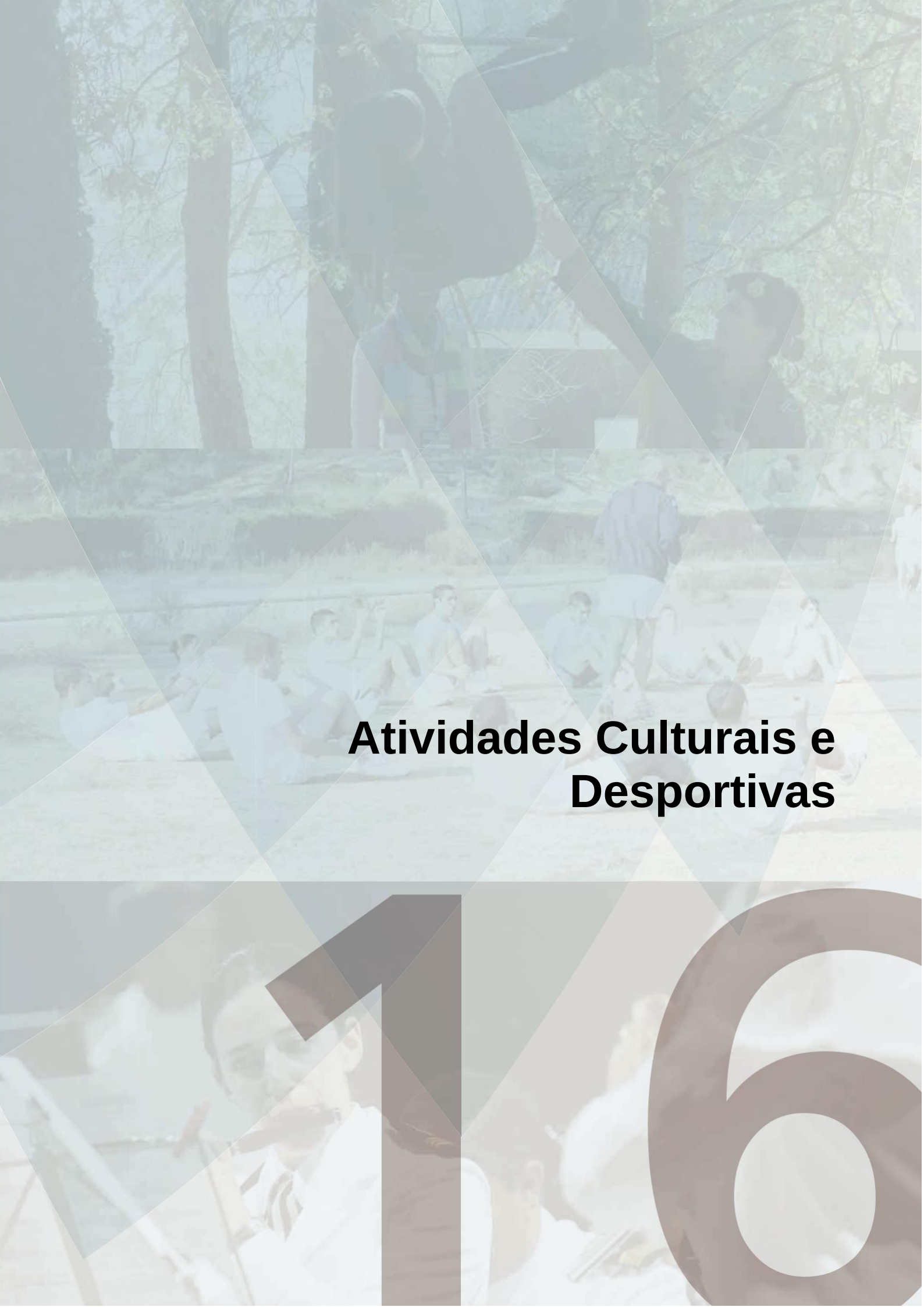
A – Auditoria aprovada na sequência do Plano de Atividades.

E – Auditoria extraordinária

15.2 – AUDITORIAS CONCLUÍDAS vs. AUDITORIAS HOMOLOGADAS

Auditorias	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Concluídas	8	28	33	31	34	42
Homologadas	6	28	33	31	34	42





Atividades Culturais e Desportivas

1

6

NOTA EXPLICATIVA

O Capítulo 16, “Atividades Culturais e Desportivas”, da responsabilidade da Direção de Serviços de Comunicação e Relações Públicas da SG/MDN, inclui dados estatísticos referentes a:

- Iniciativas e eventos culturais;
- Museus da Defesa;
- Bibliotecas da Defesa;
- Arquivos da Defesa;

Os Museus, as Bibliotecas e os Arquivos da Defesa, dado o património artístico, os fundos documentais e o espólio arquivístico que os caracterizam, assumem um papel fundamental no âmbito da cultura militar em particular e da Nação em geral.

Com efeito, o património móvel que se encontra à guarda dos vários Museus e Núcleos Museológicos Militares espalhados por todo o País, representa um valioso acervo artístico, histórico, técnico e científico, sendo considerado por este facto um espaço privilegiado da memória coletiva portuguesa.

As Bibliotecas afetas ao Exército, Marinha e Força Aérea, recolhem, nas suas áreas especializadas, um importante património bibliográfico nacional, que disponibilizam a um público interno e externo, maioritariamente militar, mas também a investigadores nacionais e estrangeiros.

Por seu turno os Arquivos da Defesa nas suas vertentes de corrente, intermédio e histórico, constituem um acervo e um património documentais imprescindíveis para a Instituição Militar e para o conhecimento da História de Portugal, cuja preservação se afigura essencial.

CONCEITOS

MUSEUS DA DEFESA

Os Museus da Defesa, como centros de conhecimento inesgotável do passado e memória dos feitos militares, são locais de educação e cultura ao serviço da comunidade. Além da salvaguarda e exposição de coleções, conservam atualmente a memória coletiva de forma mais alargada, através da mostra da evolução das ciências e técnicas associadas à História Militar.

Verdadeiros polos culturais alargados, referenciam-se, além dos Museus Militares do Exército em Lisboa, Porto, Chaves, Elvas, Coimbra, Batalha, Bragança e Buçaco, os Museus da Marinha, o Aquário Vasco da Gama, a Fragata D. Fernando II e Glória e o Museu do Ar, entre outros.

BIBLIOTECAS DA DEFESA

As Bibliotecas da Defesa, caracterizam-se por um espólio valiosíssimo constituído por livros, revistas, jornais, cartas e mapas, entre outras fontes de informação. Os fundos específicos prendem-se com áreas transversais e comuns a todas as bibliotecas, tais como história militar, estratégia e tática militares, relações internacionais, geopolítica e geoestratégia.

Consideram-se, para este efeito, as Bibliotecas Centrais de cada um dos Ramos, as Bibliotecas dos Estabelecimentos de Ensino Superior, a Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), a Biblioteca da Secretaria-geral do MDN e a Biblioteca do Instituto da Defesa Nacional (IDN).

ARQUIVOS DA DEFESA

Os Arquivos da Defesa, cujo património faz a ligação com sucessivas gerações que serviram nos três ramos das Forças Armadas, possuem um espólio de valor histórico incalculável para conhecimento do passado e compreensão do presente. A tipologia dos arquivos corresponde às três fases do valor dos documentos e respetiva frequência de utilização: de uso diário (corrente) de uso esporádico (intermédio) e de conservação permanente (histórico).

Os Arquivos mais importantes são, no Exército, o Arquivo Geral e o Arquivo Histórico, na Marinha o Arquivo Geral, na Força Aérea o Arquivo Histórico e ainda, na dependência do MDN, o Arquivo da Defesa Nacional (ADN).

16.1 – INICIATIVAS / EVENTOS CULTURAIS
16.1.1 – Número de Iniciativas / Eventos Culturais

Iniciativas / Eventos	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea
Eventos organizados	0	16	9.078	0	52
Publicações Editadas	0	6	0	0	6
Exposições	3	0	16	0	14
Conferências	4	12	2	0	8
Mostras Bibliográficas	0	0	0	0	0
Livros Publicados	0	16	10	0	1
Banda/Orquestra - Concertos Musicais	1	0	74	78	48
Banda/Orquestra - Desfiles e Paradas	0	0	81	378	87
Outros Eventos *	29	0	0	0	88
TOTAL	37	50	9.261	456	304

* Visitas ao Forte São Julião da Barra

16.2 – MUSEUS DA DEFESA

16.2.1 – Número de acervo / peças, por museu

Museu	Ramo	N.º Peças (Acervo)
Museu Militar de Lisboa	Exército	759
Museu Militar do Porto	Exército	13.857
Museu Militar de Bragança	Exército	973
Museu Militar de Elvas	Exército	1.380
Museu Militar do Buçaco	Exército	0
Museu Militar da Madeira	Exército	241
Museu Militar dos Açores	Exército	11.010
Museu da Marinha	Marinha	21.696
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	Marinha	0
Sala Museu do Fuzileiro	Marinha	1.134
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	1.346
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	Marinha	36
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	Marinha	47
Instituto Hidrográfico	Marinha	0
Museu do Ar	Força Aérea	12.346
TOTAL		64.825

16.2.2 – Número de visitas, por museu

Museu	Ramo	N.º Visitas
Museu Militar de Lisboa	Exército	18.871
Museu Militar do Porto	Exército	9.421
Museu Militar de Bragança	Exército	58.008
Museu Militar de Elvas	Exército	7.799
Museu Militar do Buçaco	Exército	6.189
Museu Militar da Madeira	Exército	6.758
Museu Militar dos Açores	Exército	24.254
Museu da Marinha	Marinha	169.529
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	Marinha	0
Sala Museu do Fuzileiro	Marinha	7.000
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	31.064
do Farol de Santa Marta	Marinha	54.483
do Farol de São Vicente	Marinha	16.003
Instituto Hidrográfico	Marinha	0
Museu do Ar	Força Aérea	65.302
TOTAL		474.681

16.3 – BIBLIOTECAS DA DEFESA

16.3.1 – Fundos existentes, por número de registos, em suporte papel e suporte digital

Bibliotecas	Ramo	N.º de Registos	
		Suporte Papel	Suporte Digital
Biblioteca da Secretaria-Geral do MDN	MDN	12.303	0
Biblioteca da Fortaleza de S. Julião da Barra	MDN	1.968	0
Biblioteca do Instituto de Defesa Nacional	MDN	1.470	0
Biblioteca do Instituto Universitário Militar	EMGFA	32.872	985
Biblioteca do Exército	Exército (a)	60.181	0
Biblioteca do Colégio Militar	Exército	0	0
Biblioteca da Escola de Armas	Exército	0	0
Biblioteca da Escola de Sargentos do Exército	Exército	0	0
Biblioteca da Escola dos Serviços	Exército	0	0
Biblioteca da Liga dos Combatentes	Exército	0	0
Biblioteca da Academia Militar	Exército	0	0
Biblioteca Central de Marinha	Marinha	61.565	74
Biblioteca da Escola Naval	Marinha	176	32
Biblioteca do Serviço de documentação da Força Aérea	Força Aérea	5.045	0
Biblioteca Técnica do Centro de Form. Militar e Técnica da FA	Força Aérea	1.051	0
Biblioteca Técnica da Direção de Saúde da Força Aérea (b)	Força Aérea	0	0
Biblioteca do Museu do Ar	Força Aérea	685	0
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas	Força Aérea	40.912	0
TOTAL		218.228	1.091

- (a) Quase todas as Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos do Exército dispõem dos seus acervos bibliotecários, sendo de carácter privativo. Apenas a Biblioteca do Exército obedece a um funcionamento tipificado acordo com a Rede de Bibliotecas Nacionais, a Direção de História e Cultura Militar não dispõe desta informação.
- (b) A Biblioteca Técnica da Direção de Saúde da FA encontra-se "Desativada"

16.3.2 – Serviço ao público – Número de utilizadores

Bibliotecas	Ramo	N.º de Utilizadores	
		Militares	Civis
Biblioteca da Secretaria-Geral do MDN	MDN (a)	0	92
Biblioteca da Fortaleza de S. Julião da Barra	MDN	0	0
Biblioteca do Instituto de Defesa Nacional	MDN	0	330
Biblioteca do Instituto Universitário Militar*	EMGFA	248	24
Biblioteca do Exército	Exército (a) (b)	7.936	0
Biblioteca do Colégio Militar	Exército	0	0
Biblioteca da Escola de Armas	Exército	0	0
Biblioteca da Escola de Sargentos do Exército	Exército	0	0
Biblioteca da Escola dos Serviços	Exército	0	0
Biblioteca da Liga dos Combatentes	Exército	0	0
Biblioteca da Academia Militar	Exército	0	0
Biblioteca Central de Marinha	Marinha	56	188
Biblioteca da Escola Naval	Marinha	126	946
Biblioteca do Serviço de documentação da Força Aérea	Força Aérea	106	11
Biblioteca Técnica do Centro de Form. Militar e Técnica da FA	Força Aérea	1.030	0
Biblioteca Técnica da Direção de Saúde da Força Aérea (c)	Força Aérea	0	0
Biblioteca do Museu do Ar	Força Aérea	3	0
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas	Força Aérea	911	1
TOTAL		10.416	1.592

(a) Não foi possível averiguar se o utilizador era Militar ou Civil.

(b) Quase todas as Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos do Exército dispõem dos seus acervos bibliotecários, sendo de carácter privativo. Apenas a Biblioteca do Exército obedece a um funcionamento tipificado acordo com a Rede de Bibliotecas Nacionais, a Direção de História e Cultura Militar não dispõe desta informação.

(c) A Biblioteca Técnica da Direção de Saúde da FA encontra-se "Desativada".

16.3.3 – Serviços prestados, por Biblioteca

Bibliotecas	Ramo	Serviços		
		Pedidos Pesquisa	Empréstimos	Acesso Base Dados
Biblioteca da Secretaria-Geral do MDN	MDN	1.232	92	0
Biblioteca da Fortaleza de S. Julião da Barra	MDN	0	0	0
Biblioteca do Instituto de Defesa Nacional (a) (b) (c)	MDN	350	1.139	16.035
Biblioteca do Instituto Universitário Militar (d)	EMGFA	0	2.156	0
Biblioteca do Exército (e)	Exército	198	237	121.179
Biblioteca do Colégio Militar	Exército	0	0	0
Biblioteca da Escola de Armas	Exército	0	0	0
Biblioteca da Escola de Sargentos do Exército	Exército	0	0	0
Biblioteca da Escola dos Serviços	Exército	0	0	0
Biblioteca da Liga dos Combatentes	Exército	0	0	0
Biblioteca da Academia Militar	Exército	0	0	0
Biblioteca Central de Marinha	Marinha	61	59	0
Biblioteca da Escola Naval	Marinha	327	261	557
Biblioteca do Serviço de documentação da Força Aérea	Força Aérea	52	65	0
Biblioteca Técnica do Centro de Form. Militar e Técnica da FA	Força Aérea	0	0	0
Biblioteca Técnica da Direção de Saúde da Força Aérea (f))	Força Aérea	0	0	0
Biblioteca do Museu do Ar	Força Aérea	0	44	0
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas	Força Aérea	250	1.936	152
TOTAL		2.470	5.989	137.923

(a) As pesquisas, por norma, são lançadas no Catálogo Colectivo da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional.

(b) Acresce o facto de a Biblioteca do IDN gerir a Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional e, nesse âmbito, também acolher/reencaminhar pedidos de pesquisa/informação, não contabilizados.

(c) Pesquisas no Catálogo do IDN.

(d) S/D para Pedidos pesquisa e Acesso Base Dados

(e) Quase todas as Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos do Exército dispõem dos seus acervos bibliotecários, sendo de carácter privativo. Apenas a Biblioteca do Exército obedece a um funcionamento tipificado acordo com a Rede de Bibliotecas Nacionais, a Direção de História e Cultura Militar não dispõe desta informação.

(f) A Biblioteca Técnica da Direção de Saúde da FA encontra-se "Desativada"

16.4 – ARQUIVOS DA DEFESA

16.4.1 – Metros lineares (ml) de documentação, apenas do Arquivo Histórico

Arquivos	Documentação Arquivo Histórico (ml)
Arquivo da Defesa Nacional	0,00
Arquivo Geral do Exército	44.350,00
Arquivo Histórico Militar	10.000,00
Centro documentação, informação e Arquivo Central da Marinha	0,00
Arquivo Histórico da Marinha	13.249,00
Arquivo Histórico da Força Aérea	1.920,00
TOTAL	69.519

16.4.2 – Tratamento e descrição de Fundos e Coleções, apenas do Arquivo Histórico

Arquivos	Fundos e Coleções Arquivo Histórico (n.º de Processos)
Arquivo da Defesa Nacional	0
Arquivo Geral do Exército	10.950
Arquivo Histórico Militar	150
Centro documentação, informação e Arquivo Central da Marinha	0
Arquivo Histórico da Marinha	1.104
Arquivo Histórico da Força Aérea	1.506
TOTAL	13.710

16.4.3 – Serviço ao público – número de utilizadores

Arquivos	Nº de Utilizadores Arquivo Histórico
Arquivo da Defesa Nacional	0
Arquivo Geral do Exército	921
Arquivo Histórico Militar	2.912
Centro documentação, informação e Arquivo Central da Marinha	0
Arquivo Histórico da Marinha	1.134
Arquivo Histórico da Força Aérea	43
TOTAL	5.010

SIGLAS

ADM	Assistência aos Doentes Militares
ADMA	Assistência aos Doentes Militares do Exército
ADME	Assistência aos Doentes Militares da Marinha
ADMFA	Assistência aos Doentes Militares da Força Aérea
ADN	Arquivo da Defesa Nacional
ADSE	Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado
AETD	Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa (Bens e Serviços)
AFA	Academia da Força Aérea
AFG	Afeganistão
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
AM	Academia Militar
ANA	Afghan National Army
ANCP	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANP	Afghan National Police
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
ANPDC	Afghan National Police Distribution Centre
ANPTC	Afghan National Police Training Centre
AOF	Assistência Operacional de Forças
AOR	Navio Reabastecedor
APA	Agência Portuguesa de Ambiente
APD	Ajuda Pública de Desenvolvimento
AT	Advisors Teams
BA5	Base Aérea Nº5
BCMA	Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas
BF	Base de Fuzileiros
BG	Battle Groups
BiH	Bósnia e Herzegovina
BIMEC	Brigada Mecanizada
BINF	Batalhão de Infantaria
BIPara	Brigada de Paraquedistas
BLD	Blindado
BOAT	Batalhão Operacional Aero-terrestre
BrigRR	Brigada de Reação Rápida
BTC	Bihanga Training Centre
BTCW	Biological Weapons Convention
CCF	Comando do Corpo de Fuzileiros
CCW	Certain Conventional Weapons
CE	Comparticipação especial
CE	Consultas Externas
CEAD	Comparticipação especial para o apoio na deficiência
CEDS	Combat equipment for Dismounted Soldier
CEFA	Centro de Educação Física da Armada
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar

CEIP	Centro de Epidemiologia e Intervenção Preventiva
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEMRES	Centro Euromagrebino de Investigação e Estudos Estratégicos
CEREPOSA	Centro de Repouso de Porto Santo
CFMT	Centro de Formação Militar e Técnica
CGE	Conta Geral do Estado
Cger	Companhia Geral
CGER	Comando Geral
CI	Contra Informação
CIF	Central Issue Facility
CIH	Centro de Instrução de Helicópteros
CIM	Célula de Informações Militares
CIMIC	Civil Military Cooperation
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível
CINAV	Centro de Investigação Naval
CIPQPEM	Centro de Instrução do Pessoal do Quadro da Polícia dos Estabelecimentos da Marinha
CISM	Conseil Internatinal du Sport Militaire
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
CITAN	Centro de Instrução de Tática Naval
CLESD	Conselho Luso-espanhol de Segurança e Defesa
CLIMS	Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares
CM	Colégio Militar
CMA	Centro de Medicina Aeronáutica
CMDT UMD	Comandante da Unidade de Meios de Desembarque
CMEFD	Centro Militar de Educação Física e Desportos
CMF	Coalition Maritime Forces
CMSH	Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica
CN	Contigente Nacional
CN	Comando Naval
CNED	Centro Naval de Ensino à Distância
CNPCE	Conselho Nacional Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAERFAP	Comando Aereo da Força Aérea
COMAR	Centro de Operações Marítimas
COMNAV	Comando Naval
CORG	Códigos de Organização
COSNC	Curso de Operadores do Sistema Nacional de Catalogação
CP	Prevenção de Conflitos
CPHM	Comissão Portuguesa de História Militar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPX	Command Post Exercise
CR	Centros de Recuperação
CRO	Operações de Resposta a Crises
CS	Conselho de Segurança
CS/ONU	Conselho de Segurança da ONU

CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSS	Center for Security Studies
CTA	Campo de Tiro de Alcochete
CTC	Corpo de Tropas Comando
CTF	Combined Task Force
CTM	Cooperação Técnico Militar
CTOE	Centro de Tropas Operações Especiais
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando de Zona Aérea dos Açores
CZMILA	Comando de Zona Militar dos Açores
DAE	Destacamento de Ações Especiais
DCCR	Despesas com Compensação em Receita
DEU	Alemanha
DFA	Deficientes das Forças Armadas
DGAM	Direção Geral de Autoridade Marítima
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPDN	Direção-geral de Política da Defesa Nacional
DGRDN	Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional
DHCM	Direcção de História e Cultura Militar
DICSI	Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação
DMS	Destacamento de Mergulhadores Sapadores
DPP	Departamento de Prospecção e Planeamento
DRC	Democratic Republic of Congo
DTP	Direção Técnico Pedagógica
EAM	Escola de Autoridade Marítima
ECOSF	Componente Operacional do Sistema de Forças
EESPUM	Estabelecimentos de Ensino Superior Público
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EFUZ	Escola de Fuzileiros
EHO	Escola de Hidrografia e Oceanografia
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica S.A.
EM	Estruturas de Missão
EMAS	<i>Eco-Management and Audit Scheme</i>
EME	Estado-Maior do Exército
EMERG	Escola de Mergulhadores
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EN	Escola Naval
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
EPR	Entidades Primariamente Responsáveis
EPS	Escola Prática dos Serviços
EPT	Escola Prática de Transmissões
ESE	Escola de Sargentos do Exército

ESSM	Escola do Serviço de Saúde Militar
ESUB	Escola de Submarinos
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETNA	Escola de Tecnologias Navais da Armada
ETP	Escola de Tropas Pára-Quedistas
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
EUBG	EU Battle Groups
EUFOR	European Force
EUNAVFOR	European Naval Force
EUROFOR	European Rapid Operational Force
EUROMARFOR	European Maritime Force
EUSEC RDC	EU advisory and assistance mission for security reform in the Democratic Republic of Congo
EUTM	EU Training Mission
FCT/UNL	Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Técnica de Lisboa
FDFG	Fragata Dom Fernando e Glória
FFAA	Forças Armadas
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FHQ	Force Headquarters
FHQ AFLOAT	Estado-Maior Embarcado
FIBUA	Fighting in Build-up Areas
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOC	Full Operational Capability
FPNEM	Formulation & production of New Energetic Materials
FRA	França
FRA	Forces Royales Air
FRI	Força de Reação Imediata
FS	Corveta
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GAM	Grupo de Auto-Metralhadoras
GBR	Reino Unido
GMP MEK	Grupo Marítimo Português Mers El Kébir
GNR	Guarda Nacional Republicana
H/V	Horas Vão
HFA	Hospital da Força Aérea
HMAR	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional N.º1
HMR2	Hospital Militar Regional N.º2
HO	Operações Humanitárias
HoA	Corno de África
HQ ARRC	Headquarter Allied Rapid Reaction Corps
HUMINT	Human and Intelligence
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IASFA	Instituto de Ação Social das Forças Armadas

IB	Instrução Básica
IC	Instrução Complementar
ICES	International Council for the Exploration of the Sea
ID&I	Investigação e Desenvolvimento e Inovação
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IGDN	Inspeção-geral da Defesa Nacional
IGFA	International Game Fish Association
IGoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
ILF	Intermediate Logistic Facility
IMFACC	International Military Flight Training Center Consortium
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
INA	Direção-Geral da Qualificação dos trabalhadores em funções públicas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INTERGEDEF	Intervención General de la Defensa
IO	Instituto de Odivelas
IPC	Initial Planning Conference
IPTM	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos
IRF	Immediate Reaction Force
ISAF	International Security Assistance Force
JIP-FP	Joint Investment Programme on force Protection
JO	Operações Conjuntas
JTC	Jazeera Training Camp
KACTC	Kabul Air Training Centre
KAIA	Aeroporto Internacional de Kabul
KFOR	Kosovo Force
Km	Quilómetros
KMTC	Kabul Military Training Centre
KTM	KFOR Tacres Manbat
LC	Liga dos Combatentes
LCU	Lancha de Desembarque Grande
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LHD	Landing Helicopter Dock
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LNO	Liaison Officer
LOT	Liaison Observation Team
LPM	Lei de Programação Militar
LR	Lares Residenciais
LSM	Lei do Serviço Militar
MAU	Military Advisory Unit
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MHP	Missões Humanitárias e de Paz
MIA	Mogadíscio Internacional Airport

MilAd	Military Advisory
MILREP	Military representative
Minusma	United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali
ml	Metros lineares
MM	Manutenção Militar
MNBG	Multinational Battle-Groups
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MONIZEE	Sistema de Monitorização e Previsão Operacional da ZEE Portuguesa
MPC	Main Planning Conference
MSO	Operações de Segurança Marítima
MSU	Multinational Specialized Unit
MTT	Mobile Training Team
NAC	Conselho do Atlântico Norte
NAFO	<i>Northwest Atlantic Fisheries Organization</i>
NAP	Número de Abastecimento Provisório
NEAFC	North East Atlantic Fisheries Commission
NGF	NATO Graduated Forces
NMA	NATO Military Authorities
NNA	Número Nato de Abastecimento
NRF	NATO Response Force
NRP	Navio da República Portuguesa
NU	Nações Unidas
OAE	Operação "Antive Endeavour"
OAP	Operation Allied Protector
ODN	Orçamento da Defesa Nacional
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OHQ	Operational Headquarter
OMLT	Operational Mentoring and Liaison Team
ONU	Organização da Nações Unidas
OOS	Operation Ocean Shield
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OSPAR	Convenção para a proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAOC	Plano de Atividade Operacional Civil
PB	Consolidação da Paz
PE	Imposição de Paz
PEFC	<i>Program for the Endorsement of Forest Certification Schemes</i>
PEMPOR	Programa de Ensino Militar em Portugal
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PGR	Plano de Gestão de Riscos
PGRIC	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Plano Indicativo de Cooperação
PJ	Polícia Judiciária
PK	Manutenção de Paz

PLOP	Países de Língua Oficial Portuguesa
PM	Restabelecimento da Paz
POLMIL	Politico-Militar
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PSO	Operações de Apoio à Paz
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel-General
QGOE	Quartel-general de Operações Especiais
QP	Quadros Permanentes
QPCISN	Quadro do Pessoal Civil do Instituto de Socorros a Náufragos
QPMML	Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha
QRA(I)	Quick Reaction Alert Interceptor
QRF	Quick Reaction Force
RAP	Readiness action Plan
RC	Regime de Contrato
RG1	Regimento
RI	Residenciais para Idosos
RLSM	Regulamento da Lei do Serviço Militar
RSM	Resolute Support Mission
RV	Regime de Voluntariado
SAR	Search and Rescue
SC/MDN	Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
SCAF	Subsídio Complementar de Apoio Familiar
SCI	Sistema de Controlo Interno
SCN	Subsídio Complementar de Nascimento
SCNP	Subsídio Complementar Normal de Pensões
SCS	Serviços Centrais de Suporte
SEAP	Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa
SECA	Secções de Catalogação
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEL	Subsídio especial de lar
SEN	Serviço Efetivo Normal
SER	Subsídio Especial de Residente
SFA	Assistência de Segurança de Forças
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SFN	Sistemas de Força Nacional
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGMDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
SI/TIC	Sistemas de Informação e Tecnologias de Informação e Comunicação
SIADAP	Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIC	Sistemas de Informação e Comunicação
SICM	Serviços de Identificação e Classificação de Material
SIGDN	Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional
SIGE	Sistema de Informação de Gestão Estratégica

SIMPOC	Sistema de Informação de Monitorização de Projetos e de Organização do Conhecimento
SNMG	Standing NATO Maritime Group
SOLTG	Special Operations Land Task Group
SOR	Statement of Requirements
SOTG	Special Operations Task Group
SRR	Search and Rescue Region
SSG	Guided Missile Submarine
STANAVFORMED	Força Naval Permanente do Mediterrâneo
TACP	Tactical Air Control Party
TACRES	Tactical Reserve
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TO	Teatro de Operações
UCK	Ushtria Çlirimtare e Kosoves
UE	União Europeia
UMI	Unidades Móveis de Instrução
UMT	Unidade Militar de Toxicologia
UN	<i>United Nations</i>
UNAMA	United Nations assistance Mission in Afhanistan
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon
UNMIK	United Nations Military Mission in Kosovo
UNMIT	United Nations Integrated Mission in East-Timor
UTITA	Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo
VEEO	Voyage Energy and Emissions Optimizer
VHF	Very High Frequency
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMA	Zona Marítima dos Açores